

CDU êxito!

14,4%
4 deputados

Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, realizadas no dia 18 de Junho, caracterizam-se pelos seguintes traços essenciais:

- um sério desaire para o PSD e para a direita e uma derrota significativa para o Governo Cavaco Silva traduzida, designadamente, numa perda acentuada e generalizada, pela perda de um deputado do PSD, por uma baixa do CDS e eventualmente pela perda de um deputado, e por uma diminuição da votação dos dois partidos de 52,8% para 46,9%, com a conseqüente perda da maioria da direita;
- um importante êxito da CDU traduzido, designadamente, no aumento de três pontos percentuais e na eleição de mais um deputado, passando de três para quatro deputados;
- um golpe na estratégia do PS de «bipolarização» da vida política nacional, devido à subida eleitoral da CDU e ao limitado aumento percentual do PS.

e agora

**Prosseguir a luta
contra a política do Governo
Preparar as autárquicas
Erguer a Festa do «Avante!»**

Resolução do Comité Central do PCP

Págs. 1, 2 e 3/Semana

Resultados nacionais e internacionais • Crónicas • Comentários
Editorial/Em Foco/Semana

Balanço esclarecedor

De maneira directa por meio do voto ou indirecta não exercendo por motivações diversas o dever cívico e o direito de cidadania de votar na eleição da representação portuguesa ao Parlamento Europeu, oito milhões de portugueses assumiram no domingo uma atitude política de significado fundamental: a rejeição do apoio ao Governo PSD/Cavaco Silva, à sua política, e ao projecto restauracionista da direita no seu conjunto. Assumiram também uma clara atitude em relação às diversas forças políticas intervenientes no acto eleitoral.

Assim o considera o Comité Central do PCP na Resolução Política aprovada na sua Reunião plenária de anteontem (que neste número do «Avante!» publicamos) ao salientar como traços característicos essenciais dos resultados das eleições de 18 de Junho:

— O sério desaire para o PSD e para a direita e uma derrota significativa para o Governo Cavaco Silva;

— O importante êxito da CDU, Coligação Democrática Unitária;

— O golpe na estratégia bipolarizadora do PS da vida política nacional.

A Resolução do CC assinala o elevado nível das abstenções mas faz delas a necessária leitura política, mesmo quando não objectivamente expressa, como forma de protesto contra o cavaquismo governante.

O sério desaire para o PSD e para a direita e a significativa derrota do Governo Cavaco Silva estão claramente expressos nos resultados das eleições e na própria abstenção eleitoral.

Os resultados são ainda provisórios mas o que falta ainda apurar não anula aquelas conclusões essenciais.

É a segunda eleição para o Parlamento Europeu e a primeira a realizar-se isoladamente de outras consultas eleitorais. Em 1987 foram realizadas em simultâneo com as eleições legislativas mas a comparação política dos resultados torna-se ainda mais conclusiva contra Cavaco e o seu Governo se for tomada em conta a conquista pelo PSD em 19 de Julho de 87 na mesma data das eleições para o Parlamento Europeu, da maioria absoluta para a Assembleia da República.

O PSD recolhe no domingo, em números absolutos ainda provisórios, menos 752 300 e menos 36 por cento dos votos expressos a seu favor para o Parlamento Europeu em 1987. A sua votação global cai de 37,4 para 32,7 por cento.

Com o CDS, os dois partidos da direita perdem em conjunto mais de um milhão e cem mil votos (35 por cento), relativamente a 1987.

São números de respeito e significativos.

Entre a desmotivação de uma grande parte dos portugueses para as questões da CEE, traduzida em parte considerável na larga fatia das abstenções, estes números reflectem o profundo descontentamento do povo relativamente à situação política, económica e social resultante da gestão antipopular do Governo PSD/Cavaco Silva.

As divertidas considerações do Primeiro-Ministro de que, afinal o PSD não perdeu as eleições e continua a ser maioritário no Parlamento Europeu, fazem sorrir e naturalmente não têm força para anular a severidade da significativa derrota sofrida no domingo pelo seu partido e por ele próprio.

O descontentamento popular face à política do Governo e às suas consequências na situação política, económica e social afirmados na votação do dia 18 é inulduível e não somente se evidenciam no plano eleitoral mas de maneira particularmente combativa no terreno da contestação popular de massas.

O ano tem sido fértil de lutas e acções populares de grande envergadura e é significativo que em plena campanha para as eleições e até às vésperas, centenas de milhares de trabalhadores (da Função Pública, do Professorado, da Saúde, da Siderurgia Nacional, da Petrogal, da Quimigal e outros), num processo de luta que continua, se tenham manifestado em greves de excepcional participação contra a política anti-social do Governo cavaquista.

O próprio Cavaco Silva no seu «balanço» das eleições é obrigado a reconhecer que o carácter das suas decantadas «reformas» de fundo está na base do descontentamento popular e da desafeição de largas fatias do seu eleitorado de 1987.

Reconhecimento que deita por terra as suas costumadas declarações de que recebeu para tais «reformas» o mandato maioritário do povo português nas eleições de 19 de Julho de há dois anos.

A conclusão a tirar destas eleições — que constituem mais um dado mensurável da diminuição da base social e política do Governo PSD/Cavaco Silva — não é a do apoio mas do crescente desapoio popular à política cavaquista.

A Resolução do Comité Central do PCP põe em relevo o importante êxito da CDU. No decurso da campanha eleitoral foi reafirmada a natureza democrática da coligação, a amplitude política da sua base de apoio.

A CDU, agrupando o PCP, o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática e numerosos democratas independentes não somente obteve significativos resultados como demons-

trou a sua força unitária, o seu funcionamento democrático, a harmonia de relações entre as suas formações políticas.

O PCP é, reconhecidamente a sua componente mais representativa e determinante, mas em todos os actos internos e públicos da CDU são traços salientes a unidade entre os seus membros, a preocupação constante pela afirmação das características próprias e a personalidade e independência políticas de cada uma das formações coligadas.

As eleições de domingo puseram em relevo a confiança de um largo sector do eleitorado no carácter e na acção dos deputados da CDU no Parlamento Europeu.

A CDU, que pode no apuramento final das eleições atingir ainda ou aproximar-se dos resultados das eleições de 1987 em termos absolutos, apesar de também afectada pelo fenómeno abstencionista, foi a que cresceu mais em termos percentuais.

Enquanto as baixas do PSD se situam nos 36%, as do CDS nos 32% a do PS/PRD nos 22%, as da CDU foram apenas de 8% enquanto que foi de todas as outras forças a de maior crescimento percentual em termos relativos (mais 3 pontos percentuais contra 1.6 do PS/PRD nas forças que subiram na votação, contra uma queda de 4,7% do PSD e de 1,25% do CDS).

São votações que, como diz a Resolução do CC do PCP, não expressando de maneira exacta «a real influência eleitoral do PCP e da CDU», contudo, «confirmam e reforçam o PCP como força indispensável e insubstituível para a solução dos problemas nacionais e para a construção da alternativa democrática à direita, à sua política e ao seu Governo».

O PS recebeu nestas eleições um correctivo para as suas ambições hegemónicas e a sua estratégia de bipolarização da vida política nacional.

Os socialistas recolheram, silenciando-os, os votos dos eleitores do PRD que se integrou nas listas do PS, e mesmo assim ficou longe da votação conjunta dos dois partidos em 1987 (1 510 804 votos) obtendo no dia 18 apenas 1 175 700 votos (menos 335 100 e menos 22% da votação conjunta de 1987).

Houve naturalmente transferências de votos entre as forças concorrentes mas é facilmente verificável que o PS recolheu nada ou muito pouco dos 752 300 votos perdidos pelo PSD — o que lhe retira qualquer veledade de se constituir como única alternativa ao PSD e ao seu Governo.

Não é prova de seriedade política a afirmação de dirigentes socialistas de que «não há alternati-

Resumo

14 Quarta-feira



No primeiro dia da greve da Função Pública, paralisam cerca de 350 mil trabalhadores numa adesão global superior a 75 por cento, apesar do Governo anunciar que o índice de adesões rondava os 19 por cento ■ A campanha eleitoral entra na sua fase final. Carlos Carvalhas apresentou as propostas da CDU no Algarve, enquanto Álvaro Cunhal realiza um comício na Damaia. O PS apresentou-se no Porto e Cavaco Silva empenha-se pessoalmente na campanha do PSD ■ Mikhail Gorbachev de visita à RFA declara que as boas relações entre a URSS e aquele país «não são uma ameaça» para terceiros. Em Stuttgart o presidente soviético é recebido triunfalmente pela população.

em diversos comícios de encerramento, unânimes no apelo ao voto e ao combate à abstenção ■ Reúne pela primeira vez a nova Comissão Executiva da CGTP que distribui pelouros pelos diversos membros e analisa a actual situação política e sindical, considerando que a adesão às últimas greves manifesta uma crítica à política social do Governo.

no horizonte uma aliança no campo político que o CDS ocupa», pré-anunciando a possibilidade de uma nova «AD» caso o PSD venha a perder o Governo ■ Nos outros países estas eleições caracterizam-se pela subida das forças democráticas e progressistas e pela descida das forças conservadoras. Os Verdes são os principais beneficiados nestas eleições, elegendos pela primeira vez 25 deputados ■ A segunda volta das eleições polacas fica assinalada por uma abstenção que ronda os 75 por cento.

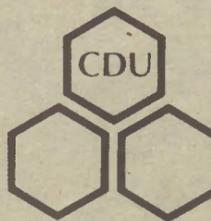
17 Sábado

Os professores anunciam que suspendem a anunciada greve às avaliações e aos exames por ter sido garantida pelo Governo a equiparação às carreiras técnica e técnica superior da Função Pública e a contagem de todo o tempo de serviço ■ O Presidente da República faz um apelo ao voto nas eleições de amanhã ■ Um helicóptero da Força Aérea despenha-se na Figueira da Foz, causando a morte de dois militares e de três elementos da RTP.

19 Segunda-feira

A direcção do PRD torna público que solicitou ao PS uma reunião «com carácter de urgência» para uma leitura comum dos resultados eleitorais, enquanto Hermínio Martinho manifestou a sua insatisfação perante o comportamento do PS durante a campanha para as eleições ■ A CGTP considera que os resultados eleitorais

18 Domingo



15 Quinta-feira

O segundo dia da greve da Função Pública confirma as adesões do dia anterior, isto é, 75/80 por cento, enquanto o Governo insiste em valores mais baixos, agora ao nível dos 25/30 por cento ■ É anunciado que os resultados da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior serão anunciados na segunda-feira, dia seguinte ao das eleições ■ Na campanha eleitoral Carlos Carvalhas apresenta-se em Almada e participa à noite no comício de encerramento de campanha em Lisboa ■ Cinco países da CEE realizam hoje a votação para o Parlamento Europeu ■ Gorbachev termina a sua visita à Alemanha Federal com o Go-

verno e a oposição neste país a declararem-se satisfeitos com os resultados da visita, enquanto o líder soviético qualificou de «excepcional» o documento assinado sobre a política comum e a nova confiança mútua na Europa. «Os factos devem agora seguir-se aos discursos políticos», foi o comentário de Gorbachev.

Eleições para o Parlamento Europeu: cerca de 48 por cento de abstenções (o maior valor de sempre em actos eleitorais após o 25 de Abril) vão influenciar as declarações dos líderes partidários, pois o conhecimento dos resultados indica que só a CDU é claramente vencedora destas eleições, com uma subida de quase três por cento, ganhando um deputado; enquanto o PSD desce quase 5 por cento e perde um eurodeputado; o PS (somado o resultado anterior do PRD, que nestas eleições se coligou com os socialistas) sobe um e meio por cento e ganha um deputado; enquanto o CDS desce mais de um por cento e perde um deputado. Estes resultados são ainda projecções, pois falta contabilizar os votos dos emigrantes e de algumas freguesias, decisivos para a eleição de dois eurodeputados. Em princípio os totais serão estes: PSD, 9 deputados; PS, 8 deputados; CDU, 4 deputados; CDS, 3 deputados. Caso se confirme este resultado, Maria Santos, da CDU, será a primeira deputada «verde» no Parlamento Europeu, representante da Península Ibérica ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal declara que o Governo do PSD «tem desestabilizado o país» e que a «maioria do PSD» desapareceu ■ Cavaco Silva «alerta» para a próxima actuação do Partido Comunista que, segundo o primeiro-ministro «poderá afectar a estabilidade interna», diz que o PS não se apresenta como alternativa, que o PSD foi muito penalizado com a abstenção e que os resultados não põem em causa o Governo ■ Jorge Sampaio, do PS, diz que o seu partido saiu vitorioso deste acto eleitoral e que o PS se prepara para ser alternativa ao Governo ■ Freitas do Amaral diz que estas eleições «prenunciam



«constituem um sério protesto contra as medidas socialmente injustas do Governo e uma derrota da sua política» ■ Recomeçam em Genebra as conversações entre a União Soviética e Estados Unidos para a redução dos arsenais nucleares estratégicos.

20 Terça-feira



Reúne em Lisboa o Comité Central do PCP para analisar os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, considerando-as um enorme desaire para o PSD, uma derrota das pretensões hegemónicas do PS, e um importante êxito da CDU ■ Entretanto o Secretariado Nacional do PS volta a defender a tese da bipolarização política ■ Começa em Estocolmo o 18.º Congresso da Internacional Socialista, sob a ameaça de boicote por parte do Partido Trabalhista de Israel, devido ao convite dirigido à OLP para assistir aos trabalhos. ■ Afonso Van-Dunen, secretário do CC do MPLA-PT declara em Maputo que o governo da República Popular de Angola não reconhece a UNITA e exclui a possibilidade de conversações com esta organização. ■ A selecção portuguesa de Futebol de «Sub-16» é afastada da final do campeonato do Mundo da categoria, ao perder com a sua congénere da Escócia por 1-0, em Edimburgo ■

va ao PSD que não seja o PS e nós vamos convencer os que votaram no PCP, embora não sendo militantes comunistas» a votar no PS!!!

Os deputados eleitos pela lista da CDU — três do PCP — Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura — e uma do Partido Ecologista «Os Verdes» — Maria Santos, — que vai para Estrasburgo eleita pela coligação dos dois partidos, a Intervenção Democrática e Independentes — Irão bater-se em termos internacionais e comunitários como nenhuns outros eleitos no dia 18, pelo desenvolvimento de Portugal, pelo aumento do nível de vida dos portugueses, pela solução dos seus mais agudos problemas sociais como os do desemprego, da habitação, da saúde, do ensino, do meio ambiente, na mesma linha de consequência com que em termos nacionais na Assembleia da República do seu País os deputados da CDU se batem.

Ao fazer o balanço da sua campanha no quadro da CDU o CC do PCP realçou a extraordinária militância dos comunistas e activistas da CDU «que, testemunhando uma elevada compreensão da importância das eleições para o Parlamento Europeu e uma magnífica dedicação e esforço, ergueram uma intervenção eleitoral caracterizada pelo dinamismo, pela seriedade, pelo espírito inovador, pela mobilização e participação populares».

O PCP confirmou-se nesta nova e complexa batalha política como força indispensável da democracia portuguesa.

O trabalho realizado é um incentivo para as novas batalhas que se perfilam no futuro imediato em que se destaca a das eleições autárquicas de Dezembro de 1989.

As experiências, a reflexão política, os resultados obtidos nestas eleições, criaram condições favoráveis para o alargamento dos horizontes unitários numa batalha política — tornada mais dura e complexa pela revisão constitucional imposta pela aliança PS/PSD — que tem por objectivos centrais o afastamento da direita do Poder e a construção de uma alternativa democrática, assente institucionalmente na aliança e na convergência de todas as forças democráticas (comunistas, socialistas, renovadores e outros democratas de outros partidos e independentes) para a defesa do regime democrático e das suas conquistas, para a elevação das condições económicas, sociais e culturais do povo português, para a salvaguarda da nossa soberania e independência nacionais.

Têm, todos os democratas e patriotas portugueses nas eleições de domingo último, motivos de confiança para o triunfo e consolidação da democracia e para a vitória dos seus ideais.

16 Sexta-feira

Termina a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, com os principais líderes e candidatos envolvidos

Avante!
Profetando de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

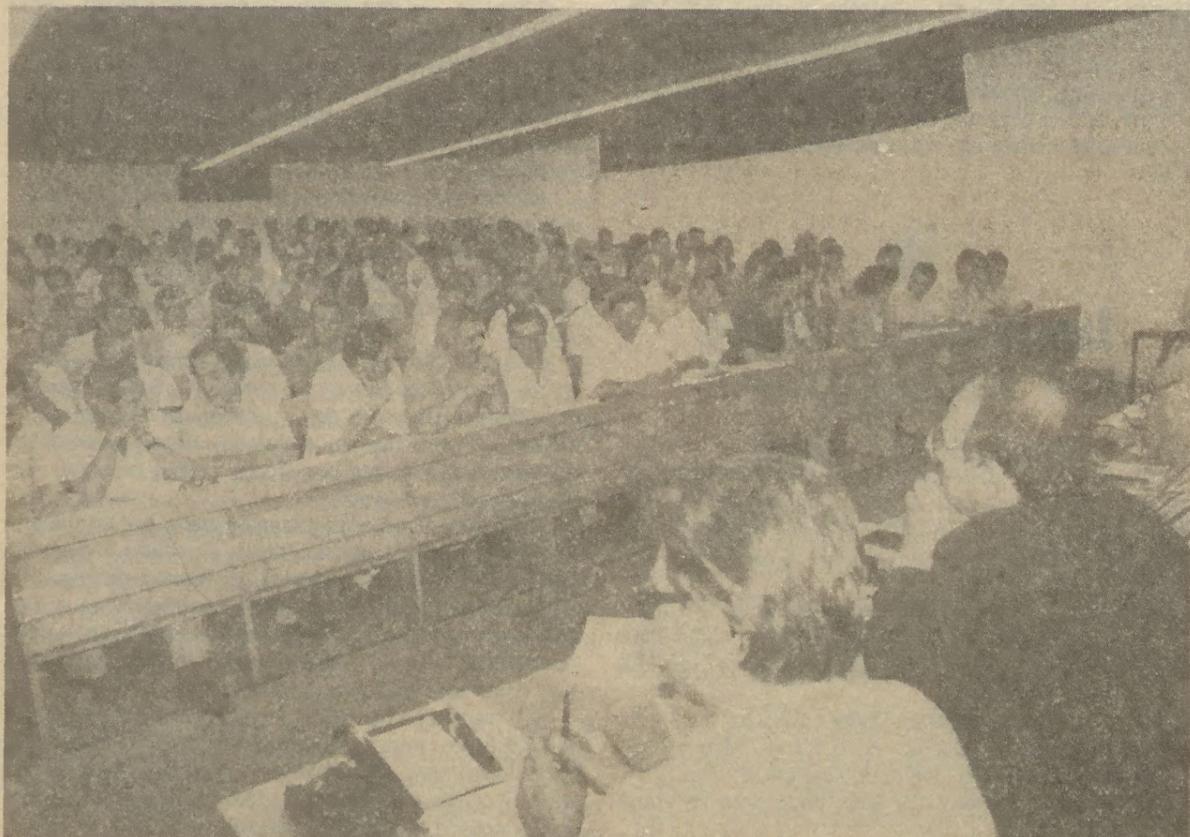
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

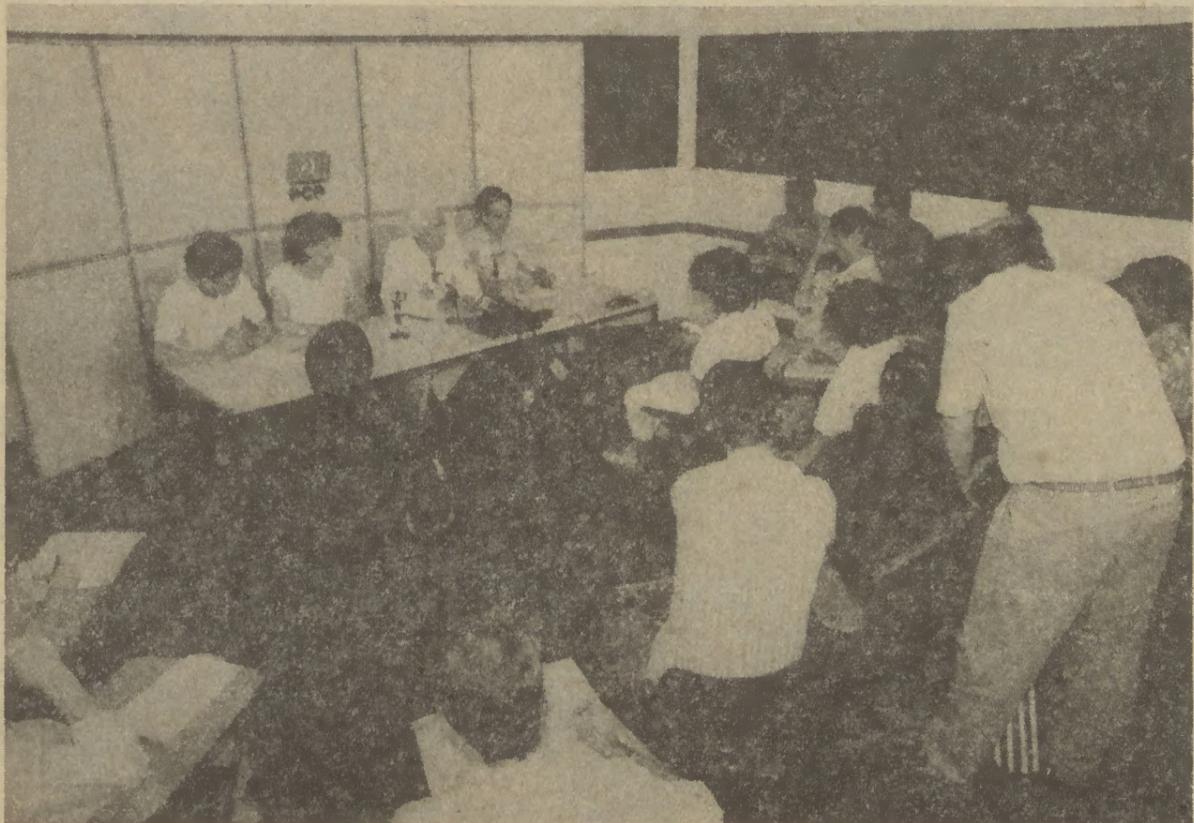
Composto e impresso na Hesta
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88

Resolução do Comité Central do PCP

Eleições para o Parlamento Europeu Derrota da direita, êxito da CDU



Num intervalo da reunião do CC, anteontem à tarde, Álvaro Cunhal, Carlos Carvalhas, Bernardina Sebastião e Vítor Dias participaram numa conferência de imprensa no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes. Depois de uma breve declaração do secretário-geral do PCP sobre as conclusões a que o Comité Central já havia chegado na análise das eleições de 18 de Junho, foram colocadas pelos jornalistas várias questões, quer sobre os resultados eleitorais e a sua interpretação, quer sobre as perspectivas que se colocam para as eleições autárquicas de Dezembro



Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, realizadas no dia 18 de Junho, caracterizaram-se pelos seguintes traços essenciais:

- um sério desaire para o PSD e para a direita e uma derrota significativa para o Governo Cavaco Silva traduzida, designadamente, numa perda acentuada e generalizada pela perda de um deputado do PSD, por uma baixa do CDS, e eventualmente pela perda de um deputado e por uma diminuição da votação global dos dois partidos de 52,8% para 46,9%, com a consequente perda da maioria da direita;
- um importante êxito da CDU, traduzido designadamente no aumento de três pontos percentuais e na eleição de mais um deputado, passando de três para quatro deputados;
- um golpe na estratégia do PS de «bipolarização» da vida política nacional, devido à subida eleitoral da CDU e ao limitado aumento percentual do PS.

O muito elevado nível de abstenção registado resulta quer de uma ampla manifestação de descontentamento popular face à política do Governo e às suas consequências na situação política, económica e social do País, quer da desmotivação de grande parte dos portugueses para as questões da CEE e descrença em importantes camadas em relação a os benefícios decorrentes da integração, situação para que contribuiu a acção negativa do Governo nesse processo.

A CDU obteve um importante êxito eleitoral. Registou, entre as principais forças políticas, o maior aumento das percentagens de voto, ultrapassou a votação da lista do CDS/Lucas Pires e reforçou a sua representação no Parlamento Europeu.

A entrada no Parlamento Europeu de uma deputada do Partido Ecologista «Os Verdes», eleita pela coligação CDU, reveste-se de inegável significado político e representa um acontecimento de grande importância para o movimento ecologista português.

1 Significativa derrota do PSD e da direita

Os resultados eleitorais do passado dia 18 mostram de forma inofismável um significativo desaire do PSD:

- perdeu mais de 750 000 votos em relação às eleições de 1987 para o Parlamento Europeu (o que corresponde a uma diminuição de 36%);
- registou uma queda de quase cinco pontos na percentagem dos votos obtidos (que não atingiu um terço dos votos expressos) e 18 pontos em comparação com a eleição da Assembleia da República de 19 de Julho;
- sofreu uma queda de votação generalizada em todo o território nacional;
- viu reduzido o número dos seus deputados no Parlamento Europeu.

O CDS perdeu um terço dos seus votos em comparação com 1987, baixou em percentagem e perdeu eventualmente um deputado.

No conjunto, o PSD e o CDS baixaram de 52,8% para 46,9% e perderam a maioria de votos, enquanto a

PCP

Resolução do Comité Central do PCP

CDU e o PS (com o PRD) subiram 4,5 pontos percentuais.

O desaire eleitoral do PSD reflecte a acentuada redução da sua base de apoio e do Governo que se manifestaram já na vasta movimentação social dos últimos meses e que se projectou na campanha eleitoral. Reflecte também uma derrota do Governo de Cavaco Silva e da sua política, designadamente de agravamento das condições de vida das populações, de acentuação das desigualdades e atentados contra os direitos dos trabalhadores, e o fracasso da política económica. A distribuição dos votos e a localização regional dos mais substanciais aumentos da abstenção deixam perceber que, a par da desmotivação pelas questões da CEE, os portugueses quiseram manifestar em 18 de Junho o seu descontentamento pela política do Governo do PSD. É, ainda, uma derrota do Governo, devido ao profundo envolvimento do Primeiro-Ministro e dos membros do Governo na campanha eleitoral, quer através de actividades ilegítimas do próprio Governo (anúncio de medidas eleitoralistas em vésperas de eleições, inaugurações, digressões pelo País e outras actividades oficiais com propósitos eleitoralistas), quer através da participação intensa em actividades eleitorais do próprio PSD.

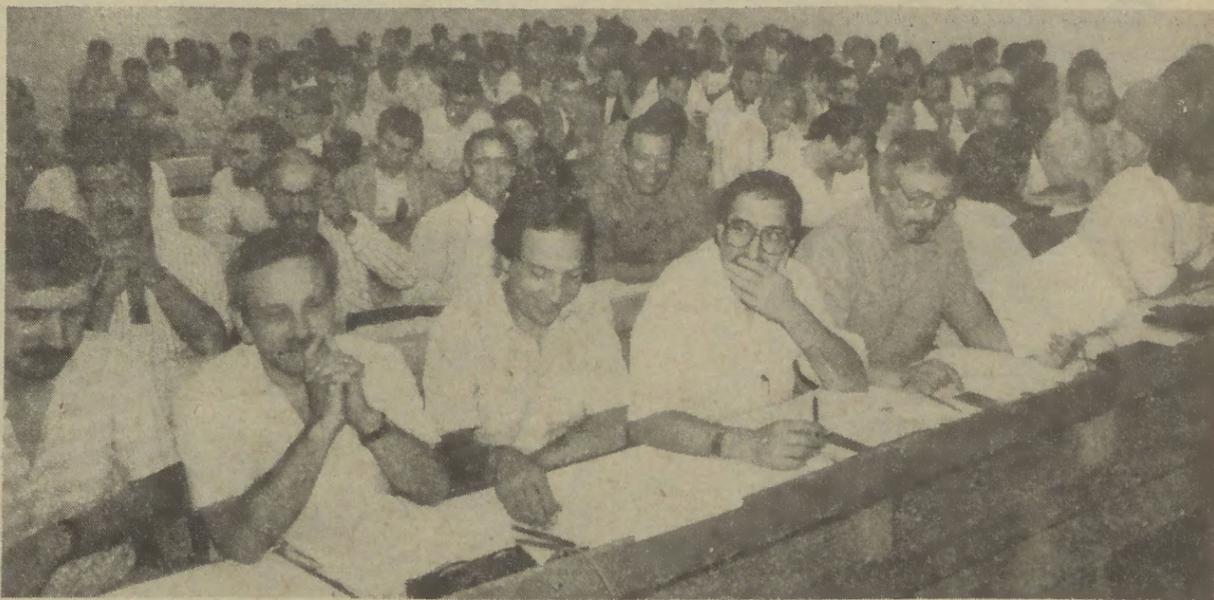
2

Importante êxito da CDU

Os resultados alcançados pela CDU constituem um importante êxito eleitoral do PCP, do Partido «Os Verdes», da Intervenção Democrática e dos numerosos democratas independentes que apoiam a CDU.

Com efeito a CDU:

- aumentou as suas percentagens de votos em todos os distritos do Continente e nas Regiões Autónomas;
- foi a força política cuja percentagem global de votação mais aumentou;
- foi a única das principais forças políticas que registou um aumento absoluto de votos em alguns distritos (Braga, Guarda, Viana do Castelo e Viseu);
- aumentou o número dos seus deputados no Parlamento Europeu.



Ao trabalho!

Quando um acontecimento marcante se atravessa na vida, fosse ele longamente preparado ou não, seja ele de resultados nefastos ou de bons augúrios, é sempre tempo de reflectir sobre o sucedido, decidir o que fazer daí para a frente. Porque nada ficou como dantes, nada será como antes.

Isto é válido para uma pessoa singular. É válido também para um partido, para um conjunto deles, para um colectivo cuja finalidade é muito precisamente transformar a sociedade, dar-lhe a imagem longamente sonhada, laboriosamente construída.

Após um acto eleitoral que, como o do passado domingo, marcou significativamente a vida nacional, é tempo de reflectir sobre os resultados, de lhes tirar as lições. E decidir o que fazer dos novos dados que o eleitorado quis exprimir através do voto.

O Comité Central do PCP, reunido anteontem, analisou os resultados das eleições. Dessa reflexão colectiva se publicam hoje as conclusões. Sem triunfalismos, os comunistas sublinharam muito justamente o êxito alcançado pela CDU, a derrota infligida ao PSD e à direita, o golpe na estratégia de bipolarização do PS. A essa primeira análise não podia deixar de seguir-se, como o documento aprovado pelo CC adianta, a indicação dos caminhos a seguir pelos comunistas no prosseguimento da luta — que não começa nas eleições nem acaba nelas —, criadas que foram novas e mais favoráveis condições aos trabalhadores, aos democratas, a «múltiplas outras camadas e grupos sociais, em defesa das suas justas reivindicações e aspirações».

Trata-se hoje, pesados os êxitos, corresponder às expectativas criadas.

Como ninguém tem dúvidas, os deputados eleitos pela CDU vão, no Parlamento Europeu, trabalhar no cumprimento do que se propuseram fazer durante a campanha e dar corpo, com o seu esforço empenhado e inteligente, ao lema que a CDU divulgou por todo o país — dar razão concreta ao lema de que votar CDU é melhor para Portugal.

Mas as expectativas criadas ultrapassam a eleição de 4 deputados da CDU. A confiança depositada nos comunistas e nos seus aliados pelo eleitorado exige mais que um bom trabalho no Parlamento Europeu. Exige que se reflecta na organização do Partido melhorando-a, na actividade dos militantes elevando-a. Exige que o estímulo criado na noite de domingo junto dos militantes, dos simpatizantes, dos apoiantes, dos eleitores, frutifique.

Os comunistas vão continuar o seu trabalho. No que é sempre a sua política em tempo de eleições ou fora dele. Lutando por vitórias novas no plano social, lutando no plano político pela criação de uma alternativa democrática à actual política de direita do Governo de Cavaco Silva.

Novas batalhas, portanto, pela frente. Melhorando a organização para a tornar mais apta e actuante, dinamizando o esclarecimento de modo a levá-lo mais longe e mais fundo na consciência dos trabalhadores e do povo.

Não é tempo de descansar à sombra fresca dos resultados obtidos. É tempo de prosseguir a luta com confiança e a perspectiva não é outra senão a de um intenso trabalho.

Vamos trabalhar na preparação das eleições autárquicas, a fim de confirmar e alargar as posições da CDU, de fortalecer o poder local democrático, de aprofundar o trabalho já realizado nas autarquias onde a CDU já mostrou o que vale.

Conforme o documento aprovado pelo CC indica, impõe-se desenvolver um intenso esforço no sentido de concorrer a todos os municípios e ao maior número possível de freguesias; reforçar a participação de mulheres e jovens e acentuar o alargamento unitário da CDU; reforçar a prestação de contas e divulgar a importante obra já realizada; preparar os programas eleitorais na base do contacto e da participação das populações.

Mas estas notícias que anunciam mais e mais trabalho, não são más notícias. São as melhores. Porque decorrem das acrescidas responsabilidades que se colocam ao Partido após os resultados de 18 de Junho. E entretanto, vem aí a Festa do «Avante!».

Que iremos transformar também num importante êxito político.

Ao trabalho, pois!

PCP

Resolução do Comité Central do PCP

3 Aumento ligeiro do PS, descrédito da «bipolarização»

Os resultados do PS, traduzindo uma ligeira subida em relação à soma dos resultados do PS e do PRD em 19 de Julho de 1987 (1,6 pontos percentuais e ganho eventual de mais um deputado) constituem uma séria derrota das pretensões hegemónicas do PS em relação ao campo democrático e da sua estratégia de «bipolarização» da vida política nacional assente, como os dirigentes do PS insistentemente proclamaram, num drástico enfraquecimento eleitoral do PCP e da CDU. Considerando unicamente o plano da correlação de forças e das condições institucionais, os resultados de 18 de Junho voltam a pôr em evidência o completo irrealismo e a falta de fundamento da pretensão do PS de constituir sozinho «a alternativa à direita».

Os resultados do PS não podem ser desligados das suas alianças e graves compromissos com a direita, em particular na revisão constitucional e nas autarquias.

Contrariando os argumentos mistificadores do PS, o PCP chama a atenção para a elementar evidência de que, no plano eleitoral e institucional, o elemento fulcral e decisivo para garantir uma viragem e uma alternativa democrática em futuras eleições legislativas não é o PS passar a ser mais votado que o PSD, mas sim que o conjunto das forças democráticas retire à direita a maioria absoluta de deputados.

O PCP reafirma que a construção de uma alternativa democrática exige a convergência das forças democráticas, designadamente do PS e do PCP, e que, dadas as persistentes aproximações e alianças do PS com o PSD em questões fundamentais, é o reforço eleitoral do PCP e da CDU que poderá decisivamente aproximar, tornar possível e viabilizar uma alternativa democrática à política de direita.

O PCP não pretende nem negar nem diminuir o papel e a contribuição que ao PS deverá caber na construção de uma alternativa. Mas é um absurdo, que só favorece a direita e a sua conservação no poder, que o PS pretenda negar o papel indispensável, que tanto pela sua influência social, política e eleitoral como pelas suas propostas e orientações políticas, o PCP é naturalmente chamado a exercer na construção de uma alternativa democrática, que se traduza numa nova política e na formação de um governo democrático, competente e seriamente apostado na solução dos problemas nacionais.

4 As forças conservadoras perdem a maioria no Parlamento Europeu

Os resultados conhecidos confirmam um recuo das forças conservadoras e de direita no Parlamento Europeu. O reforço do Grupo Socialista a nível do Parlamento Europeu deve-se à vitória dos trabalhistas ingleses, sendo no entanto de salientar que os partidos socialistas no poder (França, Espanha e Grécia) perdem posições. No Grupo Comunista e Afins aumenta a representação da Grécia, Espanha e Irlanda, mas baixa a da Itália e França; globalmente perde deputados. O Grupo Arco Íris, no qual se irá integrar a deputada eleita nas listas da CDU, tem uma subida de deputados, devido sobretudo aos resultados de «Os Verdes» em França.

As forças conservadoras e de direita perdem votos e os 4 grupos que as representam no Parlamento Europeu — Partido Popular Europeu (democratas-cristãos), Democratas Europeus, Liberais Democratas e Reformistas, Aliança dos Democratas Europeus — diminuem cerca de 35 deputados.

O aumento da representação parlamentar da extrema-direita, dos partidos reacçãoários e nazis, constitui

um factor altamente preocupante e não deixa de ser em si mesmo um reflexo da política de instabilidade social provocada pelas políticas económicas adoptadas, causadoras do aumento crescente do desemprego, da pobreza e da regressão social.

Neste quadro, a cooperação necessária entre as forças do progresso e da democracia no quadro comunitário, coloca antes de mais a exigência do reforço dos laços de solidariedade, cooperação e acção comum dos comunistas e seus aliados.

Os comunistas portugueses continuarão a intervir no sentido da defesa dos interesses e da soberania nacionais, da solidariedade activa do movimento operário e popular europeus, pelos direitos dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas, pelo progresso e a cooperação mutuamente vantajosa, pela democracia e pela paz.

Os deputados comunistas no Parlamento Europeu continuarão a lutar pela aproximação dos níveis de desenvolvimento e a combater as tendências para reservar à economia portuguesa um papel apendicular, especializada em actividades de baixo valor acrescentado, baseadas em baixos salários e altamente lesivas do meio ambiente.

5

Prosseguir a luta com confiança

Consagrando uma severa condenação da política do PSD e do seu Governo, os resultados eleitorais de 18 de Junho criam novas e mais favoráveis condições para o prosseguimento e intensificação da luta dos trabalhadores e de múltiplas outras camadas e grupos sociais em defesa das suas justas reivindicações e aspirações, infligindo derrotas e fazendo recuar a ofensiva antipopular do Governo de Cavaco Silva.

No quadro da legalidade democrática e do activo exercício de todas as liberdades democráticas, é essencial que, pela organização, pela luta e sempre mais forte unidade dos trabalhadores e da população laboriosa, a luta no plano social registe novas vitórias concretas, num processo que se articule com a perspectiva de se operar uma viragem democrática na política nacional.

O Comité Central do PCP apela aos militantes e organizações para que se empenhem em preparar as eleições autárquicas com o objectivo de confirmar e alargar as importantes posições da CDU e fazer recuar a direita, criando assim condições para fortalecer o poder local democrático e prosseguir e aprofundar a importante obra realizada em benefício das populações e do aprofundamento da democracia.

Nesse sentido, impõe-se designadamente:

— trabalhar intensamente para concorrer a todos os

municípios e ao maior número possível de freguesias, procurando reforçar a participação de mulheres e jovens na composição das listas;

- acentuar o alargamento unitário da Coligação Democrática Unitária, quer nas listas, quer nas estruturas de apoio, quer noutras actividades;
- reforçar a prestação de contas e a divulgação da importante obra realizada pelos eleitos da CDU, em maioria ou minoria, nas autarquias locais;
- preparar a elaboração de programas eleitorais na base do mais largo contacto e participação das populações.

O Comité Central apela também ao empenhamento nas tarefas e batalhas que se aproximam, em particular para transformar a Festa do «Avante!» num importante êxito político.

As exigências da situação decorrente dos resultados eleitorais de 18 de Junho colocam o Partido diante de acrescidas responsabilidades democráticas e nacionais.

O seu cumprimento implica que, no quadro das suas tarefas, o Partido continue incessantemente a reforçar a sua ligação aos trabalhadores e às massas populares, aprofunde constantemente o estudo e o conhecimento da realidade e dos problemas nacionais, prossiga e intensifique a sua acção construtiva em todas as esferas da vida nacional, revigore a sua capacidade de dar expressão política às grandes aspirações populares e de encontrar novas respostas para os novos problemas, dê um novo e vigoroso impulso à concretização e aplicação das decisões e orientações do seu XII Congresso, promova uma vasta divulgação do seu projecto de construção em Portugal de uma democracia avançada no limiar do século XXI, amplie poderosamente o seu papel na vida nacional como grande força da liberdade, do progresso e da justiça social, da democracia e do socialismo.

O Comité Central do PCP saúda fraternalmente os seus aliados na CDU destacando a sua valiosa intervenção na batalha eleitoral e reafirmando que o seu empenho na unidade democrática constitui um exemplo de grande significado e projecção na vida portuguesa.

O Comité Central do PCP saúda calorosamente todos os militantes do Partido e activistas da CDU que, testemunhando uma elevada compreensão da importância das eleições para o Parlamento Europeu e uma magnífica dedicação e esforço, ergueram uma intervenção eleitoral caracterizada pelo dinamismo, pela seriedade, pelo espírito inovador, pela mobilização e participação populares.

A participação empenhada, dinâmica e combativa dos jovens, sobretudo dos jovens comunistas, deu uma elevada contribuição à campanha eleitoral da CDU, salientando-se em relação às campanhas das restantes forças políticas.

O Comité Central do PCP saúda todos os candidatos da CDU pela sua destacada contribuição para a campanha e o êxito eleitoral alcançado.

Lisboa, 20 de Junho de 1989

O Comité Central do
Partido Comunista Português



Nacional

Parlamento Europeu tem maioria de esquerda

O Parlamento Europeu saído das recentes eleições realizadas nos doze países da Comunidade tem uma composição maioritária de esquerda, o que dá responsabilidades acrescidas ao único órgão da CEE escolhido por sufrágio popular.

O facto introduz novas perspectivas no Parlamento Europeu, abrindo caminho para um reforço dos aspectos sociais no seio da Comunidade, por um lado, e, por outro, para o tão falado como protelado alargamento dos poderes daquele órgão.

Fortemente marcadas pela abstenção, as recentes eleições colocaram às forças políticas dos doze países comunitários algumas importantes questões que não poderão deixar de ser tidas em conta quando se perfila no horizonte a data de 1992, altura em que teoricamente serão eliminadas as actuais barreiras à livre circulação de pessoas, capitais e serviços no seio da Comunidade.

Como se pode constatar pelos resultados eleitorais que publicamos em separado, é uma característica comum a penalização das forças políticas no poder, incluindo os socialistas, o que só não pôs em causa a correlação de forças no PE porque os trabalhistas britânicos

registaram um aumento significativo, bem como os ecologistas (em especial em França) e os comunistas (em Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda). Este facto, ligado com a abstenção, que atingiu cerca de 50 por cento no conjunto dos doze países, permite de imediato duas conclusões:

— Em primeiro lugar, que na generalidade dos países da Comunidade prevalecem as preocupações com as questões internas, o que faz com que os eleitores se pronunciem nas urnas muito mais em função das propostas e das práticas políticas nacionais do que em função das questões comunitárias;

— Em segundo lugar, que o projecto comunitário euro-

peu está longe de mobilizar os cidadãos como um projecto comum.

O próprio presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, reconheceu o desinteresse manifestado pelo eleitorado nestas eleições, afirmando em Bruxelas que «se o abstencionismo foi o grande vencedor, a democracia só tem a perder com isso», ao mesmo tempo que reconhecia a responsabilidade de que cabe aos principais órgãos comunitários por não terem sabido «explicar devidamente» o seu projecto.

Na ocasião, Jacques Delors apelou aos governos dos Doze para que «expliquem com clareza aos cidadãos dos seus países o que significa o projecto europeu, bem como a sua importância para a Europa e os seus habitantes».

O manifesto desinteresse do eleitorado — sem pôr de lado o facto de a abstenção ter seguramente razões diversas de país para país — coloca no entanto outra questão que importa não subestimar. É a questão de saber se os eleitores não votaram por

falta de esclarecimento sobre o projecto europeu ou se antes o não fizeram pelo facto de esse mesmo projecto ter até agora privilegiado sobretudo os interesses económicos dos principais «lobbys» europeus em detrimento dos interesses sociais.

Acresce, por outro lado, ser mais do que legítima a suspeição quanto às eventuais virtualidades comunitárias quando subsistem e se agravam, a nível interno, os conflitos políticos, económicos e sociais que as forças no poder — as mesmas que mais se afirmam como defensoras do projecto europeu — se revelam incapazes de resolver.

É necessária a unidade das forças de esquerda

Sejam quais forem as razões explicativas da derrota dos socialistas em França, dos conservadores na Grã-Bretanha ou do Pasok na

Grécia, só para citar alguns casos, importa reter que no novo Parlamento Europeu, cuja primeira reunião está já marcada para finais do próximo mês, estão criadas condições para dar um impulso eficaz à concretização da tão falada coesão económica e social, bem como outros projectos de defesa da paz e do ambiente na Europa.

Para tal contribuirão certamente os novos deputados eleitos pelos partidos ecologistas, cujo aumento reflecte bem como as preocupações com a defesa e preservação do meio ambiente vêm ganhando espaço e importância a nível de toda a Europa comunitária, a par da luta pela paz e desarmamento.

Também os comunistas, que no conjunto perdem deputados devido às quebras registadas em França e Itália, continuam a ter no PE um importante lugar, indispensável para a defesa dos interesses sociais e para a construção de uma verdadeira Europa dos cidadãos, no respeito pela independência e identidade nacionais.

Mas são sobretudo os so-

cialistas, que formam a maior «família» política no Parlamento Europeu, a deter a responsabilidade do que vai ser nos próximos cinco anos a prática deste órgão democraticamente eleito. Das posições que vierem a assumir, das alianças que fizerem, dos compromissos que tomarem dependerá em grande medida a política a desenvolver pelo PE.

Uma responsabilidade tanto maior quanto todos parecem estar de acordo com a necessidade de alargar substancialmente os poderes do Parlamento Europeu, de forma a reduzir o chamado «défice democrático» no seio da Comunidade, já que é justamente o único organismo eleito por sufrágio universal o que menos poderes detém.

Numa primeira reacção aos resultados eleitorais e ao reforço do grupo socialista, o alemão Rudi Arndt, presidente cessante do grupo, anunciou que os seus pares «vão reivindicar a presidência do PE para a primeira metade de legislatura». As negociações já em curso nesse

Resultados eleitorais nos outros

ALEMANHA FEDERAL

DINAMARCA

FRANÇA

	ELEIÇÕES PE — Junho 84		ELEIÇÕES PE — Junho 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Socialdemokratische Partei (SPD)	37,4	33	37,8	31	SOC
Christlich-Demokratische Union (CDU)	37,5	34	29,6	25	PPE
Christlich-Soziale Union (CSU)	8,5	7	8,2	7	PPE
Freie Demokratische (FDP)	4,8	—	5,6	4	LDR
Die Gruenen	8,2	7	8,4	8	Arco-Iris
Republicanos	—	—	7,1	6	DR
TOTAIS		81		81	

	ELEIÇÕES PE — Junho 84		ELEIÇÕES PE — Junho 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Socialdemokratiet (S)	19,5	3	23,3	4	SOC
Det Konservative (KF)	20,8	4	13,4	2	EDE
Social. Folke Parti (SF)	9,2	2	9,1	1	COM
Liberale	12,5	2	16,6	3	LDR
Centrum-Demokrateru	6,6	1	7,9	2	PPE
Folkebevægelsen	20,8	4	18,9	4	Arco-Iris
TOTAIS		16		16	

	ELEIÇÕES PE — JUNHO 84		ELEIÇÕES PE — JUNHO 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Parti Socialiste (PS)					
Mouvement des Radicaux de Gauche (MRG)	20,7	20	23,6	22	SOC
Rassemblement pour la République (RPR)	43,0	41	28,8	26	LDR/PPE
Union pour la Democrat. Française (UDF)	—	—	—	—	
Front National (FN)	10,9	10	11,7	10	DR
Parti Communiste (PCF)	11,2	10	7,7	7	COM
Verdes	—	—	10,5	9	
Centristas	**	**	8,4	7	
TOTAIS		84		81	

* Lista única RPR/UDF ** Integrados na lista RPR/UDF *** Por atribuir três lugares

BÉLGICA

ESPAÑA

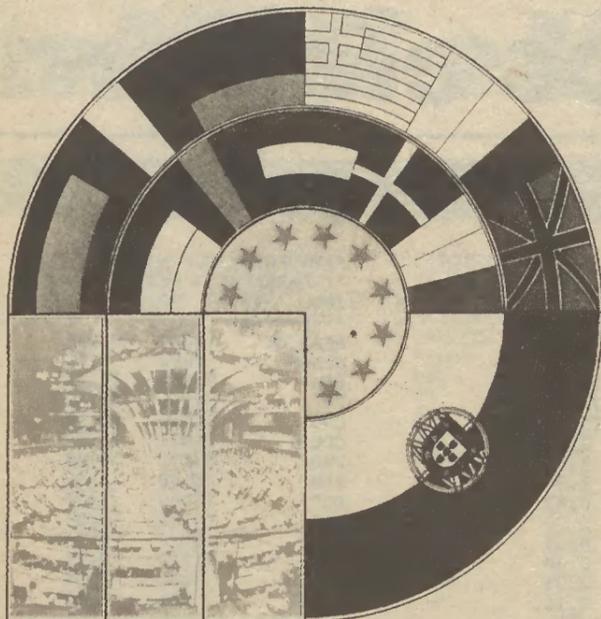
GRÉCIA

	ELEIÇÕES PE — Junho 84		ELEIÇÕES PE — Junho 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Democratas-Cristãos (CVP/PSC)	27,4	6	28,8	7	PPE
Socialistas (SP/PS)	30,4	9	31,0	8	SOC
Liberais (PVV/PRL)	18,0	5	16,8	4	LDR
Verdes	8,2	2	14,1	3	Arco-Iris
Outros	—	2	—	2	
TOTAIS		24		24	

	ELEIÇÕES PE — JUNHO 87		ELEIÇÕES PE — JUNHO 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE)	39,1	28	39,5	27	SOC
Partido Popular (PP)	24,6	17	21,4	15	ED
Centro Democrático y Social (CDS)	10,9	7	7,1	5	
Coalición Izquierda Unida (IU)	5,2	3	6,1	4	COM.
Independentes	—	—	3,8	2	
Herri Batasuna	1,8	1	1,6	1	
Outros	—	4	—	6	
TOTAIS		60		60	

	ELEIÇÕES PE — JUNHO 84		ELEIÇÕES PE — JUNHO 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Panelinio Socialistiko (PASOK)	41,5	10	33,9	8	S
Nea Dimokratia (ND)	38	9	42,9	11	PPE
Kommunistiko Komuna Elladas (KKE)	11,6	3	13,3	3	COM
Kommunistiko Komma Elladas-Essoterikou (KKE.es)	3,4	1	—	—	COM
Ethniki Politiki Ennossis (EPEN)	2,2	1	—	—	DR
Dimokratiki Ananeosi (Diana)	—	4	1,4	1	
Outros	—	—	1,2	1	
TOTAIS		24		24	

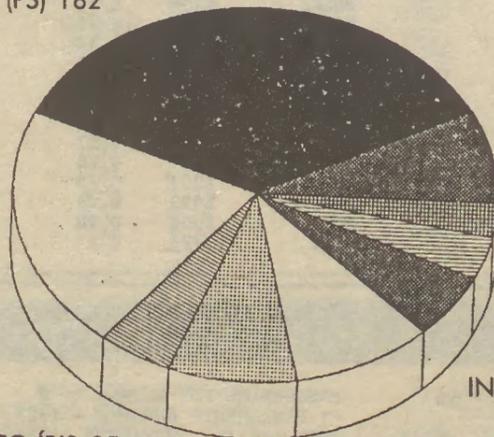
Nacional



GRUPOS PARLAMENTARES

Parlamento Europeu 1989

SOCIALISTAS (PS) 182



COMUNISTAS (PCP) 41

DIREITA 15
GAULLISTAS 19

INDEPENDENTES 29

CONSERVADORES 48

ARCO-ÍRIS 25
LIBERAIS (PSD) 44

CRIST-DEMO (CDS) 107

* Projeção Eurostat (gabinete de estatística da Comunidade Europeia) dos 518 lugares no PE

sentido, entre democratas-cristãos e socialistas, não augura um bom princípio no respeitante a alianças.

Embora seja ainda cedo para fazer previsões sobre qual vai ser a linha de conduta dos socialistas, importa recordar que na passada legislatura ela deixou bastante a desejar. Mais do que as declarações de intenções cabe reter que as presidências socialistas da Comunidade (quer no respeitante à França, como à Grécia, como à Espanha) em nada contribuíram para o avanço de questões como a coesão económica e social, factor de pri-

mordial importância com a concretização do Mercado Único.

Com o aumento dos representantes de extrema-direita no Parlamento Europeu, onde pela primeira vez vão estar representados neonazis, torna-se ainda mais importante a unidade das forças de esquerda, das forças do progresso e da paz.

Ao dar a vitória às forças de esquerda, a maioria dos votantes dos Doze afirmou-se pelo progresso e pela paz. Respeitar o sentido desse voto é o único caminho possível para a construção de uma Europa comunitária.

países da Comunidade

IRLANDA

	ELEIÇÕES PE — Junho 84		ELEIÇÕES PE — Junho 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Fianna Fáil (FF)	39,27	8	31,5	5	RDE
Fine Gael (FG)	32,21	6	21,6	4	PPE
Labour Party	8,36	—	9,5	2	
Independants	6,8	1	11,9	2	LDR
Progressive Democrats	—	—	11,9	1	
Workers Party	4,32	—	7,6	1	
TOTAIS		15		15	

LUXEMBURGO

	ELEIÇÕES PE — Junho 84		ELEIÇÕES PE — Junho 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Parti Chrétien-Social/Cheschtlech-Social (PCS/CSV)	34,9	3	34,8	3	PPE
Parti Ouvrier Socialiste (POSL/LSAP)	29,9	2	25,5	2	SOC
Parti Démocratique	22,1	1	19,9	1	LDR
TOTAIS		6		6	

REINO UNIDO

	ELEIÇÕES PE — JUNHO 84		ELEIÇÕES PE — JUNHO 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Conservative Party	40,7	45	35	26	Ed
Labour Party	36,5	32	39	51	Soc
Social-Democrats and Liberals	19,4	—	—	—	
Green	—	—	13	—	Arco-Íris
Outros	—	4	—	4	
TOTAIS		81		81	

* Provisórios

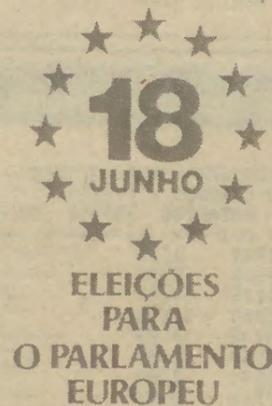
ITÁLIA

	ELEIÇÕES PE — Junho 84		ELEIÇÕES PE — Junho 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Democrazia Cristiana (DC)	33,0	26	32,9	27	PPE
Partido Comunista (PCI)	33,3	27	27,6	22	COM
Partido Socialista (PSI)	11,2	9	14,8	12	SOC
Movimento Sociale Italiano (MSI)	6,5	5	5,5	4	DR
Partido Republicano (PR)	6,1*	5	4,4*	4	LDR
Partido Social Democrático (PSDI)	3,5	3	2,7	2	SOC
Verdes	—	—	3,8	3	Arco-Íris
Outros	—	6	—	7	
TOTAIS		81		81	

* Lista única PR/Liberais

PAÍSES BAIXOS

	ELEIÇÕES PE — Junho 84		ELEIÇÕES PE — Junho 89		Família Política Europeia
	%	Mandatos	%	Mandatos	
Christen Democratisch (CDA)	30,0	8	34,6	10	PPE
Partis van de Arbeid (PVDA)	33,7	9	30,7	8	SOC
Volks Partis (VVD)	13,9	5	13,6	3	LDR
Ecologistas	—	—	7,0	2	Arco-Íris
Outros	—	3	—	2	
TOTAIS		25		25	



Internacional

Parlamento Europeu Resultados eleitorais de 1987 e 1989

Aveiro

FREGUESIAS APURADAS 206		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 504270	VOTANTES 247623 49,11	INSC 479698	VOTANTES 356056 74,2
***** V O T O S *****			
BRANCOS	3751 1,51	BRANCOS	3832 1,08
NULOS	3259 1,32	NULOS	4306 1,21
PSD	99674 40,25	PSD	156554 43,97
PS	66670 26,92	PS	80366 22,57
CDS	46814 18,91	CDS	73502 20,64
CDU	13256 5,35	CDU	14160 3,98
PPM	4364 1,76	PRD	7931 2,23
MDP	2926 1,18	PPM	7607 2,14
PDC	2159 0,87	PDC	2029 0,57
UDP	1582 0,64	UDP	1514 0,45
PSR	1267 0,51	MDP	1233 0,35
PCTP	955 0,39	PSR	1029 0,29
POUS	567 0,23	PCR	1006 0,28
FER	380 0,15	PCTP	797 0,22

Coimbra

FREGUESIAS APURADAS 205		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 359905	VOTANTES 167584 46,56	INSC 349470	VOTANTES 243410 69,6
***** V O T O S *****			
BRANCOS	3521 2,10	BRANCOS	3844 1,58
NULOS	2929 1,75	NULOS	4038 1,66
PSD	60410 36,05	PSD	93509 38,42
PS	53316 31,81	PS	69745 28,65
CDS	22119 13,20	CDS	34044 13,99
CDU	13995 8,35	CDU	15944 6,55
PPM	3475 2,07	PRD	7151 2,94
MDP	2260 1,35	PPM	6140 2,52
PSR	1387 0,83	PDC	3080 1,27
PDC	1248 0,74	UDP	2298 0,94
UDP	1106 0,66	PSR	1070 0,44
PCTP	999 0,60	PCR	1010 0,41
POUS	550 0,33	MDP	846 0,35
FER	269 0,16	PCTP	691 0,28

Lisboa

FREGUESIAS APURADAS 203		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 1743684	VOTANTES 923587 52,97	INSC 1674133	VOTANTES 1231244 73,5
***** V O T O S *****			
BRANCOS	15080 1,63	BRANCOS	12758 1,04
NULOS	12924 1,40	NULOS	12519 1,02
PS	250971 27,17	PSD	361385 29,35
PSD	238922 25,87	PS	263392 21,39
CDU	183465 19,86	CDS	212498 17,26
CDS	136415 14,77	CDU	189272 15,37
PPM	30730 3,33	PRD	73965 6,01
MDP	18015 1,95	PPM	62738 5,10
UDP	12066 1,31	UDP	14382 1,17
PSR	8496 0,92	MDP	7610 0,62
PDC	6996 0,76	PDC	7068 0,57
PCTP	6021 0,65	PSR	5832 0,47
POUS	1946 0,21	PCTP	4524 0,37
FER	1540 0,17	PCR	3301 0,27

Viana do Castelo

FREGUESIAS APURADAS 289		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 208439	VOTANTES 105684 50,70	INSC 199593	VOTANTES 139980 70,1
***** V O T O S *****			
BRANCOS	1690 1,60	BRANCOS	2052 1,47
NULOS	1890 1,79	NULOS	2056 1,47
PSD	40795 38,60	PSD	63013 45,02
PS	25942 24,55	PS	26474 18,91
CDS	20489 19,39	CDS	24424 17,45
CDU	8552 8,09	CDU	8490 6,07
PPM	1439 1,36	PRD	5674 4,05
MDP	1365 1,29	PPM	2195 1,57
PDC	945 0,89	PDC	1623 1,16
UDP	827 0,78	MDP	936 0,67
PSR	594 0,56	PSR	860 0,61
PCTP	579 0,55	PCR	624 0,45
POUS	295 0,28	UDP	605 0,43
FER	282 0,27	PCTP	515 0,37

Beja

FREGUESIAS APURADAS 96		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 152951	VOTANTES 76434 49,97	INSC 151305	VOTANTES 102465 67,7
***** V O T O S *****			
BRANCOS	1304 1,71	BRANCOS	2105 2,05
NULOS	1472 1,93	NULOS	1692 1,65
CDU	33511 43,84	CDU	39426 38,48
PS	19359 25,33	PS	21100 20,59
PSD	11417 14,94	PSD	20157 19,67
CDS	3615 4,73	PRD	5456 5,32
PCTP	1308 1,71	CDS	5316 5,19
UDP	1120 1,47	UDP	1472 1,44
PSR	982 1,28	PPM	1409 1,38
MDP	799 1,05	PSR	1116 1,09
PPM	657 0,86	PDC	896 0,87
PDC	397 0,52	PCR	841 0,82
POUS	286 0,37	PCTP	800 0,78
FER	207 0,27	MDP	679 0,66

Évora

FREGUESIAS APURADAS 88		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 148938	VOTANTES 83403 56,00	INSC 146043	VOTANTES 110040 75,3
***** V O T O S *****			
BRANCOS	1614 1,94	BRANCOS	1609 1,53
NULOS	1383 1,66	NULOS	1391 1,26
CDU	34965 41,92	CDU	37683 34,24
PS	17217 20,64	PSD	27830 25,29
PSD	16871 20,23	PS	17663 16,05
CDS	5581 6,69	CDS	8107 7,37
PCTP	1174 1,41	PRD	7942 7,22
PPM	1092 1,31	PPM	1818 1,65
PSR	1024 1,23	PDC	1539 1,40
PSR	833 1,00	UDP	1455 1,32
UDP	829 0,99	PSR	916 0,83
PDC	392 0,47	MDP	877 0,80
POUS	250 0,30	PCTP	591 0,54
FER	178 0,21	PCR	539 0,49

Portalegre

FREGUESIAS APURADAS 85		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 117530	VOTANTES 64353 54,75	INSC 116085	VOTANTES 86974 74,9
***** V O T O S *****			
BRANCOS	1395 2,17	BRANCOS	1670 1,92
NULOS	1166 1,81	NULOS	1578 1,81
PS	20919 32,51	PSD	25412 29,22
PSD	15600 24,24	PS	21935 25,22
CDU	15465 24,03	CDU	17804 20,47
CDS	5805 9,02	CDS	8565 9,95
PRD	872 1,36	PRD	5172 5,95
PCTP	735 1,14	PPM	1277 1,47
PSR	646 1,00	UDP	897 1,03
MDP	556 0,86	PSR	716 0,82
MDP	503 0,78	MDP	576 0,66
PDC	342 0,53	PDC	572 0,66
POUS	200 0,31	PCR	539 0,62
FER	149 0,23	PCTP	518 0,60

Vila Real

FREGUESIAS APURADAS 265		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 211512	VOTANTES 103992 49,17	INSC 202089	VOTANTES 135880 67,2
***** V O T O S *****			
BRANCOS	1281 1,23	BRANCOS	1693 1,25
NULOS	2275 2,19	NULOS	1693 1,25
PSD	48725 46,85	PSD	73025 53,74
PS	26467 25,45	PS	26819 19,74
CDS	15050 14,47	CDS	18108 13,33
CDU	4448 4,28	CDU	4775 3,51
PPM	1360 1,31	PRD	1934 1,42
MDP	949 0,91	PPM	1867 1,37
PDC	935 0,90	PDC	1275 0,94
PSR	784 0,75	PCR	935 0,69
PCTP	597 0,57	PCR	753 0,55
UDP	520 0,50	UDP	557 0,41
POUS	344 0,33	PCTP	481 0,35
FER	257 0,25	MDP	413 0,30

Braga

FREGUESIAS APURADAS 509		FREGUESIAS POR APURAR 2	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 552311	VOTANTES 306324 55,46	INSC 524899	VOTANTES 401009 76,4
***** V O T O S *****			
BRANCOS	3390 1,11	BRANCOS	4339 1,08
NULOS	4334 1,41	NULOS	4513 1,13
PSD	106494 34,77	PSD	163518 40,78
PS	93643 32,53	PS	105218 26,22
CDS	5364 17,42	CDS	69949 17,44
CDU	22664 7,40	CDU	21434 5,35
PPM	4719 1,54	PRD	12129 3,02
MDP	2895 0,95	PPM	6948 1,73
UDP	2003 0,65	PDC	2755 0,69
PDC	1919 0,63	PSR	2525 0,63
PSR	1899 0,62	PCR	2231 0,56
PCTP	1389 0,45	UDP	1723 0,43
POUS	108 0,35	PCTP	1360 0,34
FER	526 0,17	MDP	1260 0,31

Faro

FREGUESIAS APURADAS 76		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 281871	VOTANTES 126728 44,96	INSC 270127	VOTANTES 189611 70,1
***** V O T O S *****			
BRANCOS	3082 2,43	BRANCOS	3778 1,99
NULOS	2475 1,95	NULOS	3555 1,87
PS	43463 34,30	PSD	73169 38,59
PSD	38363 30,27	PS	47900 25,26
CDU	17028 13,46	CDU	19711 10,53
CDS	12313 9,72	CDS	18320 9,66
MDP	2016 1,59	PRD	10727 5,66
PPM	1977 1,56	PPM	3372 1,78
UDP	1558 1,23	UDP	2402 1,27
PCTP	1322 1,04	PDC	2027 1,07
PSR	1195 0,94	PSR	1393 0,73
PDC	1049 0,83	PCR	1384 0,73
POUS	554 0,44	MDP	1359 0,72
FER	309 0,24	PCTP	968 0,51

Porto

FREGUESIAS APURADAS 385		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 1258061	VOTANTES 693185 55,10	INSC 1196390	VOTANTES 934268 78,0
***** V O T O S *****			
BRANCOS	8030 1,16	BRANCOS	7654 0,82
NULOS	8151 1,18	NULOS	8434 0,90
PS	234932 33,89	PSD	340237 36,42
PSD	234830 33,88	PS	253759 27,16
CDU	9424 13,62	CDS	153188 16,40
CDU	70793 10,21	CDU	81968 8,76
PPM	14382 2,07	PRD	33894 3,63
MDP	8714 1,26	PPM	28032 3,00
UDP	5917 0,85	UDP	8755 0,94
PSR	4023 0,58	PDC	4082 0,44
PDC	3324 0,48	PCR	3459 0,37
PCTP	3113 0,45	PSR	3421 0,37
POUS	1580 0,23	MDP	2909 0,31
FER	972 0,14	PCTP	2191 0,23

Viseu

FREGUESIAS APURADAS 371		FREGUESIAS POR APURAR 0	
** PARLAMENTO EUROPEU - 1989		** PARLAMENTO EUROPEU - 1987	
INSC 339076	VOTANTES 156701 46,21	INSC 326867	VOTANTES 226454 69,2
***** V O T O S *****			
BRANCOS	2344 1,50	BRANCOS	2444 1,08
NULOS	3430 2,19	NULOS	3785 1,67
PSD	67511 43,10	PSD	114087 50,38
PS	35126 22,42	CDS	46582 20,57
CDS	33596 21,44	PS	39935 17,63
CDU	6111 3,90	CDU	5966 2,63
PPM	2204 1,41	PRD	3408 1,50
PDC	1739 1,11	PPM	3321 1,47
MDP	1412 0,90	PDC	1832 0,81
PSR	1119 0,71	PCR	1101 0,49
UDP	849 0,54	MDP	875 0,39
PCTP	595 0,38	PSR	868 0,38
POUS			

Trabalhadores

Impressionante adesão na Função Pública**As greves reforçaram a capacidade de negociação**

Os sindicatos publicaram durante os dois dias de greve da semana passada listas intermináveis, impossíveis de reproduzir aqui na totalidade. Essas listas de adesão por locais de trabalho são indiscutíveis quanto à amplitude nacional da greve de 14 e 15 do corrente. O Governo pretendeu, sem êxito, minimizar o sentido da luta e a sua vastidão. Os sindicatos protestaram, na generalidade, contra os números que o Governo adiantou para a comunicação social (ver caixa) e sublinharam que nunca aconteceu nos sectores abrangidos uma tão grande adesão a uma forma de luta deste género (48 horas de greve). Unidade, coesão e participação assinalaram a luta de massas da função pública, cujas organizações sindicais mantiveram grande firmeza junto com os

trabalhadores na defesa das suas reivindicações.

Antes de tudo é de assinalar que aderiram à luta e nela participaram sindicatos de todos os quadrantes. Sublinham também as organizações sindicais que a greve de 14 e 15 envolveu **pela primeira vez e em simultâneo profissionais de todos os sectores** da Administração Central, Regional e Local — técnicos, administrativos, operários e auxiliares — investigadores, médicos e enfermeiros.

Governo tentou iludir as pessoas

Confirmadas por vários sindicatos, as adesões oscilaram entre os 70 e os 80 por cento a nível nacional. O Governo, que já reatou as negociações com os professores

terá que fazer o mesmo com as organizações sindicais da Função Pública. Numa nota à Imprensa, a Federação Nacional (FNSFP) afirma que «o Governo insiste na tentativa de iludir a opinião pública» ao omitir ou não esclarecer suficientemente a necessidade de negociar com «os restantes sindicatos, representativos de mais de 350 mil técnicos, administrativos, operários e auxiliares, investigadores, informáticos, paramédicos. Todo esse pessoal está directamente interessado nas negociações e pertence à Administração Central, Regional e Local — áreas cobertas por vários sindicatos e outras organizações do mesmo tipo.

No último dia da greve a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), ao assinalar a extraordinária adesão à greve,

relevava «a combatividade demonstrada pelos trabalhadores da segurança social, das escolas e da saúde, serviços florestais, Instituto do Emprego, Junta Autónoma das Estradas, serviços de atendimento de inúmeros ministérios e a própria secretaria-geral da presidência do Conselho de Ministros, onde a greve é de 53 por cento».

Ainda no dia 15 a FNSFP realçava a adesão dos trabalhadores das alfândegas (paralisados os postos de Valença e de Vilar Formoso). No terminal TIR do Freixo só os trabalhadores com vínculo precário estavam a trabalhar.

Na sede das alfândegas do Porto, todos os serviços estavam parados, incluso as tesourarias.

A magnitude da greve e a mobilização que suscitou em todos os sectores abrangidos não pode deixar de ter seguimento, quer através de outras formas de luta — se se revelarem necessárias — quer, e principalmente, através de negociações mais profícuas do que aquelas que até agora foram entulhadas com os representantes do Governo e que, tudo leva a crer, irão continuar.

As «adesões» do Governo

Este Governo demonstrou durante as greves de 14 e 15 do corrente um terrífico controlo sobre os números das adesões. É curioso notar, como faz a FNSFP, o iniludível rigor que vários membros do Executivo adoptaram para mostrar como estavam informados dos níveis de participação nas greves dos professores e dos trabalhadores da função pública. Assim, sucedeu que:

- para o ministro das Finanças a adesão à greve na função pública era de zero a 19 por cento;
- para a secretária de Estado da Modernização Administrativa a adesão era na ordem dos 30 por cento;
- para o ministro da Educação a adesão era de 39 por cento;
- para o ministro do Emprego e Segurança Social a adesão era de 46 por cento.

O Primeiro-Ministro, felizmente, não teve tempo para se pronunciar sobre tão rigorosa matéria. Foi pena. Talvez a sua «média» fosse ainda mais surpreendente.

Razão tem o ex-ministro e agora eurodeputado Capucho para dizer que isso da «explicação» das medidas do Governo não anda capaz, que é preciso melhorá-la, etc.

Na verdade, a «coesão» manifestada nessa aritmética das adesões demonstra bem que o Governo precisa realmente de «explicar» e «explicar» sempre.

Precisa urgentemente de explicar como o Governo se engana quando quer, e como tão perfeitamente se explica ao tentar enganar os outros.

Ou não é?

Greve no Estado**Também no Porto a maior de sempre**

A greve de 14 e 15 do corrente teve, também no distrito do Porto, uma grande expressão, e contrariou, assim, as declarações de membros do Governo, que tentaram diminuir os efeitos da paralisação. Várias escolas encerraram, bem como as repartições de Finanças e tesourarias. Unidades de saúde viram os seus serviços grandemente afectados.

De destacar são os resultados no Centro Regional de Segurança Social do Porto, onde paralisaram praticamente todos os serviços, nomeadamente os serviços central e regional, bem como os infantários.

Alguns dados:

Escola Preparatória Secundária de Rio Tinto, Escola Secundária Aurélio de Sousa, Escola Secundária Garcia da Horta, Escola Preparatória Soares dos Reis e a Escola Preparatória Gomes Teixeira encerraram. Nas Escolas Secundárias de Alexandreerculano, Cal Brandão e Infante D. Henrique, as adesões foram de 98, 96 e 95 por cento, respectivamente.

Fontes sindicais apontam para 96 por cento, quando se referem aos níveis de adesão dos professores no distrito.

As repartições de Finanças e as tesourarias dos 1.º, 2.º, 5.º, 6.º e 8.º Bairros encerraram, o mesmo acontecendo com os matadouros de Penafiel e de Amarante.

Nos serviços de saúde, e resumidamente, pararam a 80 por cento os Hospitais de Santo António e de São João; o Hospital de Santo Tirso a 95 por cento; Centro de Saúde de Felgueiras, 100 por cento; ARS de S. Crispim, por 70 por cento; ARS

da Constituição, 90 por cento; CRSS António Patrício, 80 por cento.

No segundo dia de greve, mais uma adesão foi registada, a dos trabalhadores das alfândegas. A adesão massiva verificou-se na Alfândega do Porto, em Vilar Formoso e Valença e no terminal do Freixo.

Em comunicado à imprensa o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte, referindo-se às afirmações do Governo de que a greve se situaria entre os zero e 19 por cento, afirmava nomeadamente que nem era necessário «repudiar tal afirmação», mas sublinhava que «o Executivo devia, isso sim, preocupar-se em responder satisfatoriamente às exigências dos TFP, em vez de procurar, atabalhoadamente, fal-

sear dados que são incontesteáveis».

E mais adiante dizia: «Os trabalhadores da FP estão a fazer a maior greve depois do 25 de Abril, no seu sector, porque as propostas do Governo são absolutamente inaceitáveis».

De grande interesse são, por último, algumas das adesões registadas na Administração Local (autarquias): CM de Amarante (95 por cento); CM de Penafiel (60 por cento); CM de Vila do Conde (98 por cento); CM de Matosinhos (50 por cento); CM de Gaia (75 por cento); CM de Lousada (75 por cento). A Biblioteca Municipal do Porto encerrou. A União dos Sindicatos do Porto (USP/CGTP), por seu turno, afirmou em comunicado que o movimento de trabalhadores, que se verifica agora, prova a necessidade de uma outra política, que sirva os interesses dos trabalhadores, reponha o seu poder de compra, melhore as suas condições de vida e garanta uma verdadeira justiça social.

O exemplo dos enfermeiros**A greve e o respeito**

Fazer greve não é brincadeira nenhuma. Quando os trabalhadores desencadeiam esta forma de luta, geralmente fazem-no porque o patronato, ou quem o representa, não lhes deixou outra alternativa. A obstinação do patronato em recusar atender as reivindicações de quem trabalha ou, sequer, escutá-las, é também geralmente a grande responsável por tais movimentações laborais.

É típico do patronato, ou de quem o representa, tentar virar a opinião pública contra os grevistas, assacando-lhes a responsabilidade pelos eventuais incómodos provocados pelas greves e escondendo deliberadamente que, em primeira e última análise, são os patrões que forçam os trabalhadores a encetar essas formas de luta, sendo igualmente responsáveis pela sua extensão e profundidade.

Mas é quando as greves atingem áreas sensíveis da vida das populações — transportes, comunicações, escolas, hospitais, etc. que a demagogia patronal refina, como mais uma vez se verificou nas paralisações da Função Pública dos passados dias 14 e 15. Aí o Governo tornou a verter lágrimas de crocodilo, mostrando-se muito «preocupado» com as consequências que adviriam para a população escolar, os doentes, etc, enquanto, por outro lado, lhes impunha todos esses transtornos através da sua intransigência negocial com os trabalhadores da Função Pública.

Só que em matéria de profissionalismo e sentido das responsabilidades os trabalhadores não têm nada aprender com o Governo, antes pelo contrário. Um exem-

plo disso, entre muitos, foi dado pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses nas referidas paralisações de 14 e 15. Além de ter assegurado os cuidados essenciais de enfermagem, o bem-estar e a segurança dos doentes, montou um serviço de informação ao público que se deslocava aos hospitais para visitar os seus familiares, explicando-lhes que estes não corriam qualquer perigo e informando-os, ao mesmo tempo, das razões que os forçaram à luta, associando-os assim à exigência de melhores serviços de Saúde.

É que fazer greve não é brincadeira nenhuma — ao contrário do que parece pensar este Governo que, talvez por se aumentar a si próprio com vencimentos escandalosos, não respeita ninguém: nem público nem grevistas.

Turismo**Greve em Peniche**

Os trabalhadores da Azul-Mar, sociedade turística da Praia Norte em Peniche, entrarão em greve depois de amanhã, sábado, se a entidade patronal continuar a não cumprir o contrato colectivo

de trabalho, assinado com o respectivo sindicato.

O pré-aviso de greve segue-se à decisão que os trabalhadores tomaram nesse sentido, e foi subscrito pelo Sindicato de Hotelaria do Centro.

Afirma esta organização sindical que a administração da Azul-Mar se recusa, «sem motivos sérios», a cumprir o referido contrato, não pagando inclusivamente as dívidas aos trabalhadores e recusando-se a proceder a aumentos

salariais e ao cumprimento dos horários de trabalho.

A greve, a concretizar-se o pré-aviso, abrangerá um período de 24 horas.

Ao anunciar publicamente a greve, o sindicato exorta,

através da direcção, todos os trabalhadores a «adoptarem com determinação e unidade esta forma de luta, convicta de que ela é imprescindível para a resolução dos problemas que os afectam».

Trabalhadores

Professores — Depois da grande greve garantias do Governo

— diz a FENPROF

Embora chame a atenção para «a batalha do estatuto que se avizinha», a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) assinalava sábado passado que «os professores conseguiram dar um importante passo» com a paralisação e as negociações com o Governo.

As quatro horas da madrugada de 17 do corrente a Federação conseguiu do Governo «a garantia de que haverá equiparação às carreiras técnica e técnica superior; contagem de todo o tempo de serviço; normas transitórias para os professores próximos da aposentação».

O secretariado nacional (direcção) da Fenprof comenta essa garantia como segue: «Os professores ganharam com a persistência da Fenprof ao recusar o acordo, por outros assinado, onde a contagem do tempo de serviço prestado não estava contemplada».

«Os professores ganharam, porque conseguiram um avanço qualitativo para a bat-

talha do estatuto que se avizinha. (Trata-se do estatuto da carreira, naturalmente).

«Os professores ganharam, porque confiaram na sua força e na sua determinação».

«Os professores de todos os sectores, da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário, alcançaram iniludíveis vitórias».

«O secretariado nacional da Fenprof, face aos resultados das negociações, resolveu suspender as greves previstas, iniciando desde já um processo de esclarecimento e consulta a toda a classe, tendo em vista a reedificação dos objectivos e formas de acção, na defesa da dignificação da profissão

docente».

«O secretariado nacional da Fenprof apela a todos os professores para se dirigirem aos seus sindicatos, e informa que vão ser marcadas reuniões por todo o País, no sentido de se conhecer a opinião dos professores sobre as formas de prosseguir com a acção reivindicativa em torno do estatuto da carreira que dignifique a profissão docente».

Ensino particular também aderiu

Segundo a mesma Federação, os docentes e outros trabalhadores com funções pedagógicas do ensino particular e cooperativo, bem como de instituições privadas de solidariedade social tam-

bém estiveram em greve nos dias 14 e 15 do corrente.

A principal reivindicação é a de que, «passados oito meses desde a publicação do Decreto-Lei n.º 321/88, de 22 de Setembro, ainda não foi encontrada qualquer solução no que diz respeito às eventualidades de encargos familiares, incapacidade temporária para o trabalho por motivo de doença, maternidade, doença profissional e desemprego».

Afirma a Fenprof:

Aquele Decreto «determinou a inscrição dos docentes do ensino particular e cooperativo na Caixa Geral de Aposentações e no Montepio dos Servidores do Estado, e não previu qualquer solução para os aspectos atrás referidos (eventualidades,

etc.), quando a posição da Fenprof e dos docentes é que seja o regime geral de segurança social a assegurar tais prestações».

«Entretanto, aos docentes das instituições privadas de solidariedade social não foi aplicado o citado Decreto-Lei, sendo sua exigência que lhes seja aplicado».

«Finalmente, os docentes, tanto uns como outros, exigem que as suas condições de trabalho, e nomeadamente as remunerações, sejam equiparadas aos docentes do ensino oficial».

«No caso dos docentes do ensino particular e cooperativo, exigem estes que na próxima revisão do respectivo CCT (Contrato Colectivo de Trabalho) se encontrem soluções que resultem numa

aproximação às remunerações que, previsivelmente, estarão em vigor em Outubro para os docentes do ensino oficial».

«No caso dos docentes de instituições privadas de solidariedade social, a situação é ainda mais escandalosa, pois desde 1985 que a tabela de remunerações mínimas não é revista, verificando-se que, neste momento, há muitas educadoras com o salário mínimo nacional», afirma ainda a Fenprof que protesta contra essa situação e reclama a «imediate alteração das tabelas de remunerações mínimas em vigor, com a intervenção do Governo, uma vez que os sindicatos não têm qualquer interlocutor para, pela via da negociação, resolver o problema».

Siderurgia: uma semana de adesão total

A semana de luta realizada na Siderurgia Nacional EP desde segunda-feira, dia 12, nas unidades fabris da Maia e do Seixal e na sede em Lisboa, contou com a «adesão total dos trabalhadores em todos os períodos de greve» — informou a comissão executiva da Federação dos Metalúrgicos (FSMMMP).

Além das paralisações de duas horas por turno, esta acção incluiu ainda, entre outras iniciativas, a distribuição de comunicados à população em Lisboa e no Porto.

A semana de luta dos trabalhadores da SN teve por objectivo repudiar a tentativa do Governo de desmantelar a única empresa siderúrgica nacional prosseguindo os despedimentos, conseguir melhores condições de vida e de trabalho.

Um milhão para despedir

A Federação revela numa nota que distribuiu à comunicação social durante a semana de luta na Siderurgia Nacional, que «desde Março último, e invocando as ajudas da CEE, o conselho de gerência já promoveu a saída de cerca de 500 trabalhadores, gastando mais de um milhão e cem mil contos em indemnizações».

Feitas as contas, «após o pedido de adesão de Portugal à CEE já saíram da SN cerca de 2 mil trabalhadores». Contudo, estes números parecem não existir para o CG e o Governo que, diz a FSMMMP, «continuam a afirmar que é necessário despedir 2 mil trabalhadores no âmbito da chamada reestruturação da indústria siderúrgica das comunidades».

A Federação dos Metalúrgicos afirma que o CG continua a mandar cartas para casa de trabalhadores pressionando-os a rescindir o contrato com a empresa. Entretanto, «muitos quadros técnicos e outros profissio-

nais altamente especializados estão a sair da empresa e a ser substituídos por trabalhadores alugados a empreiteiros, sem qualquer vínculo laboral e sem formação para o efeito, o que está a conduzir a uma situação de degradação técnica» da Siderurgia.

O CG da Siderurgia Nacional é ainda acusado de «usar e abusar da repressão», nomeadamente por manter suspensos desde Março sete activistas sindicais.

Quimigal volta a parar

Em plenários realizados nos dias 15 e 16 a nível nacional, os trabalhadores da Quimigal decidiram avançar para uma greve de 48 horas, divididas por hoje, 22 de Junho, e 5 de Julho — anunciou a Federação dos Químicos (FSTIQFP). Esta posição resulta do facto de a administração apenas ter alterado em um por cento a sua proposta de actualização dos salários, apresentando valores (7-7,5%, e «como consequência da boa adesão» à greve de 9 de Junho) que os representantes dos trabalhadores consideram «bastante afastados de um possível acordo».

Com esta greve os trabalhadores da Quimigal pretendem também, entre outros objectivos, fixar em 40 horas a duração máxima da semana de trabalho, conseguir a atribuição de um complemento por doença ou acidente no trabalho e de um subsídio a quem tem filhos em idade de frequentar a creche ou o infantário.

Sumário sindical

Setúbal — A União dos Sindicatos de Setúbal anunciou que vai «envidar esforços junto do secretário de Estado da Segurança Social no sentido de ver reposta a normalidade e a transparência» no funcionamento do Conselho Regional de Segurança Social. Este órgão de fiscalização e consulta do Centro Regional de Segurança Social do distrito, denuncia a União, não reúne há cerca de um ano.

Portalegre — O Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Portalegre, reunido nos dias 14 e 15, constatou que foi suprimido o atraso que se vinha notando na preparação do 1.º Congresso da USP; aquele órgão, numa nota do seu departamento de informação, revela que se encontravam já inscritos para o congresso, marcado para 1 de Julho, 13 sindicatos (2 deles não filiados na União) representativos de mais de 10 mil trabalhadores. Quanto à situação político-social, o CD da União dos Sindicatos de Portalegre, «reconhecendo em-



bora que o Governo e o patronato não deixarão de utilizar as armas conseguidas com a revisão constitucional e a publicação do pacote laboral, constatou com alegria a disponibilidade dos trabalhadores do distrito para lutarem em defesa dos seus direitos, como é exemplo claro a extraordinária adesão verificada nas lutas dos trabalhadores da função pública». O Conselho manifestou ainda a sua «preocupação face aos acontecimentos» na RP da China e apelou aos governantes chineses «para que ponham fim às tentativas de resolver pela violência os problemas que afectam aquele país». Decidiram ainda inscrever-se no 3.º Congresso sobre o Alentejo e apresentar aí uma comunicação de dirigentes da União. Para hoje estava marcado em Portalegre um encontro com a comunicação social sobre o 1.º Congresso da USP.

Coimbra — A formação sindical e profissional e a elaboração de estudos económicos, jurídicos e ambientais, entre outros, são algumas das áreas «susceptíveis de constituírem objecto de cooperação» entre a União dos Sindicatos de Coimbra e a CGTP-IN, por um lado, a Universidade de Coimbra, por outro — informou o departamento de informação da central numa nota sobre um encontro realizado sexta-feira passada na capital do Mondego com o reitor Rui Alarcão. Tanto da parte da Universidade, como dos sindicalistas, foi manifestada a disponibilidade para prosseguir os contactos «na perspectiva de um intercâmbio mutuamente vantajoso» — afirma a CGTP-IN.

Sintra — A empresa Joaquim Dias Amado (Curtumes da Bela Vista) há dois meses que não paga salários aos seus cerca de 80 trabalhadores — denuncia o secretariado da delegação dos sindicatos no concelho de Sintra. Numa informação à imprensa divulgada na semana passada, aquela estrutura da União dos Sindicatos de Lisboa afirma ainda que todo o equipamento da empresa se encontra penhorado e que a administração se limita a dizer que está em negociações para a venda das instalações, sem apresentar «nenhum horizonte de resolução do problema, antes pelo contrário, reafirma que não pagará os salários». O secretariado sindical recorda que o sector é rentável e está em crescimento, a empresa sempre teve trabalho «e com fatura» e a média de salários sempre foi baixa, concluindo que «só a administração, e mais ninguém, é responsável pela situação». No concelho de Sintra — afirma o secretariado da delegação da USL — há ainda mais duas empresas com salários em atraso.

RTP Porto — O conselho de gerência da RTP, após várias sessões no Tribunal de Trabalho de Gaia, propôs-se na semana passada retirar o castigo e pagar os 6 dias de suspensão que decidira aplicar como penalização a trabalhadores que participaram na greve geral de 28 de Março de 1988, repondo os vencimentos descontados e averbando no processo individual a anulação do castigo. A delegação do Porto do STT (Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual), que divulgou a notícia, sublinha que «a firmeza dos atingidos e a solidariedade dos restantes trabalhadores foram determinantes para obrigar o conselho de gerência a recuar».

Alerta, jornalistas — O Sindicato dos Jornalistas, comentando a situação no semanário «Notícias de Primeira Página», «alerta a classe para que se mantenha vigilante», já que «nem sempre as grandes promessas correspondem à segurança no emprego, nem sequer correspondem a um emprego». A grande expansão a que se tem assistido no sector da comunicação social teria, à partida, aberto «grandes perspectivas no mercado de trabalho». mas «nem tudo parece estar a processar-se da forma mais clara». O sindicato constata que «no meio das tentativas sérias de abrir a comunicação social a um maior leque de publicações, o que o SJ saúda, desenharam-se já tentativas aventureiristas» de que os jornalistas serão «as principais vítimas». O SJ divulgou ainda um protesto que enviou ao PCTP/MRPP por elementos da candidatura deste partido ao PE terem impedido dois jornalistas da Lusa de entrar nas instalações da Casa da Imprensa, em Lisboa, onde efectuavam na altura uma conferência de imprensa.

Metalomecânica — «O poder político tem vindo deliberadamente e de forma concertada a reduzir a capacidade produtiva, a perder tecnologia, aumentando desta forma o desemprego. Pode dizer-se que tem sido uma acção de traição nacional.» É desta forma que a coordenadora sindical da metalomecânica pesada se pronuncia sobre a situação criada no sector com a política seguida nos últimos 12 anos. Num comunicado distribuído na semana passada aos trabalhadores, aquela estrutura recorda efeitos concretos dessa orientação, que veio aprofundar a crise da metalomecânica pesada (a falência da Equimetal e da Mompur, o desmembramento da Sorefame e da Cometna, o dispêndio de 6 milhões de contos em rescisões e reformas antecipadas, a destruição de 5 mil postos de trabalho) e reclama «medidas que permitam relançar as empresas e criar novos postos de trabalho».

Assembleia da República

Em hora de balanço eleitoral Reconhecido o êxito da CDU e a vasta censura à acção do Governo

Em tempo de balanço, foram naturalmente ainda as eleições para o Parlamento Europeu a concitar sobre si as atenções da sessão plenária de terça-feira. Tratou-se sobretudo de proceder à luz dos resultados de domingo a uma análise, que, como seria de esperar, trouxe para o centro do debate interpretações díspares, consoante a proveniência da bancada. Preenchendo a totalidade do período antes da ordem do dia, as várias leituras efectuadas pelos líderes parlamentares quanto à contagem eleitoral acabaram assim por ser marcadas, em primeiro lugar, por uma acesa polémica sobre quais os virtuais vencedores do acto eleitoral.

Por estranho que pareça, e de forma algo absurda, a questão colocou-se com particular acuidade entre o PSD e o PS, ambos a pretendem apresentar-se como potenciais ganhadores e a afirmarem mutuamente que o grande perdedor foi o adversário.

Enquanto o PS, pela voz de António Guterres, considerou, por exemplo, os resultados como reveladores de que «os portugueses estão profundamente zangados com o PSD» e de que a partir deste momento «está esgotada a fórmula política do PSD maioritário», este partido, por intermédio de Montalvão Machado, garantia que o PS «não se afirmou como alternativa» nem conseguira «ir buscar votos à CDU», frisando ainda que o partido liderado por Jorge Sampaio «estagnou eleitoralmente».

Mas se esta questão entre os dois parceiros do acordo de revisão constitucional, cada um a puxar a brasa à sua sardinha, não se afigurou conclusiva, o mesmo já não sucedeu quanto à interpretação que foi dada relativamente ao importante êxito eleitoral obtido pela CDU.

Digamos até que neste aspecto a interpretação dos resultados foi totalmente pacífica, de tal modo que o próprio deputado da maioria, Duarte Lima, chegou mesmo a declarar que «a subida mais expressiva, honra lhe seja feita (sic), é do PCP».

Espectacular derrota

E assim foi, com efeito, facto também evidenciado por Carlos Brito quando lembrou que a CDU conseguiu eleger mais um deputado (passando de três para quatro) e «reforçar a sua posição relativa com a subida de cerca de três pontos percentuais».

Seria entretanto em torno da análise a estes resultados que «vão marcar profundamente a evolução da situação política nacional» — as palavras são suas — que Carlos Brito ocuparia grande parte da sua intervenção.

E começou precisamente pela sua incidência no plano do Governo, acentuando a este respeito que «não é apenas a base de apoio social que se reduz, é também a base de apoio político e eleitoral do Governo

que resulta radicalmente reduzida».

«O Governo e o PSD tudo fizeram para defender as fronteiras de 37 por cento e dos dez deputados obtidos nas anteriores eleições para o Parlamento Europeu, o que lhes permitia disfarçar o desaire eleitoral. Mas foram clamorosamente derrotados nestas duas batalhas», afirmou o líder parlamentar comunista, antes de recordar que o partido que sustenta o Governo teve uma queda de quase cinco pontos percentuais, a perda de um mandato e uma quebra de votação de 750 mil votos, correspondendo a uma diminuição de 36 por cento do seu eleitorado.

O dirigente do PCP asseverou ainda que a «verdadeira medida da espectacular derrota do Governo só atinge todo o seu profundo significado» quando comparados «os magros 32,7% agora obtidos» pelo PSD com a «avalanche laranja» de mais de 50 por cento de 1987, comparação esta que considerou «perfeitamente legítima», pois, em sua opinião, é a «única que exprime autenticamente o veredicto popular de 18 de Junho como uma vasta censura à política governamental».

Manifestação de descontentamento

Detendo-se por outro lado no significado da elevada taxa de abstenção verificada, Carlos Brito defendeu o ponto de vista de que se esta «traduz a desmotivação dos portugueses para as questões da CEE», não é menos verdade que ela reflecte simultaneamente «uma manifestação proclamada de descontentamento com a política do PSD e do seu Governo».

«Caem assim literalmente por terra — observou o orador — as tentativas dos dirigentes do PSD para convencer o País que com o 18 de Junho nada mudou. Mudou tanto que se calhar até os senhores deputados do PSD já começaram a deitar contas à vida. Quantos terão que se ir embora nas próximas eleições? Quantos ficariam com o resultado das eleições de domingo passado?»

Depois de repudiar as palavras de Cavaco Silva produzidas na noite das eleições quanto aos alegados perigos de uma desestabilização no País em resultado da subida eleitoral da CDU, e de sublinhar que na sequência desta «nos sentimos mais fortes para prosseguir a luta contra a política, essa sim, desestabilizadora do Governo e a sua guerra permanente com a maior parte do País», Carlos Brito passou a analisar também as votações do PS e do CDS.

Quanto a este último, salientou que a «derrota do PSD é ainda mais significativa pelo facto de não se traduzir numa subida do CDS» — recorde-se que este perdeu votos, percentagem e um deputado — manifestando também a sua convicção de que se reveste de «alto significado» que sejam precisamente o PSD e o CDS a perder um deputado cada para a CDU e para o PS, circunstância que, disse também «é uma evolução muito positiva do eleitorado e do quadro político português que amadurece condições para uma alternativa democrática».

Magro crescimento

No que diz respeito ao resultado do PS, Carlos Brito chamou a atenção para o facto de ele não poder ser analisado «sem se considerar a sua aliança eleitoral com o PRD» e sem se juntar à sua votação de 1987 a votação dos «renovadores» em ordem a que se possa fazer «qualquer comparação com um mínimo de credibilidade política».

Seja como for, na perspectiva de Carlos Brito, mais do que «acentuar o magro crescimento do PS», o que importa salientar, frisou, é que a «tese de bipolarização que inspirou largamente a campanha dos socialistas sai severamente derrotada desta refrega eleitoral».

«Os bons resultados da CDU — afirmou por último Carlos Brito — assinalam um importante passo na sua recuperação eleitoral e abrem novas e estimulantes perspectivas para que em próximos actos eleitorais a CDU, no interesse do povo e da democracia, conquiste um maior apoio popular».

António Macedo

Um voto de pesar pela morte de António Macedo, resistente à ditadura, fundador e presidente honorário do PS, foi também aprovado por unanimidade pela Câmara, que guardou um minuto de silêncio em sua memória.

Democrata sempre empenhado na defesa da liberdade, da paz e da justiça, como assinala o texto do voto apro-

vado terça-feira, António Macedo fez da sua vida «um constante desafio de reconciliação dos homens, implementando o espírito de solidariedade e cooperação».

Exprimindo em nome da bancada comunista o seu pesar por esta morte que «magoo profundamente a consciência democrática do País», José Manuel Mendes, a ele se referiu, em palavras sentidas, como o «resistente esclarecido e intemerato» que suportou «as perseguições e o cárcere, suspeição e enxovalhos, com uma extrema dignidade».

«Honramos a sua lembrança — afirmou o deputado do PCP — e com o perfil da sua acção pertinaz — mesmo quando não coincidente com a nossa — entre as luzes dos nossos passos, porfiaremos nos prélios que se avizinham, em prol de uma liberdade cada vez mais fecunda e do melhor dos destinos para o nosso povo».

PCP

DORS do PCP comenta resultados eleitorais

O executivo da DORS do PCP divulgou anteontem uma nota sobre os resultados eleitorais de 18 de Junho, em que «saída o seu eleitorado e toda a população do distrito pela confiança depositada na Coligação Democrática Unitária (CDU)», traduzida nos resultados obtidos por esta força política.

A DORS salienta «a derrota do PSD, que passa no distrito de 23,5% em 1987 para 17,8% (menos 5,7 pontos) e entende-a como uma manifestação de indignação e protesto pela política governamental seguida contra os interesses do povo e dos trabalhadores».

Também o PS, refere a nota, viu «goradas no distrito as suas perspectivas de subida eleitoral», tendo descido, tendo em conta a aliança com o PRD, de 26,6% em 1987 para 23,7%; menos 2,9 pontos.

Pelo contrário, sublinha aquele organismo do PCP, a CDU «aumenta o seu resultado eleitoral no distrito e em todos os concelhos, passando a primeira força em todos eles». Recordando que a CDU obteve 38,5% dos votos, mais 6,8 pontos do que em 1987, a DORS faz notar que a

Coligação é maioritária em 67 das 77 freguesias.

Após referir que mais uma vez a votação nos pequenos partidos de esquerda se revelou inútil e apenas beneficiando a eleição de deputados de direita, a nota da DORS interpreta o elevado número de abstenções como traduzindo, por um lado, uma «forma inequívoca do descontentamento pela política do Governo PSD» e, por outro lado, o «alheamento provocado pela ausência de conhecimento e participação das populações na discussão das questões ligadas à integração de Portugal na CEE cuja responsabilidade coube ao Poder Central e obedeceu aos interesses da direita».

O documento da DORS congratula-se ainda com a praticamente garantida eleição de Maria Santos, do Partido «Os Verdes», e conclui que «os resultados eleitorais agora obtidos confirmam a confiança do eleitorado do distrito no PCP e seus aliados na CDU e serão um importante contributo para o reforço na acção e na luta de todos os democratas que na CDU encontram um espaço na busca de soluções para os problemas do distrito e do país».

Assembleia da célula do Fonseca e Burnay

«Por uma célula mais organizada, actuante e unida — para defender os trabalhadores do BFB» — foi com este lema que decorreu no passado sábado a 3.ª Assembleia da célula do Partido do Banco Fonseca e Burnay, em Lisboa.

Os participantes discutiram e aprovaram o projecto de conclusões, onde se incluem medidas para o reforço daquela célula e linhas de orientação para a defesa

dos postos de trabalho e direitos e regalias dos trabalhadores do banco.

Foi também eleito o novo secretariado (alargado) da célula, constituído por 17 elementos, sendo 4 mulheres.

O camarada Romeu do Rosário, membro do Comité Central, participou nesta Assembleia, que terminaria com um animado convívio.

Acontecimentos na China

Os recentes acontecimentos na República Popular da China ocuparam também no período antes da ordem do dia da sessão de terça-feira a atenção dos deputados.

Ao exame da Câmara foram submetidos, designadamente, quatro votos sobre aqueles trágicos acontecimentos, apresentados respectivamente, por ordem de entrada na Mesa da Assembleia, pelo PSD, PCP, PS e CDS.

Denominados «voto de protesto», as iniciativas do PSD, PS e CDS foram aprovadas com os votos favoráveis destes partidos e com os votos do PCP. O voto subscrito pelo Grupo Parlamentar comunista, por sua vez, acolheu também o voto favorável de «Os Verdes» e a abstenção do PS e do PRD.

Nos considerandos do seu voto, os parlamentares comunistas afirmam que «uma sociedade que se liberte da exploração, opressão e desigualdades sociais tem necessariamente como componentes o respeito pela pessoa humana, a democracia económica, social e política e cultural e o poder político exercido pelo povo».

Nesse sentido, e considerando que estes princípios essenciais «inspiram as tendências fundamentais da evolução da sociedade na época contemporânea e correspondem aos interesses e aspirações mais profundas do povo português», o texto do voto, «anotando embora a falta de objectividade de numerosas informações inseridas numa campanha internacional, expressa profundas preocupações motivadas pelos trágicos acontecimentos registados na República Popular da China».

No texto, exprimem-se também votos para que o «poder político naquele país dê continuidade às reformas económicas e políticas anteriormente definidas pelo governo e pelo Partido Comunista da China visando o desenvolvimento do seu grande país, o bem-estar do seu povo, a cooperação internacional e a paz».

Confiança no reforço futuro das «relações entre o povo português e o povo chinês, entre Portugal e a República Popular da China» constitui, por último, o desejo manifestado no voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Internacional

Gorbatchov na RFA**A aposta na paz e o «banho de massas»**

Dois factos particularmente significativos destacam-se no quadro da importante visita de Gorbatchov à RFA. Por um lado, no plano oficial, a assinatura de uma declaração conjunta, considerada histórica pelo dirigente soviético (e de que aqui reproduzimos largos extractos). Por outro, o «banho de massas», que submergiu «Gorbi», reflexo do interesse e entusiasmo pela *perestroika*, e em clara manifestação de apoio à intensiva política soviética de paz, e de amizade entre os povos.

Muitas e diversificadas foram, entretanto, as questões abordadas, ao longo dos dias da visita de Gorbatchov, aflorando alguns candentes problemas políticos da actualidade.

«Filosofia» da NATO e não-ingerência

A reunião de Bruxelas, da NATO, agora realizada, e a declaração aprovada nos

seus trabalhos (a ferros...), foi uma das questões abordadas por Gorbatchov, nos diferentes encontros efectuados ao longo da visita.

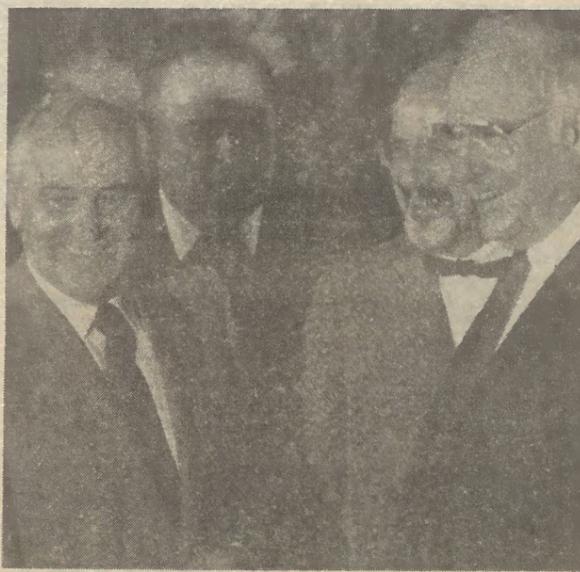
O dirigente soviético manifestou a esse respeito, a sua preocupação com a filosofia em que assenta a declaração, dizendo que ela reflecte o dia de ontem da política mundial e europeia, ao continuar a apostar nas armas nucleares.

Gorbatchov considerou, entretanto, que a declaração da Cimeira contém propostas concretas, importantes e construtivas, que permitem esperar soluções mutuamente aceitáveis em Viena, limitando entretanto as possibilidades de grandes progressos, pela subjacente filosofia de guerra fria.

A evolução actual do socialismo, foi tema central no encontro com dirigentes do SPD (sociais-democratas).

Para além das ideias diversas e mesmo controversas sobre os processos que ocorrem nos países socialistas — sublinhou Gorbatchov — o principal é que se tratam de mudanças profundas, cuja essência é o arranque para a democratização da sociedade.

O secretário-geral do



Uma visita de grande significado

PCUS afirmou, ainda, serem necessários esforços conjuntos, neste momento crucial da história, para excluir tentativas de desestabilização a partir de fora, da situação neste ou naquele país, particularmente onde decorre um processo vertiginoso e intenso de procura de variantes originais para a solução de problemas socioeconómicos, inclusive na materialização da opção socialista por méto-

dos diferentes dos antes utilizados.

O presidente soviético manifestou-se preocupado com a situação na China. Destacou a necessidade de fazer avaliações sérias e ponderadas. Disse entretanto causar inquietação geral a hipótese de falharem as profundas transformações em curso naquele enorme país, o que também prejudicaria o saneamento da situação internacional.

Lamentando que a situação se tenha agravado ainda mais em relação às opiniões que manifestou quando estava em Pequim, sobre a possibilidade de solucionar aquele grave conflito por via negociada, disse que seria bom se o povo e as autoridades chinesas encontrassem uma solução que esteja em harmonia com o interesse do povo e com as esperanças de todo o mundo.

A importância das relações económicas

Entre os acordos firmados, é de salientar o comunicado conjunto resultante das conversações entre os chefes da diplomacia dos dois países, em que a União Soviética e a RFA se afirmam dispostos a figurar entre os primeiros signatários da Convenção sobre a proibição total e universal de armas químicas que está a ser negociada na conferência da ONU sobre desarmamento em Genebra.

As questões do relacionamento económico tiveram também particular importância, nesta viagem de Gorbatchov à RFA.

Gorbatchov salientou não haver terreno mais resistente a «abalos sísmicos» nas relações de boa vizinhança do que o entrelaçamento das economias e a interdependência económica, e afirmou ser «o lar comum europeu» inconcebível sem um sólido alicerce económico.

O dirigente soviético dirigiu um convite aos empresários oeste-alemães para que ampliem as proporções da sua cooperação económica e comercial com a União Soviética.

Entre as mais prometedoras formas de contactos bilaterais numa base comercial, Gorbatchov citou encomendas de firmas oeste-alemãs a institutos de investigação soviéticos, a utilização de foguetões soviéticos para a colocação no espaço de satélites oeste-alemães, a construção naval, a projecção e fabrico de aviões e equipamentos para centrais atómicas.

«A luta persistente que tem vindo a ser travada pelos trabalhadores agrícolas do concelho de Beja, desde os princípios de Junho, culminou com a assinatura, no passado dia 19, de uma Convenção de Trabalho que aprova as reivindicações mínimas apresentadas pelo Sindicato.

Como destaca o Secretariado da Comissão Distrital Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, «trata-se de uma grande vitória dos trabalhadores agrícolas do concelho, que, pela primeira vez, vêem aprovada uma Convenção de Trabalho, ou seja, um documento em que as jornas e condições de trabalho ficam estabelecidas», com o seu acordo e por um dado período de tempo.

(...) Ficam assentes as seguintes condições, a vigorar em toda a época das colheitas cereálíferas, ou seja, para os próximos 90 dias: horário de 8 horas; salários de 190\$00 para os tractoristas; salários de 160\$00 para os trabalhadores homens e de 120\$00 para as mulheres; semana de 44 horas, com pagamento a 50% mais das 4 horas de sábado à tarde e outras extraordinárias, e trabalho aos domingos e feriados a dobrar; trabalho assegurado para todos os homens e todas as mulheres cabeças de casal (...).

«Grande vitória dos trabalhadores agrícolas de Beja — Assinada a primeira convenção de trabalho» — *Avante!*, VII Série, n.º 7, 28 de Junho de 1974)

AVANTE! MULTEZANOS DE TODOS OS MÉRITOS

«O 25 de Abril não trouxe apenas a liberdade à classe operária, às massas trabalhadoras, faz-se sentir já na melhoria das suas condições de vida.

O decreto do Governo Provisório de 25 de Maio que estabelece o salário mínimo mensal obrigatório de 3300\$00 beneficia quase 50% dos trabalhadores assalariados. Sendo embora uma medida de emergência destinada a acorrer aos casos de mais flagrante injustiça, os seus efeitos positivos abarcam os operários e outros trabalhadores de grandes ramos da indústria: material eléctrico, têxtil, cortiça, conservas, pesca e muitos outros (...).

«Após o 25 de Abril a vida dos trabalhadores melhora» — *Avante!*, VII Série, n.º 4, 7 de Junho de 1974)

«Os jornalistas dos vários sectores da Informação, a quem o fascismo impediu de transmitir e defender as verdadeiras aspirações do povo português, de desmascarar a estrutura, a actuação e os métodos de um regime que vivia da opressão, eram diariamente violentados na sua dignidade de profissionais e de cidadãos.

Mas embora libertos da Censura oficial, os jornalistas não estão ainda livres de pressões abusivas no seu trabalho. Os donos dos grandes monopólios do capital bancário aliado ao capital industrial continuam a dominar a quase totalidade dos jornais de grande expansão. Os grandes grupos financeiros perderam uma aliada — Censura oficial — mas o poder dentro das empresas, que controlam os órgãos da Informação, está nas mãos das mesmas pessoas e, em alguns casos, os responsáveis directos pela Informação são os mesmos também.»

«Manifesto dos jornalistas comunistas de Lisboa» — *Avante!*, VII Série, n.º 6, 20 de Junho de 1974)

— Da declaração conjunta —

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Federal da Alemanha são unânimes em considerarem que a humanidade se vê perante um desafio histórico, no limiar do terceiro milénio; os problemas que têm uma importância vital para todos só podem ser resolvidos em conjunto, por todos os Estados e povos; tudo isto requer uma nova mentalidade política.

— O ser humano, com a sua dignidade e direitos, e a preocupação pela sobrevivência da humanidade deve encontrar-se no centro das atenções da política.

— O enorme potencial das forças e capacidades criativas do ser humano e da sociedade moderna deve ser aproveitado para garantir a paz e a prosperidade de todos os países e povos.

— Qualquer guerra, seja nuclear ou convencional, deve ser evitada, os conflitos em diversas regiões do planeta devem ser regularizados e a paz universal deve ser preservada e eficazmente assegurada.

— O direito de todos os povos e Estados a decidirem livremente o seu destino e a construírem soberanamente as relações entre si, na base do Direito Internacional, deve ser garantido. O primado do Direito Internacional na política interna e internacional deve ser assegurado.

— As realizações da economia, da ciência e da técnica modernas criam possibilidades inauditas, que devem beneficiar todas as pessoas. Tanto os riscos, como as oportunidades aqui contidas requerem respostas conjuntas. Por isso, é importante ampliar a cooperação em todos estes campos, continuar a reduzir toda a espécie de obstáculos no caminho do desenvolvimento do comércio e procurar e aproveitar, dinamicamente e com vantagem recíproca, novas formas de cooperação.

— São necessárias acções decididas para a preservação do meio ambiente natural, no interesse das gerações actual e futuras. A fome e a miséria devem ser eliminadas do mundo.

— É necessário combater energeticamente os novos perigos, inclusive as epidemias e o terrorismo internacional.

(...)

Os elementos da construção de uma Europa de paz devem ser:

— O respeito incondicional pela integridade e a segurança de cada Estado. O direito de cada um escolher livremente o seu sistema político e social. A observância incondicional dos princípios e normas do Direito Internacional e, em particular, o respeito pelo direito dos povos à autodeterminação.

— O prosseguimento enérgico do processo de desarmamento e de controlo dos armamentos. Na era nuclear, os esforços devem ser orientados não apenas para prevenir a guerra, mas também para organizar a paz e torná-la mais segura.

— O diálogo rico abarcando todos os temas — tanto os tradicionais, como os novos — das relações bilaterais e internacionais, incluindo encontros regulares ao mais alto nível político.

— A aplicação dos direitos humanos e o fomento do intercâmbio de pessoas e ideias. Aqui incluem-se também o desenvolvimento das relações de parceria entre cidades, dos meios de transporte e vias de comunicação, dos contactos culturais, turísticos e desportivos, o incentivo ao estudo das línguas e também o exame bem-intencionado das questões humanitárias, incluindo a reunião de famílias e as viagens ao estrangeiro.

— O desenvolvimento de contactos directos entre a juventude e a educação das gerações em crescimento, na fidelidade à ideia da construção de um futuro pacífico.

— Uma cooperação económica ampla e mutuamente vantajosa e que inclua novas formas de cooperação. A Declaração

Conjunta do Conselho de Ajuda Mútua Económica e da Comunidade Europeia, de 25 de Junho de 1988, e a normalização das relações entre os Estados europeus, membros do Conselho da Ajuda Mútua Económica e da Comunidade Europeia, bem como o diálogo político iniciado entre a União Soviética e os 12 Estados membros da Comunidade Europeia, abrem novas perspectivas ao desenvolvimento pan-europeu nesta direcção.

— A criação, por etapas, de estruturas de cooperação europeia em diversos campos e, em particular, nos dos transportes, energia, saúde pública, informação e comunicação.

— A cooperação intensa a nível da ecologia e da utilização de novas tecnologias que previnam, em particular, o surgimento de perigos que ultrapassam as fronteiras nacionais, no interesse das pessoas.

— O respeito e uma atitude de preservação da cultura formada ao longo da história dos povos da Europa. A sua diversidade é um dos grandes tesouros do continente. As minorias nacionais da Europa são, com a sua cultura, parte deste património e os seus interesses merecem protecção.

(...)

A União Soviética e a República Federal da Alemanha manifestam-se a favor de:

— uma redução de 50 por cento dos armamentos nucleares estratégicos ofensivos;

— soluções acordadas entre a União Soviética e os EUA, nas conversações sobre armamentos nucleares e cósmicos, e isto aplica-se também à observância do Tratado de DAM;

— estabelecimento de um equilíbrio estável e seguro das forças armadas convencionais ao nível mais baixo, bem como da concertação de medidas subsequentes para o reforço da confiança e da segurança em toda a Europa;

— proibição global, generalizada e eficazmente controlada das armas químicas, no mais curto prazo;

— concertação da cessação, eficazmente controlada, dos testes nucleares, dentro do mais curto prazo e no âmbito da Conferência de Genebra sobre desarmamento. Saúdam a aproximação a este objectivo, por etapas, verificada nos contactos que estão em curso entre os EUA e a União Soviética;

— aplicação de medidas subsequentes para o reforço da confiança, para uma maior transparência dos potenciais militares e dos orçamentos da defesa e também para a criação de mecanismos internacionais eficazes para contrabalançar as crises, inclusive as crises fora dos limites da Europa.

Álvaro Cunhal na Checoslováquia, Hungria e Polónia

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, inicia no próximo dia 26 de Junho uma viagem à Checoslováquia, Hungria e Polónia, a convite dos Comités Centrais dos Partidos Comunistas e Operários respectivos. Está também previsto um encontro na República Democrática Alemã.

Álvaro Cunhal é acompanhado nesta viagem pelo camarada Albano Nunes, membro suplente do Secretariado do Comité Central.

Em Foco

Avante!

Ano 59 - Série VII
N.º 808

22 de Junho de 1989

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Ano 59 - Série VII - N.º 808
18 de Maio de 1989
Preço: 50\$000

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português - Dir. Red. - Serrão Pereira Gomes, 1899 Lisboa-CODEX - Tel. 76 97 22/23 - Telex 18390 - Composição e impressão - Hessa Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2 - 1000 Lisboa

NESTE NÚMERO

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP PARA O PARLAMENTO EUROPEU



A propaganda já começou, mas não é disso, só nesta semana e outras iniciativas...

... foi apresentado o Programa Eleitoral do PCP para o Parlamento Europeu...

em Lisboa debatem-se o CEE e o melhor português...

Em Foco

Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu A CDU está na rua!



Em Foco

Comício no Campo Pequeno abre campanha da CDU em Lisboa

Foi assim no domingo. O Campo Pequeno esteve cheio, a milhares de homens, mulheres e jovens, no comício de abertura da campanha eleitoral da CDU em Lisboa. Um comício em tom de festa, a maioria que chegou a Lisboa, vontade e confiança, são a prova da intervenção da CDU na vida nacional, a par da honestidade, do trabalho, competência e experiência.

Em Foco

Mais CDU no Parlamento Europeu é melhor para Portugal!



Em Foco

vamos votar CDU

CDU

Exercer o direito de voto é um direito e um dever dos cidadãos. Exercer o direito de voto de forma consciente é uma necessidade tanto mais importante quanto a tarefa que nos cabe em Portugal, a tarefa de preparar o futuro do nosso país.

No domingo, dia de eleições para o Parlamento Europeu, votar com consciência, por ser a expressão de um direito que se legitima, não devendo ser mais alheia a vontade de decidir. Mas votar implica igualmente assumir a responsabilidade de escolher quem nos vai governar.

Mas que as preferências - tantas vezes legítimas - devem ser a base das decisões sobre as políticas a implementar no futuro.

CDU



Crónicas do dia seguinte





Crónicas do dia seguinte

Dona Abstenção, a Moderna, sinal dos tempos que correm

Aqueles que mais prontos estavam para gritar aos quatro ventos uma desejada vitória do PSD nas eleições de domingo foram obrigados pelo voto a comentar os resultados noutro tom e descobriram que, afinal, foi a abstenção quem ganhou.

De desafios, como se sabe, percebem eles, nos últimos tempos não falam de outra coisa. De resultados eleitorais também percebem, pelo menos, tanto como de desafios. E entendem, no seu pleno direito, que o facto de, desta vez, centenas de milhares de portugueses que há dois anos deram o seu voto ao partido de Cavaco Silva não terem chegado tão-pouco à boca das urnas significa apenas isso e mais nada.

O «mais nada» é aquilo que os próprios militantes e activistas do

PSD sentiram logo desde os primeiros resultados e exprimiram quando se abstiveram de vir para a rua comemorar este seu primeiro lugar.

Arriscavam-se a que fosse muito descarada a diferença entre os dois dedos espetados e o resultado das eleições e sucedesse o que se viu no domingo em Lisboa, ali para os lados das avenidas novas: quando passava uma animada caravana da CDU, achou-se um distraído que espetou dois dedinhos e levantou o braço; um semáforo pôs-se vermelho; da caravana ouviu-se o necessário esclarecimento: «Não são dois, é menos um, o que vocês têm».

O «mais nada» da abstenção são centenas de milhares de portugueses que deixaram de acreditar na imagem colorida e sorridente de Portugal, preguiçosamente espriada na

propaganda laranja.

É que esses eleitores vêm no dia-a-dia em que se transformaram as promessas feitas por Cavaco no Verão de 1987, sentem nas relações de trabalho, no comportamento autoritário do Governo, nas contas apertadas do fim de cada mês, o que são afinal a tolerância, a estabilidade e os índices da inflação.

O «mais nada» do significado da abstenção são centenas de milhares de portugueses que deixaram de ver apenas as maravilhas que antes lhes prometeram com a entrada na CEE.

São trabalhadores a ver subir os impostos, mas com os ordenados à moda de cá. São agricultores a ouvirem falar de apoios, mas a verem que o Governo nada faz para evitar a invasão de produtos estrangeiros,

antes quer que Portugal seja um simples mar de petróleo verde. São crianças que deviam ir à escola, mas vão é para as obras ou para a fábrica. São jovens que apanham todos os dias com toneladas de propaganda para dar à incerteza e à injustiça um look natural. São reformados que já não vendem o seu voto por um pequeno aumento de pensões pagas à moda de cá. São mulheres que não aceitam o papel *couché* em que lhes querem embrulhar uma vida de discriminações e *passerelles*.

São centenas de milhares de portugueses descontentes, que tomam consciência de que há políticos que não merecem a sua confiança e, por isso, não lhes dão o seu voto.

O grande nível de abstenção registado em Portugal no domingo não

é sinal de modernidade, porque o afastamento dos cidadãos da vida política não tem nada, mas nada, de moderno. Nem é sinal de saloio o facto de muita gente se mostrar preocupada por metade dos eleitores não ter ido às urnas.

A abstenção mais elevada de sempre no nosso país é um sinal dos tempos que correm. E deve ser também motivo de reflexão de todos os que pretendem mudar este estado de coisas, de todos os que, como os comunistas, entendem que é necessário, neste limiar do século XXI, construir em Portugal uma verdadeira democracia, moderna, avançada, participada.

■ **Domingos Mealha**

Convulsões

É claro que há muitas maneiras de ler. Apressadamente, declamando, soletando, gaguejando. Quando se trata de ler resultados eleitorais, aparecem também outras formas. Manipulando, por exemplo. Calando, ainda, ou, envergonhadamente, comendo sílabas, vírgulas e pontos. Nestas eleições, apesar de tão clara se apresentar no essencial, a leitura parece ter trazido dificuldades acrescidas a muitos. Alguns entraram mesmo em convulsões.

Apesar de se poder ler que, globalmente, as eleições se caracterizaram por uma valente tacada no PSD de Cavaco Silva e na política de Cavaco Silva e, por outro lado, no reforço incontestável da CDU, as gaguejantes leituras que se puderam ouvir — e ver — nos órgãos de comunicação social, com destaque para o caldo requentado apresentado na televisão de Cavaco, e até pelo próprio Cavaco falando na sua televisão a jornalistas que quiseram

dar a ideia de que eram jornalistas de Cavaco, tais leituras provaram que há ainda muita gente que não sabe ler ou que desaprende muito facilmente.

Uns — quase todos de direita, por sinal — leram que havia mais um «partido», o da abstenção. De somenos as lições a tirar dos números, a não ser que os números contem na parcela da abstenção de voto. Ficam a saber os eleitores: se quiserem ser contados, abstenham-se. Os que mostram as suas intenções não contam...

Outros — e talvez os mesmos, mas não só — não quiseram ler os resultados da CDU. E, muito instados, mostraram o seu espanto. Que, afinal a «crise» no PCP não tinha dado resultado; que as «convulsões internas» no PCP não comoveram senão os comentadores...

É uma leitura, pelo menos, «convulsiva», sublinhada pela cara de caso mostrada por Cáceres Monte-

ro, o primeiro a lamentar que a «convulsão» não convulsionara senão o seu raciocínio.

As esperanças — e as apostas — na campanha anticomunista visando desencadear uma «crise» no PCP e «convulsionar» a sua vida interna, apesar das mossas que terá provocado a nível eleitoral, não se confirmaram. Tal como não havia «crise», a «crise» não deu os frutos esperados. E a «convulsão» anunciada, apesar de ajudada pelos pouquíssimos que a queriam promover «por dentro», «tossindo» para fora, não passava de escaldante imaginação de cáceres e quejandos.

O que é de reter, afinal, é que, sob o fogo de uma tal campanha anticomunista, com as dificuldades inerentes ao facto de o PCP, principal força da CDU, ser exaustivamente apresentado na imprensa como o partido que não queria a CEE e que portanto não deveria eleger deputados para o Parlamento

Europeu, o que é de reter é que foi a CDU quem melhor resistiu à abstenção que atingiu cerca de metade do eleitorado, vindo reforçada a sua posição e a sua representação no PE.

E é de reter tanto mais que — como também se pôde verificar nas convulsas reacções aos resultados da CDU — nenhuma das formações políticas concorrentes a estas eleições se coíbiu, de um modo ou de outro, mas nenhum deles brilhante, ter atacado o PCP e a CDU, com a ajuda de algumas tosses e aproveitando tudo o que pudesse ser exemplo da desgraça que caíria em cima dos portugueses se a CDU não baixasse. Nem que os especulativos «exemplos» tivessem de ser buscados tão longe como na China.

Apesar da mossas que eventualmente terão provocado nos resultados obtidos pela CDU, a Coligação Democrática Unitária resistiu e reforçou-se. O coro anticomunista, dos

grandes aos mais pequenos partidos da oposição, não teve grande eco. O eleitorado deu música ao maestro convidado do MDP, reduziu as ambições de Louçã que se viu com um resultado digno de Portugal dos Pequenininos, mandou o candidato monárquico recolher-se às suas piadas de salão, enviou o riso e a raiva dos outros pequenos para o saco das velharias.

O significado da votação na CDU foi tão importante que, convulso, o Primeiro-Ministro achou por bem «alertar os portugueses». Nem o homem aprendeu, ele que não tem dúvidas. Nem os comunistas nem os seus aliados precisam de «uma grande votação» para «desestabilizar». Sabemos o que «desestabilizar» quer dizer na cabeça de Cavaco. Quer dizer lutar contra a política do Governo. Os comunistas têm-no feito sempre. Com más votações. E com boas.

■ **Leandro Martins**





A abstenção «à europeia»

A derrota política do Governo de Cavaco Silva! Este é o resultado obviamente demonstrado nas percentagens obtidas pelas diversas formações políticas nestas eleições para o Parlamento Europeu.

Derrota política do Governo que os votos expressam, mas que já se tenta escamotear com o tecer de considerações em torno de um fenómeno abstencionista que dizem ter afectado principalmente o PSD, fenómeno que se tenta justificar com argumentos do estilo: «as pessoas não deram importância a estas eleições» ou ainda, «o povo está desinteressado da política».

Aqui se defende, que também a abstenção representa uma derrota para Cavaco Silva; para o projecto que apresentava a palavra de ordem «ganhar 92» com ideia principal.

A abstenção também foi um voto! «A nível de abstenções, estamos já na Europa». Este um dos muitos comentários, dispares e (por vezes) disparatados, que se escutaram em frente às câmaras televisivas, numa transmissão nonótona e incompe-

tente que concretizou a cobertura da RTP ao acto eleitoral do passado domingo.

Tratava-se, nesse comentário, de fazer a comparação entre o mais alto nível registado na abstenção em Portugal desde o 25 de Abril, com resultados similares, tradicionais em eleições para o Parlamento Europeu, nos outros países da chamada «Europa desenvolvida».

O descontentamento ante a política governamental certamente esteve na base dos resultados de 18 de Junho.

Mas que significado tem, depois de domingo passado, a expressão: «estar na Europa»? Que valor atribui neste momento o povo português à nossa entrada na CEE?

O contexto da questão justifica-se na antítese a este acto eleitoral, que foram as eleições de 19 de Julho de 1987, a última vez que os portugueses foram chamados a votar. Quantas vezes não ouvimos, desde então, Cavaco Silva dizer que a maioria absoluta obtida pelo PSD para a Assembleia da República significava «um sim à Europa» que o projecto

social-democrata diz corporizar?

Admita-se que esse apoio eleitoral conseguido pelo actual partido do Governo tinha como raízes um projecto onde confinava o sonho de «sermos como a Europa desenvolvida». Tentaram então inculcar como valores éticos, económicos e políticos um comportamento dito «europeísta», o «endeusamento» da competição económica transposta para o universo do individual, justificando uma política colectiva de «salve-se quem puder» que permitiu durante estes dois anos apresentar aos portugueses projectos de destruição das conquistas de Abril como os do Serviço Nacional de Saúde, da Reforma Agrária, ou das nacionalizações, em nome de uma pretensa «modernidade», dita Europeia, sem espaço para valores tão importantes nascidos da Revolução dos Cravos, como a Solidariedade e a Justiça Social.

Dezoito de Junho marca o início da derrota em Portugal dos valores autotransformados de «neoliberais». Dezoito de Junho marca o voltar dos portugueses à preocupação

central da construção colectiva de uma sociedade justa!

Porquê? Pelo próprio significado do alto valor da abstenção nestas primeiras eleições destinadas exclusivamente ao Parlamento Europeu, neste primeiro acto eleitoral no país após dois anos de ausência de chamada às urnas.

Não é só a indiferença perante «um Parlamento que ninguém sabe muito bem o que é, um Parlamento que está em Estrasburgo que ninguém sabe onde é».

Um dos significados mais importantes que poderemos retirar deste acto eleitoral é que o nível de abstenções em Portugal, (registado na sequência de um agudizar das tensões sociais, de lutas de massas como há muito tempo não se viam no nosso país), expressa também

uma atitude politicamente activa: o desejo de uma Europa com um significado diferente do governamentalmente apresentado, o desejo de uma Europa de Paz e Cooperação, evidentemente com um Portugal de Progresso e Justiça Social — mensagem esta da CDU, única força política vitoriosa nestas eleições. Assim, não se terá registado em Portugal uma abstenção «à europeia». Este um dos significados que poderemos tirar dos resultados eleitorais de domingo passado, um significado enquadrado num outro bem mais importante, onde contam principalmente os resultados percentuais obtidos pelas diversas formações políticas: a derrota política do Governo de Cavaco Silva!

■ Pedro Tadeu

A alcatifa

No domingo passado, aí pelas 11 horas da manhã, descobri debaixo da alcatifa do meu corredor que o cavaquismo estava feito ao bife, apesar do pessoal lá de casa ainda não ter botado na urna a sua contribuição para o efeito.

Convém esclarecer que o meu corredor tem para cima de 50 anos e a alcatifa era uma herança dos antigos inquilinos, uns senhores respeitáveis que não esperaram ser meus sogros para decidir amordaçar a madeira saudável que já não se usa em corredor nenhum — nem nos de encomenda à «Gertrude» dos trânsitos do Abecasis.

Dá que o agregado, ao tomar balanço para se deslocar maciçamente às urnas, tenha olhado para o corredor e decidido que as mudanças, naquele dia, começavam ali mesmo em casa.

Meu dito meu feito: para gáudio infinito dos mais pequenos, ainda a chave de fendas não tinha arrancado as barras de fixação aparafusadas nas extremidades, já o tecido pérola (velha e reilha) serpenteava às fitas, às fatias, às rodela nas mãos excitadas do pessoal, descobrindo a madeira nobre e asfixiada do velho corredor.

«Isto ainda estava mais podre do que pensava», grunhia eu para a chave de fendas, suando «bricolages» e esgueirando algum desgosto para a facilidade excessiva com que a alcatifa explodia nas mãos da prole, naturalmente excitadíssima por dismantelar um corredor inteiro. Mas depressa compreendi que aquilo não resultava apenas duma senilidade profunda: nas mãos triunfantes do mais novo, um temível levantador de alcatifas de quatro anos, começaram a voar e a partir-se, na sua tesura mumificada, dezenas de páginas de jornal que haviam servido de base ao assentamento do tecido. «Orá aí está!», filosofei eu cofiando a barba que não uso, enquanto o infante estraçalhava, embevecido e sem perder tempo, aquelas folhas de jornal prodigiosamente estaladiças. Só quando à volta das suas gargalhadas se amontoavam uma pilha de destroços encarquilhados, é que me apercebi do que estava a acontecer. Corri desarvorado e lá salvei o que pude.

Intacto, só um «Diário de Notícias», uma crítica de TV do Castrim, uma secção desportiva do «Século» e várias páginas de espectáculos sortidas, tudo de 1970. Estava datada a alcatifa. Nesse ano a Espanha anunciava o seu reatamento diplomático com dois «países comunistas» (Roménia e Jugoslávia); a Assembleia Nacional garantia o seu apoio ao Governo; Eusébio prometia continuar no Benfica apesar de convites estrangeiros; os EUA ameaçavam retaliar o Vietname do Norte «por este abater os seus aviões de reconhecimento».

«Mas nesta altura estava eu a embarcar para a Guiné!», recordei sabe-se lá de que instinto, passando cuidadosamente as folhas. E às tantas lá estava, numa caixa a duas colunas, ao fundo duma página interior. «Mortos no Ultramar», titulava a notícia, reportada a Angola. Eram quatro os mortos, tendo em comum três pormenores: eram todos militares, jovens e nenhum morrera por causa da guerra: um fora «por doença» (não explicada), outro «por desastre» (não descrito), o terceiro por «acidente com arma de fogo» e o quarto por ter morrido, simplesmente.

Fiquei a sorrir para aquilo, a cabeça volteando alegorias óbvias, filosofias mansas e alguma perplexidade adequada, quando o puto me puxou a perna e perguntou: «Então agora, pai?». «Já te disse que vamos votar», respondi-lhe a querer ser rápido como ele. «Então está bem», respondeu-me, «eu depois arranco a alcatifa».

■ Henrique Custódio





Crónicas do dia seguinte

O papão comunista



É sabido que ninguém gosta de perder.

Nem aos botões, quanto mais aos votos.

Pelo que ninguém terá ficado surpreendido com o aspecto cabisbaixo e meditando que na noite de domingo ostentavam os principais dirigentes do PSD.

Há mesmo que reconhecer o esforço de alguns para dourar a pílula da derrota eleitoral, tanto para consumo interno como externo.

Tudo isto é muito natural e não mereceria mais do que um breve reparo, não fora o lamentável espectáculo dado pelo chefe do Governo e do PSD, Cavaco Silva, ao comentar os resultados do seu partido.

Reconhecido o «desaire», Cavaco explicou durante longos minutos como os portugueses são uns ignorantes, uns vistas curtas, uns mal-agraçados que não souberam perceber o alcance das medidas governativas, tantas e tão boas que a obrigação do eleitorado era cantar loas à sua (dele) clarividência e, evidentemente, acorrer em massa a votar no partido do senhor professor.

Que não foi assim já se sabe.

Tamanha incompreensão levou Cavaco Silva a abrir nova campanha e só quem não teve paciência é que o não ouviu em tempo de antena a gabar-se a si próprio, com promessas implícitas de servir a dose ao domicílio, à laia de óleo de fígado de bacalhau, em tratamento intensivo.

Mas o pior de tudo foi a ameaça. Reconhecendo a subida da CDU, Cavaco Silva foi desenterrar o papão da ameaça comunista. Ó da guarda! que eles vêm aí, agora quem é que os segura? ai a nossa rica estabilidade social...

Quem o ouviu quase podia imaginar os mauzões dos comunistas de punhal nos dentes e fogo nos olhos prontos para o assalto ao virar da esquina.

Um exemplo claro da «democracia» laranja, uma lição inesquecível da arte de mal dizer em toda a linha.

Para quem tivesse dúvidas ali se esclareceu que Cavaco Silva — como outros políticos da nossa praça — perilha a tese de que a democracia começa e acaba entre o «mim e eu próprio», que é uma forma de dizer que quem não vota no professor não é bom português.

Mas não deixa de ser curiosa esta preocupação de Cavaco com os comunistas portugueses, que a fazer fé nos comentaristas encartados estão pouco ortodoxamente a consolidar as suas forças em vez de cumprir as repetidas previsões de que os davam em vias de extinção.

É que Cavaco Silva sabe que não há avental de plástico que tape os buracos da sua governação e que os comunistas, ao contrário do que por aí sucede com outros, há muito aprenderam a evitar que lhes deitem areia para os olhos.

O que Cavaco Silva receia não é o papão comunista.

O que Cavaco Silva receia é a consciência, a determinação, a justiça da luta dos comunistas, cujo impacto nas massas populares transcende a força dos votos ainda que com eles se reforce.

O que aconteceu nestas eleições. A mostrar que já vai sendo tempo do PSD se deixar de agitar fantasmas aos portugueses; papões desses comem-se ao pequeno almoço e ainda sobra tempo para mostrar ao governo o cartão encarnado.

■ **Anabela Fino**

Abstenha-se

Pois é. Está dito e redito que os que não votaram, os abstencionistas, foram os campeões destas eleições para o Parlamento Europeu.

E de facto, olhando para os números, aí temos quase 49 por cento de abstenções. Que são certamente também uma demonstração de como vêm os portugueses a Europa da CEE. Que são uma das formas encontradas pelos cidadãos para manifestar, também através do não-voto aquilo que pensam da política do governo do PSD/Cavaco Silva. Porque, se olharmos para os números com olhos de ver, constatamos que foi o PSD a força mais penalizada, perdendo centenas de milhares de votos e baixando quase cinco pontos percentuais.

Agora, engraçada, engraçada foi a explicação dada pelo sr. Primeiro-Ministro.

Ao prestar declarações à Televisão, quando as projecções apontavam para resultados muito aproximados dos resultados reais, o sr. Primeiro-Ministro lamentou-se, talvez não por estas palavras exactas, mas com este sentido, que os portugueses não tenham percebido a mensagem do partido do Governo, que os portugueses manifestem incompreensão por uma política que lhes é tão benéfica.

Pois não, que o digam por exemplo aqueles que em cinco freguesias pura e simplesmente não apareceram ao acto eleitoral, e publicamente declararam que o faziam em protesto contra promessas não cumpridas,

contra a degradação das suas condições de vida.

Que o digam também aqueles, e são quase todos, que vão ter agora de pagar o Imposto Complementar (quem foi que disse que não senhor, não iríamos pagar dois impostos este ano, quem foi?)

O senhor Primeiro-Ministro tem certamente o direito de dar as suas opiniões. Mas talvez fosse melhor abster-se, também ele, de chamar estúpidos aos portugueses. Porque na realidade foi isso que nos chamou a todos, aos que antes votaram PSD e agora se recusaram a dar-lhe o seu voto, e aos que, votando de fora, foram aqueles que se opõem à sua política.

Para o senhor Primeiro-Ministro, os eleitores portugueses são uma lástima. Recusam-se a aceitar o paraíso que o PSD prometeu. É de facto muita cretinice junta. Como é que se pode perceber que as pessoas estejam descontentes com os cortes ao crédito? Vá lá entender que as pessoas achem que é mau para a saúde acabarem com o Serviço Nacional gratuito? Não, também não se pode perceber por exemplo, que os professores até queiram esse luxo que é a dignificação da sua profissão, que a Função Pública recuse os aumentos que o Governo lhes dá de mão beijada, que os trabalhadores, e os desempregados até queiram trabalhar, que os jovens queiram estudar e se recusem a passar por esse achado genial que é a prova geral de acesso.

Cá para mim, na minha modesta opinião, quem não percebeu nada, mesmo nada, foi o sr. Primeiro-Ministro.

E corre o sério risco de que os que agora não votaram por ele, da próxima vez votem contra ele.

■ **Francisco Filipe**

A HISTÓRIA DA LUTA DO PARTIDO E DOS TRABALHADORES NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

contada em artigos
reportagens e entrevistas
nas páginas do militante

à venda encadernações anuais de
O Militante

edições
Avante!

CDU a distribuição

Pratizanos de todos os países. 1981-2001!
O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Uma mancha no estilo

Com os resultados de domingo não foram apenas o PSD e o seu Governo a sofrer uma pesada derrota, de consequências ainda difíceis de avaliar em toda a sua extensão no futuro próximo. Ao envolver-se tão empenhadamente na refrega eleitoral, apostando decisivamente na sua própria imagem e no seu alegado prestígio — numa tentativa de insuflar um novo fôlego a uma campanha laranja que desde o início dava sinais de fragilidades várias (a menor das quais não terá sido a falta de apoio popular) — o primeiro-ministro Cavaco Silva averbou também um fortíssimo revés que indubitavelmente acentuou o desaire eleitoral do seu partido e fragilizou a capacidade e a legitimidade de levar por diante a actual política governamental.

Se não lhe estiver a tirar o sono, a derrota infligida nas urnas, estamos a crer, pelo menos tão cedo não a esquecerá Cavaco Silva, e —

cuidemos que assim seja —, muito dificilmente, a prosseguir esta política, dela recuperará.

É que, convenhamos, para um homem que «nunca se engana» e que tem uma existência repleta de «certezas» não pode deixar de constituir uma grave ferida na sua auto-estima o ver-se confrontado com uma vontade popular que no curto espaço de dois anos — no que foi um primeiro aviso — lhe retira uma grossa fatia de confiança, exprimindo-lhe o repúdio pela sua prática autoritária e arrogante, como que a dizer-lhe que não acata como boa uma política que devolve empresas ao grande capital, rouba terras aos trabalhadores para as dar aos agrários, impõe um pacote laboral — tudo em nome do País e do desafio da CEE.

Este sério revés que atingiu as hostes laranjas constituiu assim, antes de mais, uma dura penalização não apenas quanto à forma como

tem vindo a ser conduzido todo o processo de integração do nosso País no espaço comunitário (veja-se a título de exemplo o caso do Plano de Desenvolvimento Regional — PDR — elaborado no completo segredo dos gabinetes sem o concurso de todas as restantes entidades interessadas) como ainda quanto à política que tem norteado o Executivo nos mais variados domínios da vida nacional.

Inversamente ao que António Capucho tentou fazer crer numa primeira análise aos resultados, na própria noite de domingo, quando afirmou que estes resultavam de um deficiente conhecimento dos eleitores quanto ao alcance e ao mérito das chamadas «reformas estruturais» implementadas pelo Governo, a verdade é que a contagem eleitoral representa precisamente o contrário, ou seja, de que persiste conscientemente uma vontade no País que não quer ver defraudadas as

expectativas e esperanças abertas pela Revolução de Abril.

Mas se os resultados configuram inequivocamente a derrota de uma política não é menos certo que eles traduzem simultaneamente o esboçar de um **estilo** feito de arrogância, onde tem prevalecido o «quero, posso e mando» na condução de uma política que não se coíbe, entretanto, nos momentos decisivos, de se socorrer de jogadas paternalistas e de manobras eleiçoeris e demagógicas.

As intervenções do líder do PSD na televisão, a este respeito, foram exemplares. No dia do encerramento da campanha surgiu-nos no ecrã, numa «charla» ao bom estilo das «conversas em família» de Caetano, misturando os papéis (não concluímos se falou na qualidade de primeiro-ministro ou de presidente do PSD), pondo o acento tónico num derradeiro e dramático apelo que não escondia veladas ameaças: ou

votam em nós, que tanto fizemos pelos reformados, pela juventude, pelos trabalhadores, pelos empresários... ou paira sobre o País o espectro da instabilidade.

Como o seu conselho não foi escutado, dois dias depois, então visivelmente mais nervoso e inseguro, apesar da ajudinha que os seus interlocutores deram na entrevista televisiva, voltou a carrear idêntico argumento, desta feita sobre a forma de um tocar a rebate quanto aos perigos que a forte votação na CDU, alertou, podem trazer para a estabilidade e a segurança.

Para quem diz respeitar a vontade popular soberana e livremente expressa em eleições não está mal... Já agora que diria ele, com esta estatura de democrata, se os votos na CDU fossem proporcionais à desconfiança agora nele depositada?

■ **João Chasqueira**

Militância

«A militância comunista respondeu ontem prontamente ao acto eleitoral, resistindo ao sol e à prala». Correio da Manhã, 19.06.89

Realidade indesmentível neste País de sol e de belas praias, a **militância comunista** tem sido ao longo destes últimos anos abordada por alguns órgãos de Comunicação Social e por políticos da nossa praça de acordo com as conveniências do momento.

Às vezes, apresentam-na como algo de «fanático», uma «máquina» bem oleada, uma organização que responde prontamente. Outras ve-

zes, menosprezam-na, afirmando mesmo que já fracassa e que o «PC» está «morno» (lembrem-se?).

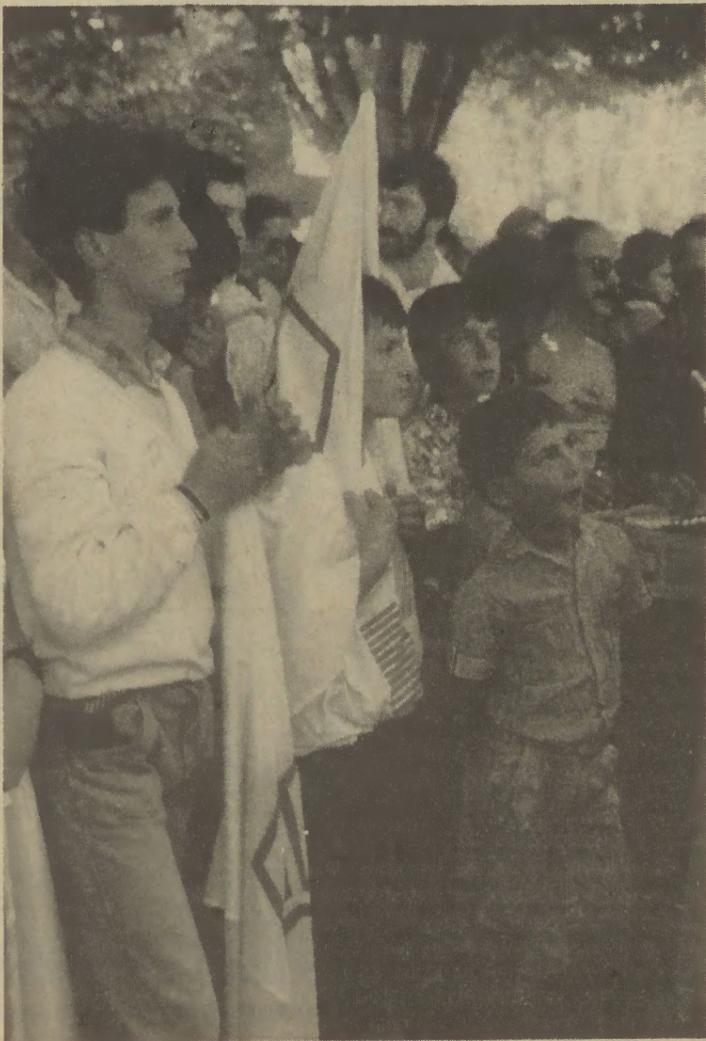
Mais do que desmontar ou avaliar tais interpretações e porque, quanto a tarefas de envergadura neste ano de 1989 ainda «a precisão vai no adro», será oportuno lembrar aos teóricos que estudam aprofundadamente as raízes e a expressão da força militante do PCP que têm ainda pela frente mais alguns «episódios» para porem à prova os seus dotes de análise.

É que a tal **militância comunista** — que umas vezes existe e até assusta, outras «amorna» como al-

guns pretendem fazer crer — vai pôr de pé (aliás, já começou) mais uma edição da Festa do «Avante!», a maior afirmação político-cultural do nosso país, iniciativa preparada a nível nacional o que vai ser vivida em Loures, entre 8 e 10 de Setembro, por largos milhares de participantes.

Depois, resistindo — como talvez venha a escrever o «CM» — ao frio do Outono e aos saldos de fim de estação, a mesma **militância comunista** vai pôr de pé lá para o fim do ano uma dinâmica campanha eleitoral com o acento tónico na competência e na capacidade dos eleitos CDU nas autarquias do País. E vai acorrer em massa às urnas para garantir a continuação, o reforço e o alargamento desse valioso trabalho em favor das populações e das localidades, reconhecido por muitos outros portugueses que não se inserem na tal **militância comunista**...

■ **José Paulo Oliveira**



À descoberta da Festa que se constrói...

Em 8, 9 e 10 de Setembro (olhem bem para o calendário — já não falta muito!) teremos o convívio, a multidão, a festa vibrante ao longo de três dias de fraternidade e côr, espaço vibrante de arte e cultura, de espectáculo, de desporto e amizade. Hoje, que é como quem diz até lá, teremos a azáfama vibrante da construção, do esforço voluntário — individual e colectivo —, do encontro de vontades e de gerações para pôr de pé a Festa que o País merece e que o abraça com carinho e alegria.

No meio destas sensações, a curiosidade de contemplar um vasto terreno antes e durante a Festa. Que é como quem diz: comparar o espaço deserto à cidade feita imaginação, feita criatividade e movimento.

A reportagem do Avante!, se bem o pensou assim o fez: anteontem, numa tarde enclorada, fez-se à via rápida de Loures, pôs-se a caminho do Infantado, «aqui» às portas de Lisboa, e foi ver como param as coisas na lezíria.

Parabéns, Alentejo!

O trabalho está em andamento. A Célula da Festa do «Avante!» não tem mãos a medir e como nos dizem os camaradas Licínio e Vítor Santos, «no próximo fim-de-semana já teremos a 5.ª jornada de trabalho». Depois, até Setembro a Festa da construção seguirá com dinamismo e com especial incidência aos fins-de-semana, prolongada pelos voluntários, militantes comunistas, amigos do Partido e da Fes-

ta, que querem viver essa sensação diferente de estar por dentro do convívio antes e durante...

Tarefas em perspectiva

«Temos que reparar o equipamento, avançar para a montagem da rede de vedação, dar os últimos retoques no refeitório geral, construir

meio milhar de mesas desmontáveis para os restaurantes da Festa, avançar também para a iluminação do acampamento e para um conjunto de trabalho de carpintaria e de montagem de estruturas, caso do pavilhão dos abastecimentos».

Mas o ambicioso programa descrito por Vítor Santos não fica por aqui:

«Temos à nossa espera a recuperação das infra-estruturas (linhas de água e esgoto), de regularização e limpeza de terreno, etc.».



Vítor Santos e Licínio à conversa com o repórter do «Avante!» no solar rosa da Quinta do Infantado. O Executivo da Festa está confiante na participação activa de muitos camaradas e amigos na próxima jornada de trabalho, já neste fim-de-semana que se avizinha

meio milhar de mesas desmontáveis para os restaurantes da Festa, avançar também para a iluminação do acampamento e para um conjunto de trabalho de carpintaria e de montagem de estruturas, caso do pavilhão dos abastecimentos».

Mas o ambicioso programa descrito por Vítor Santos não fica por aqui:

«Temos à nossa espera a recuperação das infra-estruturas (linhas de água e esgoto), de regularização e limpeza de terreno, etc.».

Apelo especial

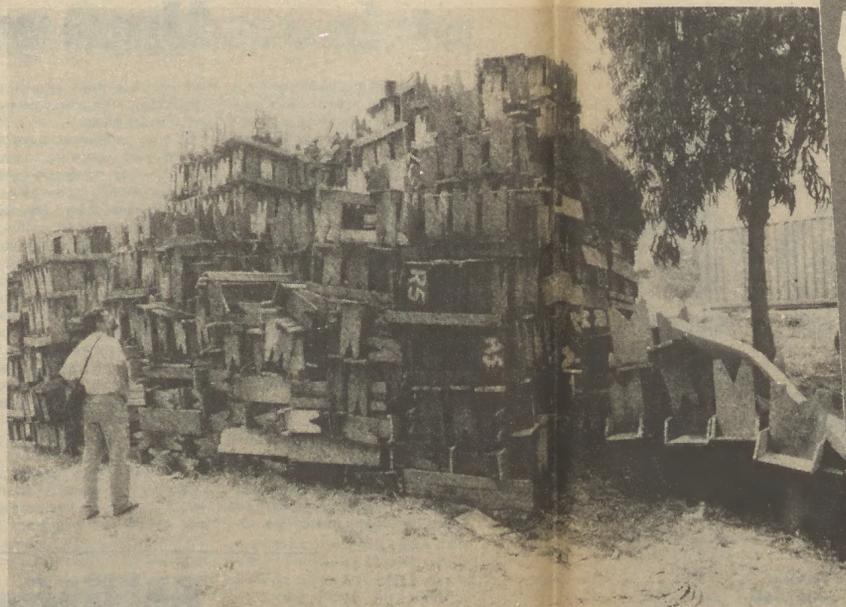
Quer isto dizer que trábálinho é coisa que não falta lá para as bandas do Infantado...

A Festa conta, como sempre, com a colaboração de muitos voluntários espalhados pelo País. Todos serão bem acolhidos. Para todos haverá uma tarefa «especial»... Os camaradas que estão no Infantado fazem, no entanto, um forte apelo à participação de carpinteiros, montadores de andaimes e electricistas.

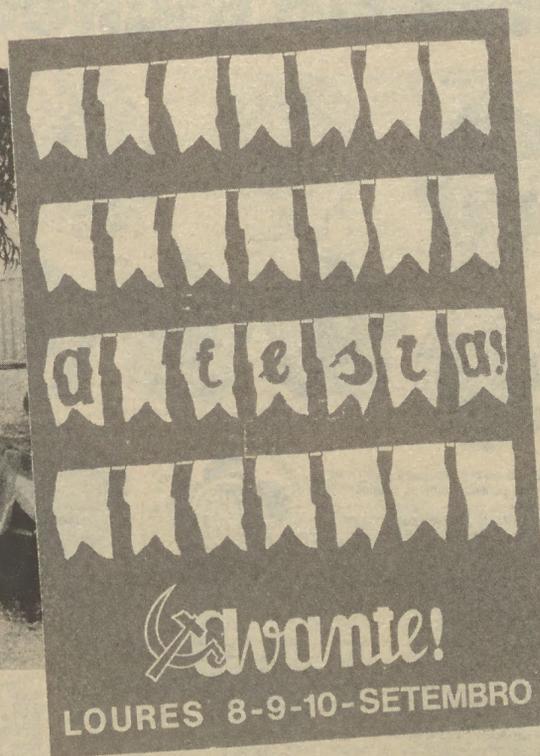
Todos juntos irão contribuir para erguer mais uma Festa, profundamente renovada e que promete boas surpresas em Setembro...

Nem só de praia vivem os fins-de-semana e por isso os bons ares da lezíria esperam pela sua presença, amigo leitor. Com ou sem farnel (atenção às inscrições para almoço nos serviços centrais, até às 10.30 h, por apenas 240 escudos), mas com vontade, descubra agora a Festa que se constrói. Proteja a cabeça. Beba água. E participe! Depois, de 8 a 10 de Setembro, viva a sua Festa e observe-a com atenção...

■ JPO



Um dos resultados visíveis de anteriores jornadas de trabalho: a reparação de milhares de bancos com destino aos restaurantes da Festa, onde a qualidade e o conforto serão «ponto de honra»



Em Setembro, entre 8 e 10, o visitante encontrará no Infantado uma Festa profundamente renovada, um vasto e diversificado programa de animação artística, cultural, desportiva e recreativa. A Festa já mexe. Vamos a Loures dar uma ajuda!

Todos temos «uma palavra a dizer» no trabalho que começa a avançar em Loures. No entanto, aqui fica um apelo especial aos electricistas, montadores de andaimes e carpinteiros

**

Maior conforto nos restaurantes da Festa é aposta firme em 89. Para isso se recuperaram 4000 bancos e se prepara agora — e para já — qualquer coisa como meio milhar de mesas desdobráveis

**

Criar condições para a fixação de pessoal é um dos objectivos do trabalho que decorre na antiga Quinta do Infantado, a pensar na próxima Festa do Avante!

**

Quem não levar farnel para as jornadas de trabalho, tem ao seu dispor o refeitório da Festa. Mal chegue ao terreno, marque a refeição.

**

A EP está à venda!

Tenistas de mesa da Checoslováquia e da Bulgária em torneios no nosso país

Dois tenistas de mesa checoslovacos e dois búlgaros vão efectuar uma digressão no nosso país, a convite da Comissão Organizadora da Festa do «Avante!», no intuito de fomentar o convívio entre jovens desportistas nacionais e estrangeiros, bem como divulgar a modalidade.

Os tenistas checoslovacos são Szillard Csoellek e Rabek Konstal, ambos de 15 anos, respectivamente 2.º classificado em pares mistos nos últimos Campeonatos Europeus de Juniores de Ténis de Mesa e 3.º classificado individual nos mesmos campeonatos. Os búlgaros são Kostadin Lenguerov e Marin Kostadinov, de 13 e 15 anos, respectivamente o detentor do 2.º lugar no Torneio dos 16 melhores competidores juniores da República de Plovdiv e do 3.º lugar do Campeonato Individual e do Torneio dos 16 melhores juniores.

Entre os vários técnicos que os acompanham, destaque-se o treinador dr. Vladimír Talecek, presidente da Comissão Internacional da União dos Tenistas de Mesa, membro do Conselho da Federação Internacional de Ténis de Mesa e da Comissão Técnica da Federação Internacional da modalidade.

Eis o calendário da digressão: no dia 27 de Junho estarão no Torneio Aberto Internacional de Vendas Novas (no Gimnodesportivo Municipal); a 29, no Torneio Aberto Internacional da Cidade da Amadora (no Pavilhão Municipal do Bairro do Janeiro); a 30, no Torneio Quadrangular Internacional de Benavente (no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal) e a 2 de Julho, no torneio de encerramento da digressão, no Seixal (no Pavilhão da Siderurgia Nacional, em Paio Pires).

Estarão ainda presentes no encerramento do Torneio de Ténis de Mesa das Escolas Secundárias de Loures, a 28 de Junho, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures.

A presença destes campeões europeus de ténis de mesa inserir-se-á na promoção da XIII Festa do «Avante!» que se realizará em 8, 9, e 10 de Setembro, em Loures. ■

Os jovens comunistas estão de parabéns. É aqui, nesta aprazível zona de terreno, que a «Cidade da Juventude» ficará localizada na Festa/89. Agora é pôr a imaginação a trabalhar e destinar para aqui coisas criativas, à sombra espantosa destas árvores em plena lezíria. Bom trabalho, JCP!

XIII Festival Mundial da Juventude

Ponto de encontro dos jovens do planeta

A poucos dias da abertura do XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, marcada para Piongyang no dia 1 de Julho, tem cabimento fazer referência, ainda que breve, ao que tem sido o Movimento dos Festivais lançado há já quarenta e dois anos.

Os festivais mundiais da juventude e dos estudantes tornaram-se ao longo dos anos, os maiores encontros da juventude de todo o mundo, proporcionando às dezenas de milhares de jovens participantes o diálogo e intercâmbio de opiniões e experiências sobre os grandes problemas da actualidade, e em particular aqueles que mais directamente dizem respeito aos jovens. Os últimos festivais tiveram como lema «Pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade», o que exprime estas preocupações dos jovens e estudantes de todo o mundo.

A história dos festivais remonta a 1945, ano em que no mês de Novembro, reuniu em Londres a Conferência Mundial da Juventude em que participaram delegados de 64 países.

Aí foi avançada a ideia de realização de festivais internacionais como forma de promover a cooperação internacional dos jovens e dos estudantes, tendo sido mandatada a Federação Mundial da Juventude Democrática, também criada nessa ocasião, para preparar o I Festival Mundial da Juventude.

Com o correr dos anos pode dizer-se que os festivais marcaram gerações sucessivas de jovens. Nos festivais participaram milhares de delegados de praticamente todos os países do mundo, mais vários milhões de jovens dos países anfitriões: Checoslováquia, Hungria, RDA (duas vezes), Roménia, Polónia, União Soviética (duas vezes), Áustria, Finlândia, Bulgária e Cuba. Sem esquecer os inúmeros jovens que participaram no movimento dos festivais através de encontros, marchas e manifestações, bem como diferentes iniciativas de carácter cultural, artístico e desportivo.

No Primeiro Festival Mundial realizado em Praga em 1947 participaram 17 mil delegados de 72 países, enquanto que no último, o XII realizado em Moscovo em 1985 participaram cerca de 40 mil delegados e convidados de centena e meia de países. São números que testemunham a imensa popularidade ganha pelos festivais entre a jovem geração, ao mesmo tempo que espelham a luta das forças democráticas e progressistas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Entre as palavras de ordem dos diferentes festivais podemos encontrar as exigências para o fim da «guerra fria» e da agressão imperialista na Coreia e na Indochina, a proibição dos ensaios de armas nucleares e a abolição dos regimes coloniais na Ásia, África, América Latina e Central, no Vietname e no Médio-Oriente. Os participantes nos festivais sempre expressaram a solidariedade com os povos em luta em todo o mundo. A necessidade de afastar o perigo de um holocausto nuclear tem ocupado lugar de relevo nos programas dos festivais.

I Festival - Praga 1947

O I Festival Mundial da Juventude, sob o lema «A juventude contribui para a construção da Paz através da cooperação internacional e a renovação dos seus países», reuniu em Praga de 20 de Julho a 17 de Agosto, 17 mil jovens de 72 países, que participaram em mais de 170 iniciativas diferentes aí realizadas. Acontecimento de relevo neste festival foi a homenagem prestada pelos delegados aos mártires de Lidice, aldeia arrasada pelas tropas nazis que assassinaram todos os seus habitantes.

Aí os delegados tomaram o compromisso de continuar a luta contra as reminiscências do fascismo, e pela defesa da paz.

II Festival - Budapeste 1949

Com o sucesso alcançado pelo I Festival foi decidido dar continuidade

a estes encontros mundiais da juventude progressista numa base regular. Em Budapeste, capital da Hungria reuniram-se de 14 a 28 de Agosto, 12 mil jovens de 72 países, sob o lema «Jovens uni-vos! Avante por uma paz duradoura, a democracia, a independência nacional dos povos, e por um futuro melhor».

Ponto culminante do festival foi a manifestação realizada por ocasião do dia de solidariedade com os povos submetidos ao colonialismo.

III Festival - Berlim 1951

«Jovens unidos contra o perigo de uma nova guerra, por uma Paz duradoura» foi a palavra de ordem que fez reunir em Berlim, capital da RDA, 26 mil jovens de 104 países, de 5 a 19 de Agosto. Comparado com os dois festivais precedentes, o Festival de Berlim reuniu um maior número de jovens de países coloniais, graças ao Fundo Internacional de Solidariedade então estabelecido.

O célebre físico nuclear professor Juliot-Curie foi o presidente de honra deste festival, em que também participaram o poeta chileno Pablo Neruda, a bailarina soviética Maia Plisetskaia, o poeta turco Hazim Hikmet e o escritor brasileiro Jorge Amado.

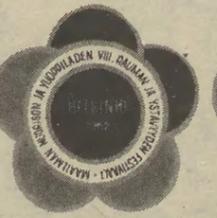
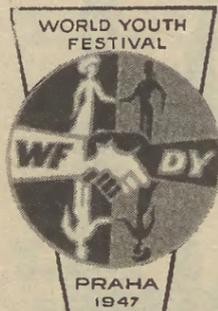
IV Festival - Bucareste 1953

Na capital da Roménia, «Pela Paz e a Amizade», estiveram de 30 de Julho a 14 de Agosto, 30 mil delegados de 111 países, testemunhando a participação crescente da juventude no movimento mundial em defesa da paz, num período marcado pelo agravamento das tensões internacionais, com a guerra da Coreia a ameaçar degenerar num conflito à escala mundial.

Nos encontros desportivos realizados durante o festival estiveram em competição cerca de 4400 atletas de 57 países, que bateram 5 recordes mundiais e 93 nacionais.

V Festival - Varsóvia 1955

De novo sob o lema «Pela Paz e a Amizade», no festival que decorreu de 30 de Julho a 14 de Agosto, participaram 30 mil jovens de 114 países, em representação de mais de cinco



centenas de organizações juvenis de carácter político, sindical, religiosas e culturais.

Deste festival, cujo programa privilegiou as acções de carácter político, destacam-se os diversos encontros de delegações de jovens e estudantes da União Soviética, Estados Unidos, França e Grã-Bretanha.

VI Festival - Moscovo 1957

Pela sua representatividade o Festival de Moscovo, sob o lema «Pela Paz e a Amizade», ultrapassou os festivais precedentes. De 28 de Julho a 11 de Agosto reuniram-se em Moscovo 34 mil delegados de 137 países, em representação de mais de mil organizações de juventude e estudantes, culturais e desportivas, apesar da campanha de hostilidade lançada em vários países contra o festival, e dos obstáculos levantados à participação por parte das autoridades desses países.

A concentração em memória das vítimas de Hiroshima e Nagasaki foi um dos pontos culminantes deste festival que provou a possibilidade de salvaguardar e consolidar a paz no mundo.

VII Festival - Viena 1959

Na capital da Áustria estiveram de 26 de Julho a 4 de Agosto, 18 mil jovens de 122 países.

Apesar das tentativas levadas a cabo para dividir o movimento juvenil progressista, e de organização de um

contra-festival, as acções inscritas no programa do Festival de Viena foram coroadas de êxito.

A manifestação organizada a 1 de Agosto «Pela Paz e a Amizade» tornou-se na maior acção deste festival apoiado massivamente pela juventude austríaca.

VIII Festival - Helsínquia 1962

Neste festival participaram 18 mil jovens de 137 países em representação de mais de 1500 organizações de juventude e estudantes.

Do programa do festival, que decorreu de 29 de Julho a 6 de Agosto, constavam diversas iniciativas inéditas, como por exemplo um colóquio sobre as questões da paz e da independência nacional, a tribuna livre dos estudantes e uma conferência de peritos de educação física e desporto sobre o papel do desporto no desenvolvimento, na formação dos jovens e na promoção da cooperação internacional. Ponto alto do festival foi o encontro de solidariedade com a juventude dos países coloniais e recém-libertados.

IX Festival - Sófia 1968

Para este festival, que decorreu em Sófia de 26 de Julho a 6 de Agosto, com a participação de 14 mil delegados de 138 países, foi adoptado um novo lema: «Pela Solidariedade Anti-Imperialista, a Paz e a Amizade».

Um traço característico deste festival foi o apoio unânime e a solidariedade para com a luta do povo do Vietname. Outra acção que marcou o Festival de Sófia foi o encontro de jovens de cidades que simbolizam as tragédias da Segunda Guerra Mundial: Lidice, Oradour, Coventry, Leninegrado, Varsóvia, Stalinegrado, Belgrado, Hiroshima e Nagasaki.

X Festival - Berlim 1973

De novo sob o lema «Pela Solidariedade Anti-Imperialista, a Paz e a Amizade», reuniram-se em Berlim entre 28 de Julho e 5 de Agosto, 25 mil delegados de 140 países.

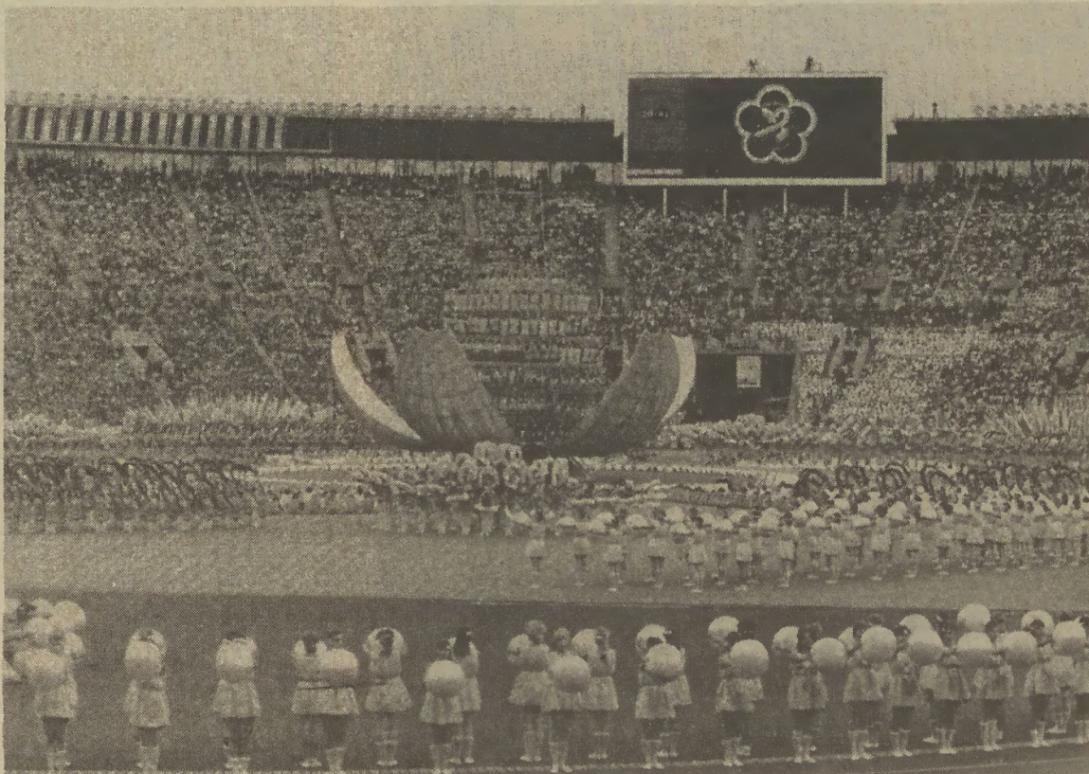
O impacto do Festival de Berlim fez-se sentir em todo o mundo — foi caracterizado pela mais larga representação jamais conseguida de diferentes orientações políticas, ideológicas, filosóficas, religiosas e outras.

Tais repercussões também se fizeram sentir em Portugal. Em 1973, nas condições impostas pela clandestinidade, foi preparada e formada a delegação de 80 jovens portugueses que participaram no X Festival. A polícia interveio no plenário realizado no Verão desse ano em São Pedro de Muel, identificando os participantes e apreendendo diversos materiais, e chegou mesmo a impedir a partida de muitos dos jovens que integravam a delegação portuguesa.

XI Festival - Cuba 1978

Pela primeira vez na história do movimento dos festivais, a juventude de todo o mundo reuniu-se num país do hemisfério ocidental. O encontro dos 18 mil jovens de 145 países teve lugar em Havana, de 28 de Julho a 5 de Agosto, sob o lema «Pela Solidariedade Anti-Imperialista, a Paz e a Amizade». De entre as importantes manifestações do Festival de Havana, destaca-se o Tribunal Internacional «A juventude do mundo acusa o imperialismo».

A juventude portuguesa esteve representada em Havana por uma delegação de 150 membros. Na cerimónia de abertura do festival, realizada no Estádio Latino-Americano, a delegação portuguesa empunhava dois dísticos transmitindo a sua mensagem: «A juventude portuguesa saudável a juventude do mundo», e «25 de



Inauguração do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes em 27 de Julho de 1985. O Festival de Moscovo, o mais grandioso da história do movimento dos Festivais, contribuiu para reforçar as pontes de amizade e cooperação entre os jovens de todo o mundo

e dos Estudantes

Pela Solidariedade Anti-Imperialista Paz e Amizade

Abril sempre». A música e a poesia do nosso país estiveram em Havana através do grupo Trovante, Carlos Paulo e Luísa Basto, que integraram a delegação nacional, e de Carlos do Carmo e Ary dos Santos convidados do Comité Internacional Preparatório do Festival.

O Festival de Havana provou uma vez mais que os jovens de todo o mundo querem viver em paz, querem construir um mundo melhor e mais feliz.

XII Festival - Moscovo 1985

Pela segunda vez a capital da União Soviética desempenhou o papel de cidade anfitriã do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. De 27 de Julho a 3 de Agosto reuniram-se sob o lema «Pela Solidariedade Anti-Imperialista, a Paz e a Amizade», 20 mil delegados de 156 países, além de trinta convidados de honra, entre os quais Álvaro Cunhal, Angela Davis, Oliver Tambo, Sam Nujoma, Perez de Cuellar e Yasser Arafat.

Portugal esteve presente com uma delegação de 200 jovens, além de 150 outros que se deslocaram a título pessoal. A par dos representantes de organizações juvenis, desportistas, jornalistas, integravam também a delegação portuguesa os grupos de Carlos Mendes, Júlio Pereira, Telectu, e o grupo de teatro TEUC.

O XII Festival realizou-se num ano de celebrações importantes: o 40.º aniversário da vitória sobre o fascismo, o 10.º aniversário da assinatura da Acta Final da Conferência de Helsínquia sobre Segurança e Cooperação Europeia, e no Ano Internacional da Juventude, proclamado pelas Nações Unidas.

As actividades do programa do festival desenrolaram-se em quinze centros especializados onde foram discutidos os mais variados temas de interesse para a juventude. Actividades culturais e desportivas, acções de solidariedade fizeram também parte do programa, donde se destacaram iniciativas comemorativas do 40.º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, e pela sua grandiosidade as cerimónias de abertura e encerramento que tiveram lugar no Estádio Lênine na capital soviética. ■

○ XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realizará em Pyongyang, na República Popular e Democrática da Coreia, afirma-se, mais uma vez, como uma grande reunião política internacional e que, ao surgir pela primeira vez na Ásia, pretende transformar-se num grande encontro internacional que influa sobre todas as esferas da vida social, com a participação de jovens representantes de quase 130 países, jovens provenientes de classes e sectores diversificados, dos cinco continentes, representando estudantes, operários, camponeses, militares, artistas, cientistas, desportistas — no fundo toda a actividade humana, assumindo diferenças ideológicas, religiosas, concepções políticas, culturais e outras.

É pois uma reunião assumidamente política, de intervenção na sociedade, mas é também, e sobretudo, uma reunião onde a festa, a alegria, a comemoração da vida no seu sentido mais amplo, têm lugar e expressão em todo um conjunto de

actividades de espectáculo, cultura e desporto que transformam estes festivais num acontecimento universal, numa expressão concreta da multiplicidade da criação humana.

O Festival de Pyongyang pretende, na realidade, ser um local onde

se tratarão de alguns dos mais prementes problemas da humanidade, numa palestra internacional que registará, sem dúvida, um novo capítulo da história destes festivais.

Da parte portuguesa viajará para a Coreia uma delegação constituída por 120 jovens, representantes de estudantes, organizações políticas e religiosas juvenis, sindicalistas, músicos, artistas plásticos, jornalistas, trabalhadores, actores, fotógrafos, ecologistas, etc.

Estes jovens subscreveram um apelo onde se afirmam apoiantes do Festival, constituindo uma delegação representativa da juventude portuguesa, progressista, democrática, anti-racista e que defende o desanuviamento Leste-Oeste e a Paz Mundial.

Defender os valores fundamentais da Revolução do 25 de Abril, lutar pelos objectivos do Festival, pela

real igualdade de oportunidades, solidários com todos os jovens e povos que lutam pela construção de uma sociedade mais justa, democracia e progresso social, solidariedade que vai desde os jovens da África Austral até aos de Timor-Leste, passando pelos da Linha da Frente, Namíbia, América Latina, Nicarágua, Chile, Coreia, Médio-Oriente, e pelo diálogo Norte-Sul; estes alguns dos compromissos assumidos pelos jovens da delegação portuguesa, justificando a sua presença em Pyongyang.

Já agora diga-se que a partida destes jovens para a República Popular e Democrática da Coreia será efectuada na próxima segunda-feira, dia 26, às nove horas, do aeroporto de Lisboa.

No regresso, certamente muito de novo terão esses 120 jovens para nos contar. ■



Neste estádio de Pyongyang, com capacidade para 150 mil pessoas, decorrerão as cerimónias de abertura e encerramento do Festival

O programa do Festival

Paz, desarmamento, autodeterminação dos povos, desenvolvimento, cooperação e meio ambiente serão alguns dos temas merecedores de discussão aprofundada durante os dias do XIII Festival da Juventude e Estudantes que em Pyongyang, capital da República Popular e Democrática da Coreia, irá reunir delegações de cerca de 130 países, numa grande festa que decorrerá sob o signo da «Solidariedade anti-imperialista, Paz e Amizade», lema desta edição do Festival.

Conforme o programa aprovado na 4.ª Reunião do Comité Internacional Preparatório, o Festival terá início no dia 1 de Julho, sendo cada dia dedicado a um tema específico.

Assim, no dia dois, «Juventude e Estudantes pela Paz» será o tema central do programa, desenrolando-se actividades em torno de questões como o desarmamento, o mundo livre de armas nucleares, a segurança, o problema das armas químicas e de qualquer outro tipo de armas de destruição em massa.

No dia seguinte, o tema central será a «Juventude e Estudantes pela Solidariedade Anti-imperialista», onde se falará de libertação nacional, independência, soberania e autodeterminação nacional, progresso social, democracia e dignidade humana.

No dia 4 de Julho, «A Juventude e Estudantes pelo desenvolvimento socioeconómico, desarmamento pelo desenvolvimento e uma Nova Ordem Económica Internacional» serão os temas abordados.

No dia cinco as preocupações dos participantes do XIII Festival vão estar em torno da cooperação, amizade, compreensão e democratização das relações internacionais, bem como da protecção da Natureza e Meio Ambiente e a solução de outros problemas locais.

No dia seguinte o tema a debater será «A Juventude e Estudantes pelos seus direitos», para o penúltimo dia do Festival ser dedicado ao país anfitrião.

Dia 8 de Julho será dado o encerramento deste Festival.

Cultura e desporto

Paralelamente a estas actividades será dada animação a um vasto programa cultural que incluirá Festivais Internacionais de Arte, Canção Política, Música Clássica e Moderna, Dança e Pantomima, Música Pop,

Música Popular e Tradicional, Circo e Magia, Cinema.

Para além de uma grande exposição de belas-arts, estão ainda previstos todo um conjunto de espectáculos artísticos internacionais, promovidos pelas diversas delegações, que decorrerão em teatros, parques e mesmo palcos flutuantes.

Previstos ainda estão actuações de solidariedade com países e regiões, actuações que se integrarão em diversos comícios dedicados aos locais em causa.

Do programa cultural, destaque ainda para um centro de discussão específico, onde os jovens de todo o mundo irão abordar temas como os «êxitos e experiências das actividades literárias e artísticas dos jovens; a cultura como mensageira da paz e compreensão e como meio de promover a solidariedade, o fenómeno internacional da cultura; a década mundial para o desenvolvimento cultural».

Outra iniciativa especial constante do programa do Festival da Juventude e dos Estudantes será um chamado «Tribunal Anti-imperialista», onde se dará sequência a uma série de audiências sobre as seguintes acusações: crimes contra os lutadores pela Paz, Desarmamento, Democracia, Direitos Humanos, Liberdade, Libertação Nacional, Indepen-

dência, Soberania, Integridade Territorial, Crimes de Colonialismo, Expansionismo, Neocolonialismo, Racismo, Apartheid, todas as formas de racismo declaradas pelas Nações Unidas, Fascismo e Ditaduras Militares.

Serão ainda analisados crimes contra os jovens e estudantes que lutam pelos seus direitos e liberdades políticas e sociais, violação dos direitos humanos e dos povos, o uso de políticas promotoras de divisões nacionais, o terrorismo de Estado, instalação de bases militares no estrangeiro, a Ordem Económica Internacional vigente, a falsa ajuda económica, o carácter imperialista de instituições financeiras como o FMI, etc.

Paralelamente serão promovidos encontros com vítimas da guerra e de violações dos direitos humanos.

Oito centros temáticos de debate, sobre a paz e o desarmamento, a solidariedade anti-imperialista, o papel dos não-alinhados, o desenvolvimento económico numa nova ordem internacional, o meio ambiente, os direitos da juventude, os direitos da mulher e a educação, ciência e novas tecnologias; vão ter o seu desenvolvimento ao longo dos dias do Festival, que contará ainda com três Foruns especiais, o primeiro dedicado à «cooperação dos jovens e es-

tudentes ante os desafios do terceiro milénio»; o segundo sobre a situação na Ásia e a região do Pacífico; o último sobre a democratização das relações internacionais e o papel da ONU.

No capítulo de programas especiais da actividade que se desenvolverá ao longo dos dias do Festival, destaque para um seminário internacional sobre turismo e intercâmbio de jovens e estudantes, conferências de estudantes universitários e das escolas secundárias, outro seminário sobre jovens e estudantes religiosos e um conjunto de actividades dedicadas especialmente às crianças e à discussão dos seus problemas concretos.

Ainda referência à programação de encontros de grupos de interesses especiais, que incluem encontros de jovens deputados, jovens trabalhadores, jovens rurais, sindicalistas e um encontro sobre serviço voluntário internacional.

No capítulo do desporto, serão promovidos encontros amigáveis, entre os participantes no Festival, de futebol, basquete, voleibol e ténis de mesa e uma corrida da milha sob o signo da «Paz para o século XXI». Serão ainda promovidas demonstrações desportivas de taekwondo, patinagem artística e ginástica rítmica. ■

LÍBANO

Uma guerra interminável com responsáveis bem concretos

Caçãs israelitas bombardearam nestes dias uma região montanhosa a dez quilómetros de Beirute. Uma zona em que se defrontam as forças de direita do general «cristão» Michel Aoun e destacamentos de forças patrióticas libanesas, apoiadas por tropas da Síria. Objectivamente, uma acção de apoio às forças da direita libanesa, num ressurto da interminável guerra que devasta o país dos cedros, desta feita desde 14 de Março.

Este reacender da fogueira, que já fez um sem número de vítimas, é o mais recente aproveitamento da degradação da situação política e socioeconómica do país, por forças ligadas a Israel.

Há já mais de quinze anos que se arrasta uma situação em que todas as tentativas de reforma de um

sistema político, à partida inquinado, têm sido goradas.

Entretanto, a necessidade de modificação da Constituição, peça de legitimação de privilégios de uma parte da população, em função de razões de ordem religiosa, e geralmente reconhecida, com excepções da extrema direita.

A actual Constituição, que remonta a 1926, impõe uma desigual repartição do poder, em função das diferentes religiões no país — o que só por si gera desequilíbrios e rivalidades entre as diferentes comunidades nacionais.

Acresce que, desde a imposição desta Constituição, as diversas comunidades evoluíram de forma variável. Os chiitas são hoje a maior comunidade do país, e a mais pobre. Os cristãos maronitas, essencialmente representados pela rica e conservadora classe de comerciantes, passaram a ser minoritários, mas detêm de facto a parte de leão do poder político, nos termos constitucionais (ainda herança da colonização francesa). Os sunitas aumentaram consideravelmente, em especial com a chegada dos palestinianos em 1975.

Numa população de dois milhões e 750 mil habitantes, há cerca de 24% de chiitas, 23% de maronitas, 21% de sunitas e 6% de drusos.

Ora os primeiros nem sequer estão representados no Parlamento.

Uma situação como esta é naturalmente insustentável. O seu arrastamento indeterminado, uma guerra quase permanente, é o fruto do interesse de Israel e do imperialismo, em impedir uma solução política para os problemas do país, pois tal solução encerra o «perigo» de um Líbano progressista. Com tudo o que isso de positivo teria — não apenas para o seu povo, como é natural — mas para toda a região, e para a solução do problema palestiniano, com a consagração de uma pátria para o povo da Palestina.

Em recente comentário sobre a actual situação do Líbano, Karim Mrouche, vice-secretário geral do Partido Comunista Libanês/PCL, afirma em entrevista ao «An-Nida», do PCL: «Estamos num momento em que é total a decadência do Es-



Beirute devastada, é bem o símbolo de uma guerra, alimentada também por Israel, que se arrasta há praticamente 15 anos

Memorandum sobre a ocupação e repressão israelita

Memorandum sobre a ocupação e repressão israelita no Sul, da Associação libanesa de Juristas Democratas, datado de Janeiro de 89.

Os dois episódios da ocupação

1. A ocupação por Israel de uma parte do Sul do Líbano começou com a famosa «Operação Litani» desencadeada em 14 de Março de 1978; primeira invasão de grande envergadura do Líbano.

A resolução n.º 425 do Conselho de Segurança da ONU de 19/3/1978 exigia a retirada imediata, completa e incondicional dos invasores e a formação de um corpo de Forças Interinas das Nações Unidas no Sul do Líbano (FINUL) para supervisionar a retirada e permitir às autoridades legais libanesas retomar o seu controlo nesta zona. Esta resolução não pôde ser aplicada até hoje, porque as forças de ocupação israelitas impedem a deslocação das FINUL, quer directamente, quer indirectamente, através do chamado «Exército sul-libanês», milícia fantoche formada, equipada e treinada pelos ocupantes.

2. O segundo episódio desta

ocupação começa com a invasão israelita de 4 de Junho de 1982 baptizada de «Operação Paz da Galileia» que levou os invasores até ao coração de Beirute, capital de um país membro, a parte inteira, da ONU.

Apesar das resoluções 508 e 509 respectivamente do 5 e do 6 de Junho de 1982, exigindo a Israel a retirada imediata e incondicional de todas as suas forças militares até às fronteiras internacionalmente reconhecidas do Líbano, as forças de ocupação continuam a ocupar uma parte do Sul do Líbano, baptizada pelo invasor de «zona de segurança» pretensamente para assegurar a «segurança» de Israel.

Mais de 10% da população

3. Quando da primeira invasão de 14/3/1978 («Operação Litani») 150 aglomerações populacionais foram invadidas pelo Exército israelita. Depois da instalação parcial da FINUL,

59 aglomerações continuaram sob ocupação e constituíram a «zona de segurança».

Nesta zona o Tenente-coronel fantoche Saad Haddad, comandante-chefe do «Exército sul-libanês», declara a 18/4/79 a formação de um Estado Livre do Líbano, ficção criada pelo ocupante que pretendia mascarar a sua ocupação, tal como a sua oposição à deslocação da FINUL, por detrás de uma fachada libanesa.

4. Após a invasão israelita de 1982 («Operação Paz da Galileia») esta zona foi ampliada em 112 aglomerações suplementares.

O que leva a que a zona do Sul do Líbano actualmente ocupada por Israel englobe um total de 171 aglomerações populacionais, habitadas por 354 876 pessoas, ou seja, 10 a 12% do conjunto da população do Líbano.

5. Geograficamente esta zona estende-se ao longo de toda a fronteira libano-israelita (ao Sul e a Este), e ainda da parte da fronteira libano-síria adjacente ao Golan sírio ocupado e a região de Djebel-el-Cheikh «Mont Hermon» (no Leste). A oeste ela é limitada pelo Mediterrâneo e pela zona de instalação da FINUL. A

Norte está delimitada pelo curso do rio Litani, e engloba zonas de instalação do batalhão norueguês da FINUL (o que faz com que Israel ocupe mesmo uma parte do território libanês sob controlo da FINUL).

Para além do Sul do Líbano, esta zona engloba ainda terrenos e as colinas estratégicas que fazem parte da Békaa (o Líbano é formado por 5 províncias — Mohafazat — que são: Beirute, Monte-Líbano, Líbano-Norte, Líbano-Sul e a Békaa).

Violenta repressão

6. Esta zona está sujeita a feroz repressão por parte das forças de ocupação israelitas e dos seus acólitos do Exército sul-libanês.

A repressão assume múltiplas formas, todas elas constituindo verdadeiros crimes, de que esse carácter não pode escapar a quem quer que possua uma noção, mesmo elementar, do direito internacional.

Manifesta-se particularmente nas seguintes práticas:

a) bombardeamentos aéreos e tiroteio com artilharia pesada, com tiros indiscriminados ou intencionalmente dirigidos contra alvos civis;

b) expedições punitivas contra localidades civis;

c) cerco de aldeias com corte de abastecimento de víveres, de água e de medicamentos por longos períodos;

d) dinamitação das habitações;

e) operações de «limpeza» levando à destruição dos campos e ao incêndio das culturas;

f) pressões sobre os habitantes no sentido de impor uma «administração civil» fantoche, para obrigar os jovens a incorporarem-se no Exército sul-libanês;

g) o avanço sobre largas superfícies do território libanês na linha da fronteira, constituindo uma anexação de facto dessas áreas;

h) o aprisionamento de reféns, prisões em massa, a instalação de lugares de detenção cujo acesso é interdito, em particular o tristemente famoso campo de concentração situado na localidade de Khiam;

i) a prática sistemática da tortura que já levou à morte muitos presos;

j) o julgamento, por tribunais militares israelitas, de jovens combatentes da resistência nacional libanesa e a sua condenação a pesadas penas de prisão. ■

tado. Frente às forças patrióticas libanesas, erguem-se de forma cada vez mais agressiva os senhores do projecto fascista e do projecto sionista, que contam com o apoio de Israel e das forças reacçãoárias árabes, apoiados pelo governo iraquiano e as forças imperialistas».

Para os comunistas libaneses, a solução do conflito passa por uma reforma política, que «a maioria das forças democráticas estão decididas a defender (...) como condição necessária para uma verdadeira solução da crise libanesa».

As propostas concretas neste sentido são: afirmar o arabismo do

Libano, estreitar relações com os países árabes, em especial com a Síria e a Palestina; participar no combate contra o ocupante israelita e em defesa da resistência nacional; eliminação do regime confessional para construir um regime democrático.

Para melhor compreender o que é actual realidade libanesa, e das responsabilidades implícitas no drama vivido pelo povo libanês, aqui inserimos parte substancial de um memorando sobre a ocupação, da Associação libanesa dos juristas democratas. ■



Ampla participação na primeira sessão de trabalhos do Congresso do Povo

URSS, Congresso do Povo

Mensagem aos povos do mundo

O Congresso dos Deputados do Povo da URSS adoptou, na sua sessão de encerramento, em 9 de Junho, uma Mensagem aos Povos do Mundo, que aqui transcrevemos.

Nós, deputados do Povo da URSS, reunimo-nos no nosso Primeiro Congresso para lançar, num ambiente de abertura e de transparência, o fundamento legal da renovação democrática universal da nossa sociedade socialista.

Na qualidade de representantes plenipotenciários dos milhões do Povo Soviético compreendemos inteiramente a responsabilidade histórica que nos cabe. Entendemos que os problemas que, hoje em dia, enfrenta a nossa Pátria, são enormes, e consideramos que não há uma alternativa à reestruturação radical de todos os aspectos da sua vida. Fizemos esta opção bem pensada e firme e não sairemos desse caminho.

No centro das nossas atenções está o homem com todas as suas alegrias e tristezas, preocupações e esperanças. Estamos convencidos de que a sociedade socialista não pode ter qualquer outro objectivo moral se não os interesses do Povo, as aspirações e os direitos de um homem livre.

A «perestroika» é um assunto interno dos Povos da União Soviética, ela foi gerada pelas necessidades prementes do País. Mas nós não nos separamos da Comunidade mundial, dos processos contemporâneos, considerando a liberdade pessoal, a democracia e a justiça social como os valores fundamentais, nos quais deve basear-se a vida da nossa sociedade.

Encaramos a «perestroika» como uma parte do processo, cada vez mais forte, de democratização de toda a ordem mundial, como uma contribuição da União Soviética para a solução dos problemas globais, que pesam sobre a Humanidade. Todos eles estão intimamente ligados, atados num nó forte e perigoso. Ele pode e deve ser desfeito, mas, para isso, é necessário conjugar os esforços da Comunidade mundial com vista à sua sobrevivência.

A «perestroika» modifica em princípio a nossa atitude para com o mundo que nos rodeia. Hoje em dia

estamos abertos ao mundo, estamos prontos a cooperar com todos aqueles para quem a vida e a dignidade humana são valores supremos, e esperamos contar com a compreensão recíproca.

No mundo contemporâneo, em brusca mudança, não se pode viver segundo as regras e os padrões antigos. Não se pode esperar reforçar a segurança de cada um e garantir o seu bem-estar, ignorando os interesses dos outros. É insensato transformar as relações internacionais numa arena de guerras ideológicas. É criminoso fazer esgotar a economia mundial com a corrida aos armamentos e dispensar a preocupação para com a preservação do meio ambiente da vida humana. Quaisquer que sejam as barreiras que nos separam, somos todos filhos da Mãe-Terra, temos um destino comum único. É por isso que apelamos a pôr fim às hostilidades e litígios entre os Povos. Um novo período de Paz na história da Humanidade é possível, temos que transformar essa possibilidade numa realidade.

O Congresso assegura solenemente aos Povos do Planeta assumir a responsabilidade pelo cumprimento rigoroso pelo Estado soviético dos princípios da coexistência pacífica em relação a todos os Estados e Povos da Terra.

Política internacional Os princípios

Baseando-se na nova mentalidade política, o Congresso dos deputados do Povo da URSS aprovou os princípios, pelos quais o nosso Estado deve nortear-se nos assuntos internacionais. Eles consistem no seguinte:

- A segurança do nosso país deve ser garantida antes de mais por meios políticos, como uma parte integrante da segurança global e igual no processo de desmilitarização, democratização e humanização das relações internacionais, tendo como apoio o prestígio e as capacidades da Organização das Nações Unidas;

- As armas nucleares devem ser eliminadas mediante conversações, orientadas para o desarmamento e a redução do potencial defensivo dos Estados até ao nível da suficiência razoável;



- É inadmissível o recurso à força e à ameaça da força com o objectivo de alcançar quaisquer objectivos políticos, económicos e outros; é imprescindível o respeito pela soberania, independência e integridade territorial em relação a outros países;

- Não é a confrontação, mas sim o diálogo e as conversações visando o equilíbrio de interesses que devem tornar-se no único meio de resolução dos problemas internacionais e de regularização dos conflitos;

- A economia soviética deve enquadrar-se organicamente na economia mundial na base da igualdade e da vantagem mútua, participar activamente na formação e na observação das regras da moderna divisão internacional de trabalho, do intercâmbio científico e técnico, do comércio.

O nosso Congresso, sendo o órgão supremo do poder de Estado, declara: a União Soviética tenciona seguir rigorosamente esses princípios na sua política externa. A partir deles, é essa, e para sempre, a nossa estratégia de política externa. É essa a linha aberta e honesta da União Soviética e da «perestroika» na arena internacional. É essa a opção do Povo Soviético.

Dirigimos aos Povos do Mundo e à opinião pública mundial um apelo a desenvolver, por todos os meios, o intercâmbio de ideias e de pessoas, de valores éticos e culturais, os contactos, o diálogo a todos os níveis e em todas as esferas, a procurar e encontrar em conjunto compromissos mutuamente aceitáveis em prol da preservação da vida na Terra, em prol da prosperidade e do progresso de toda a Humanidade. ■



As crianças são as grandes vítimas

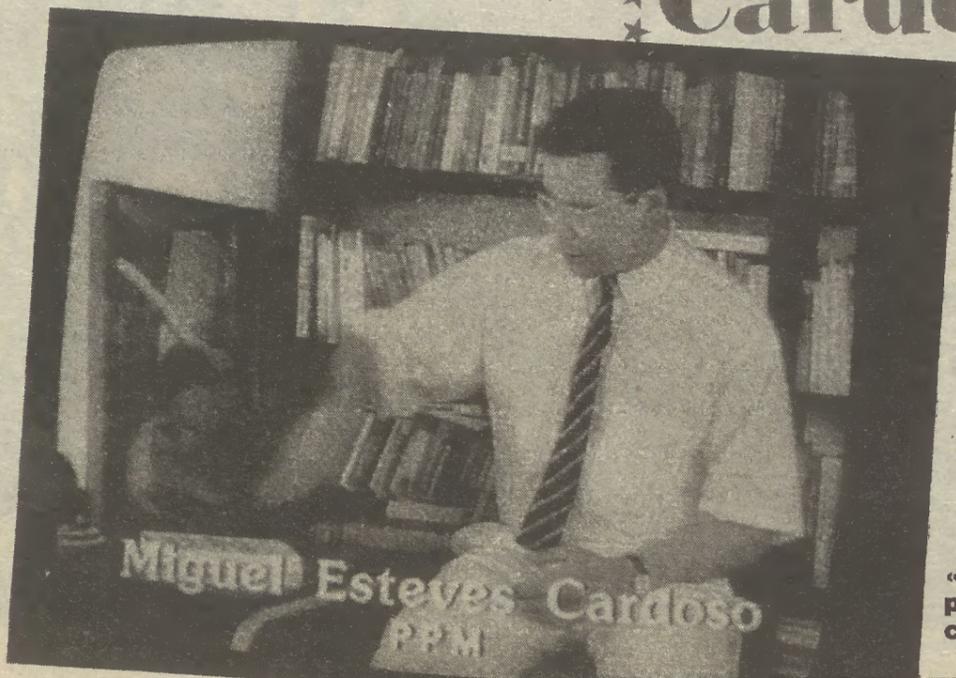


Um país em ruínas

Pontos Cardeais

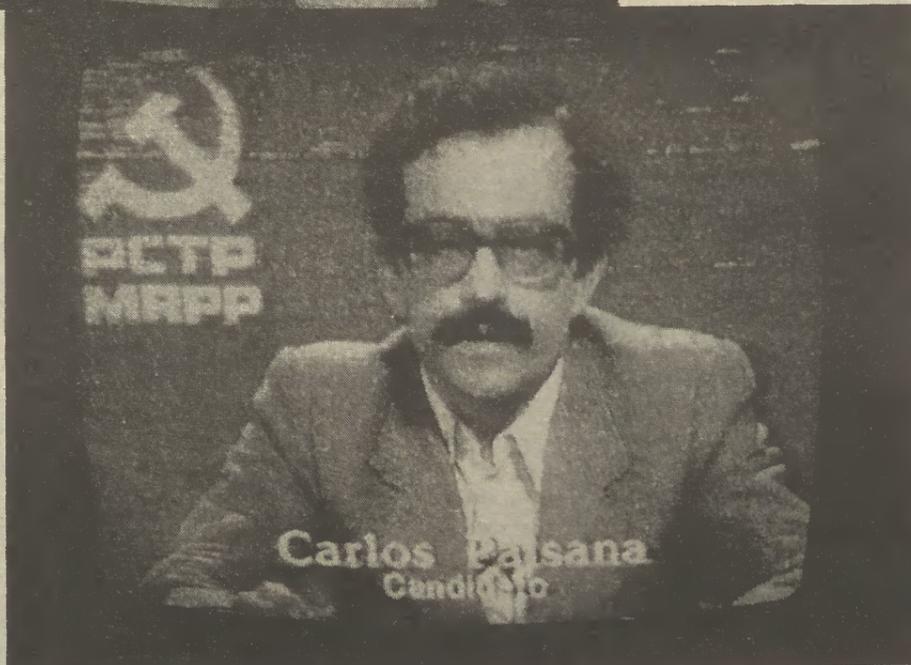
Gazetilha

por Ignotus Sum



Miguel Esteves Cardoso
PRM

«Tá quieto! Se for para Estrasburgo compro um cão!»



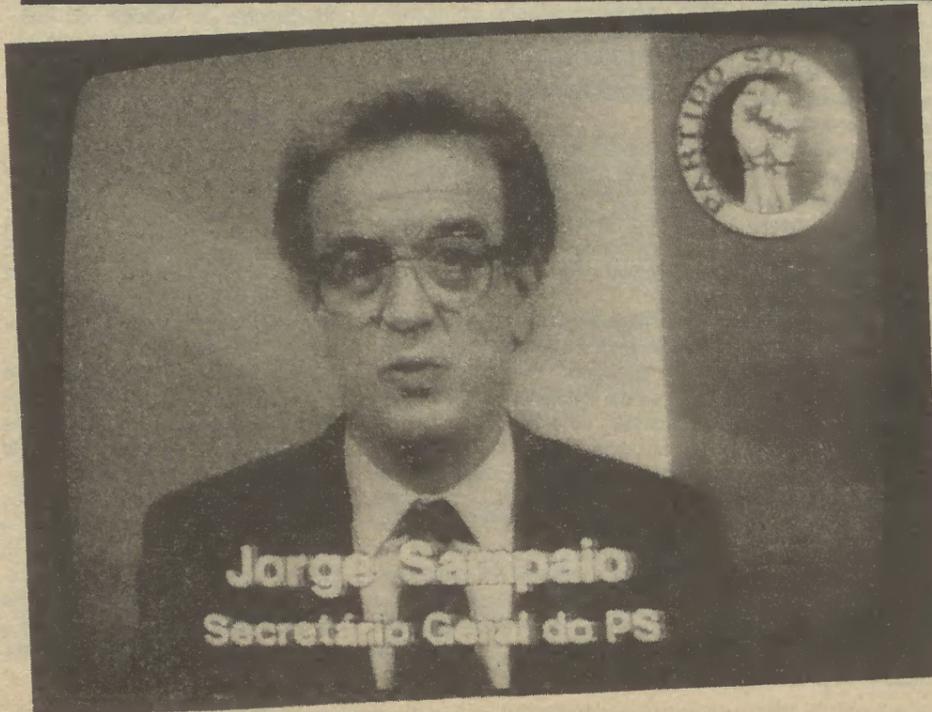
Carlos Paisana
Candidato

«... e assim me despeço até à próxima campanha eleitoral»



LUCAS PIRES
UM AMIGO

«... não, não me fica muito. Olhe que só aquele cartaz das serpentina ficou-me para cima de um dinheiro...»



Jorge Sampaio
Secretário Geral do PS

«... um niquinho, o que alteramos na Constituição foi só um niquinho»

Isso Não!

Disse Cavaco. Disse largo e ousado com entoações e gestos clamorosos:
— Tenho sido acusado de proteger reformados e idosos:

Oiça. Você pode ir sempre à televisão pode esconder-nos, pode até mentir. Gozar-nos é que não!

O que foi?

Mil vezes repetiram o pregão na TV desse dia:
A inflação não subiu tanto como se previa

Sobe o escudo? O preço menos dói? É mais fácil a casa e as refeições? Claro que não. Então o que é que foi? Ora o que foi! Foram as eleições...

O costume

Tempos de Antena do PSD.
O blá-blá muito gasto.
Nem Barreto ou Cadilhe lá se vê.
Da Beleza nem rasto.

Está certo? Está, temos de concordar pelo que na experiência bem se exprime: o criminoso quer sempre apagar as marcas do seu crime...

... E talvez nem assim

Já estão uns hospitais anunciados para entrar em funções. Podiam até ser inaugurados já nestas eleições...

Parece ter reinado alguma zanga por tal não se fazer. Mas pensa alguém que é preciso guardar trunfos na manga para as eleições que vêm...

Com tal gente, que basta de gramar, gente capaz de fel e tropelias, nós mesmo só podíamos lucrar com umas eleições... todos os dias...



Sexta-feira, dia 16
a seguir ao Telejornal
o Prof. Cavaco Silva
fala aos Portugueses

E no domingo, dia 18, antes do Telejornal, os portugueses responderam ao prof. Cavaco Silva

Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 808

22 de Junho de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

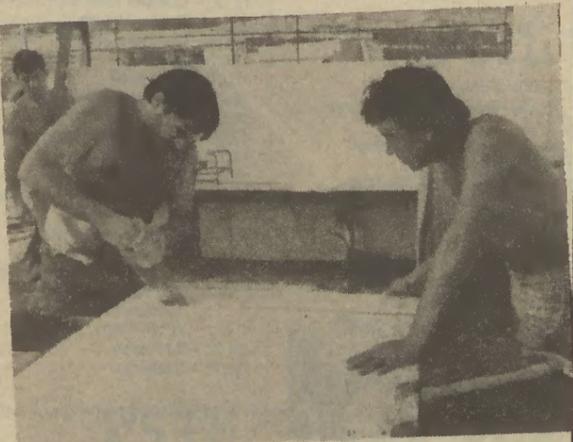
Os bons ares da lezíria à nossa espera...



À descoberta da Festa
em construção.
— o convívio marca
encontro em Loures,
na antiga Quinta do
Infantado

No próximo fim-de-
-semana: 5.ª jornada
de trabalho voluntário
para erguer a Festa do
«Avante!»/89

• Há uma «tarefa especial» para todos,
mas os camaradas que estão no
Infantado apelam à colaboração activa
de carpinteiros, montadores de
andaimas e electricistas



Nem só de praia vivem os fins-de-
-semana deste Junho/89. Em Loures
convívio e amizade querem dizer
também solidariedade com a Festa.
Participa!

Quinta ²²

• LISBOA

Plenário da organiza-
ção da 4.ª zona da
OLL — às 21.30, com
a participação do ca-
marada Vidal Pinto.

Plenário de militan-
tes da organização
dos **Professores** da
ORL — às 21.00 no
Centro de Trabalho
Vitória.

Plenário da organiza-
ção dos **Quadros
Técnicos** da ORL —
às 21.00 no CT
Vitória.

Plenário de militan-
tes da organização
dos **Escritórios da
OLL** — às 19.00.

Plenário de militan-
tes das organizações
de **Bancários e Se-
guros** — às 17.30 no
Centro de Trabalho
Vitória.

Sexta ²³

• AMADORA

Plenário de militan-
tes na **Brandoa** — às
21.30.

• LISBOA

Plenário de militan-
tes do **Sector Públi-
co** — às 19.00 no
Centro de Trabalho
de Alfama.

Plenário do **Comité
Local de Lisboa** —
às 19.00.

Segunda ²⁶

• LOURES

Plenário de militan-
tes da **Zona Oriental**
de Loures — às
21.00 no Centro de
Trabalho de
Sacavém.

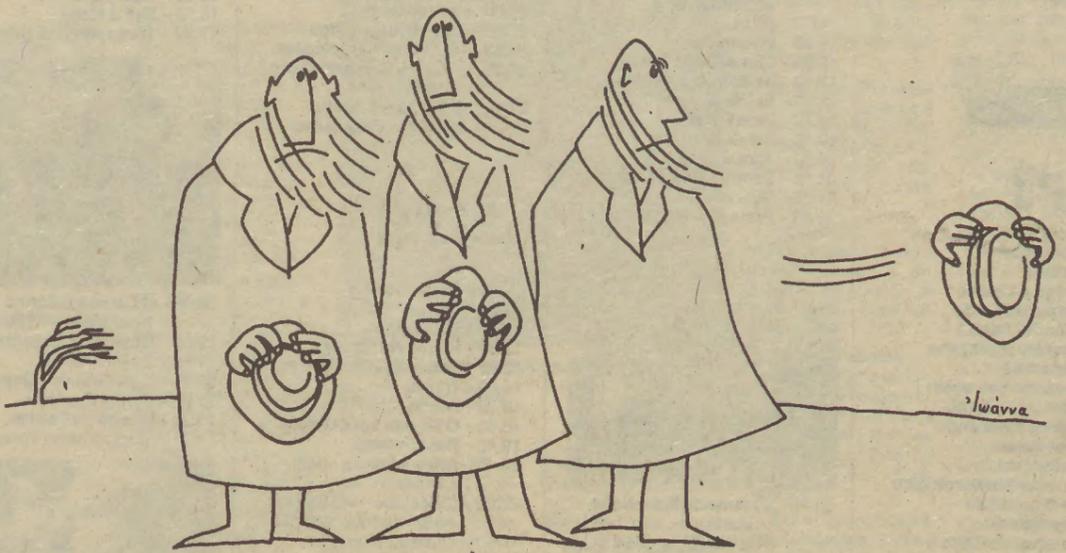
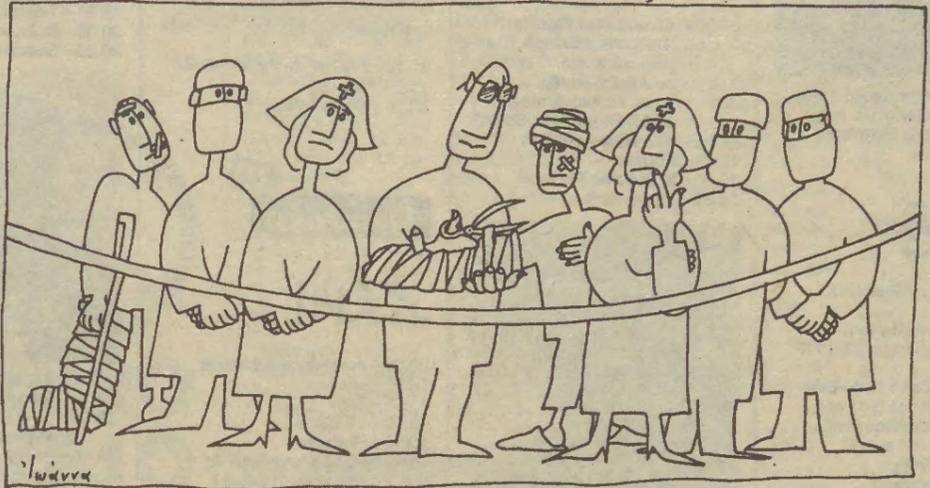
Terça ²⁷

• AMADORA

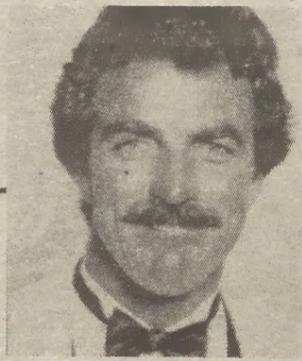
Plenário de **qua-
dros** do Partido da
Amadora — às 21.30.

Naturais de Sardoal e Mação

Pede-se aos camaradas e amigos
naturais dos concelhos de Sardoal e Ma-
ção a sua participação na reunião a reali-
zar no CT Vitória, às 18.30 da próxima
quarta-feira, dia 28. Nesta reunião estará
também presente o camarada Miguel
João, da DORSA.



TV O Programa



Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique (148.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.40 - Um Anjo na Terra (11.º epis.)
- 14.15 - S.A.J. Serviço de Auxílio aos Jovens
- 14.40 - Os Anos que Contam
- 15.05 - Festival Midem 89
- 16.15 - América Selvagem (13.º epis.)
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.20 - Sassaricando (67.º epis.)
- 21.15 - Monte Carlo (últ. epis.)
- 22.15 - Clube das Estrelas
- 23.15 - 24 Horas
- 23.45 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (243.º epis.)
- 15.25 - O Grande Sertão: Veredas (repetição, 11.º epis.)
- 16.30 - Lá em Casa Tudo Bem
- 16.55 - Sinhá Moça (88.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - TV 101 (8.º epis.)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Sinais do Tempo
- 22.25 - Hitchcock Apresenta...
- 23.20 - Magazine Musical

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (2.º epis.)
- 14.25 - Imagem e Imagens
- 15.05 - Midem 89
- 16.05 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Telemundo
- 21.45 - Festival da Chita e

- eleição da rainha das marchas de Lisboa
- 23.15 - 24 Horas
 - 23.45 - Remate
 - 24.00 - Pela Noite Dentro - «O Caso Washington», real. Victor Stoloff (EUA/1977, 86 min.)

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Giramundo
- 18.00 - Al Filo de lo Impossible (1.º epis.)
- 19.00 - Haja Música
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Um Homem dos Diabos (1.º epis.)
- 22.10 - Rumo aos Céus (5.º epis.)
- 23.20 - Entre Barreiras
- 23.50 - Rotações

Sábado

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família (Desporto e Ciência, Era uma vez a vida, O safari do João Valentão, Turbo Teen, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
- 12.05 - A Grande Aventura
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - S. João no Porto
- 13.35 - Parlamento



- 14.05 - Sessão da Tarde - «O Terrível Joe Moran», real. Joseph Sargent (EUA/1984, 100 min.)
- 16.10 - Vivamúsica
- 16.55 - Crime, Disse Ela
- 17.40 - As Estrelas (últ. epis.)
- 18.20 - Al Life (últ. epis.)
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.35 - Duarte e C.ª
- 22.35 - Praia da China (6.º epis.)



- 23.20 - Cinema da Meia-Noite - «Spartacus», real. Stanley Kubrick (EUA, 184 min.)

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 09.55 - A Malta de Bronx (repetição, 8.º epis.)
- 10.45 - Vestígios (série, 4.º epis.)
- 11.40 - A Nossa Turma
- 12.50 - Compacto Brega e Chique
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Quem Sai aos Seus
- 19.55 - Music Box Especial - Dire Straits
- 20.50 - Elogio da Leitura



- 21.15 - A Saga do Padrinho (2.º epis.)
- 22.15 - Basquetebol

Domingo

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 10.00 - Missa
- 11.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Por Todo o Ouro do Transval (3.º epis.)
- 14.05 - Terra X
- 14.55 - Primeira Matinée - «As Pontes de Toko-Ri», real. Mark Robson (EUA/1954, 103 min.)
- 17.00 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - O Justiceiro
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Alf, uma Coisa do Outro Mundo
- 21.15 - O Barco e o Sonho
- 22.15 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.50 - Veterinário de Província
- 15.00 - Troféu
- 18.00 - Derrick (16.º epis.)
- 18.50 - O Mundo em Extinção
- 19.45 - Basquetebol
- 21.45 - Artes e Letras - Jean Cocteau
- 22.00 - Cineclubes - «O Sangue de um Poeta», real. Jean Cocteau (França)

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde



- 13.30 - A Rota de Howard
- 14.15 - A Brigada Falcão
- 14.40 - Pescadores - Tavira
- 15.05 - Midem 89
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando



- 21.15 - Anzacs: Heróis da Guerra (últ. epis.)
- 23.15 - Portugal Passado e Presente
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...



- 18.00 - O Carro e o Sonho (telefilme) - 1.ª parte
- 19.00 - Music Box Especial
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas (Magazine de Economia)



- 22.00 - Teatro Estrangeiro - «Teia de Amor e Intriga», de William Congreve, pelo elenco do Teatro Nacional da Grã-Bretanha. Produção da TV-Granada

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas

Filmes

- «O Caso Washington» - 6.ª, 24.00, RTP-1
- «Tarzan em Nova Iorque» - sáb., 09.00, RTP-1
- «O Terrível Joe Moran» - sáb., 14.05, RTP-1
- «Spartacus» - sáb., 23.20, RTP-1
- «As Pontes de Toko-Ri» - dom., 13.25, RTP-1
- «O Sangue de um Poeta» - dom., 22.45, RTP-2
- «A Clepsidra» - 3.ª, 22.00, RTP-2
- «As Portas do Céu» - 4.ª, 21.25, RTP-1

Teatro

- «Teia de Amor e Intriga» - 2.ª, 22.00, RTP-2

Música

Quinta

- 15.05, RTP-1: Festival Rock do Midem 89 - I
- 22.15, RTP-1: Clube das Estrelas
- 23.20, RTP-2: Magazine Musical

Sexta

- 15.05, RTP-1: Midem II

Sábado

- 09.00, RTP-2: Music Box
- 16.10, RTP-1: Vivamúsica
- 19.55, RTP-2: Dire Straits

Segunda

- 15.05, RTP-1: Midem III
- 19.00, RTP-2: Music Box

Terça

- 15.05, RTP-1: Midem IV
- 16.25, RTP-2: Magazine Musical
- 18.00, RTP-2: Music Box

Quarta

- 15.05, RTP-1: Midem V
- 23.15, RTP-2: Som da Surpresa

Desporto

- Remate - RTP-1, 5.ª (23.45), 6.ª (23.15), 2.ª (00.15), 3.ª (00.15) e 4.ª (00.35).
- Rotações - RTP-2, 6.ª, 23.50
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00
- Troféu - RTP-2, dom. (10.00 e 15.30)
- Especial Desporto- Basquetebol: RTP-2 dom., 19.45;
- Atletismo: RTP-2, 3.ª, 19.00

RTP2

- 14.15 - Os Filhos dos Flintstones
- 14.40 - Um Certo Sorriso
- 15.05 - Midem 89
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Era uma vez um polícia (2.º epis.)
- 22.10 - Primeira Página
- 23.15 - Armadilhas
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Rumo aos Céus (série, 1.º epis.)
- 16.25 - Magazine Musical
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Music Box (Via Rápida)
- 19.00 - Especial Desporto - Atletismo
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cine Magazine



- 22.00 - Cinemadois «A Clepsidra», real. Wojciech Has (Polónia, 119 min.)

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As Dez

- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde



- 13.30 - Colt em Acção («The Fall Guy», 2.º epis.)
- 14.15 - Os Campbells (6.º epis.)
- 14.45 - O Homem e a Cidade
- 15.05 - Midem 89
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.25 - Lotação Esgotada: «As Portas do Céu», real. Michael Cimino (EUA/1980, 144 min.)
- 00.05 - 24 Horas
- 00.35 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - O Rio Amarelo
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis (60.º epis.)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Grande Sertão: Veredas (16.º epis.)
- 23.15 - Som da Surpresa
- 00.15 - Especial Desporto

Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 5.ª a dom. às 21 e 15, sáb. e dom. às 17. **O Irmão**, de David Mourão-Ferreira, enc. João Ávila.

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, dramat. Manuel João Gomes, enc. Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

Ritz Club, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom. às 22.00. **Comunidade**, de Luiz Pacheco, encen. José Carretas.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **A Marmitta de Papin**, de Clara Pinto Correia, enc. Fernando Gomes.

Teatro do Bairro Alto, Rua Ten. Raul Cascais. De 3.ª a 6.ª às 21.30, dom. às 16.00. **O Público**, de Federico Garcia Lorca, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. Sala 2 - 6.ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16.00. **Estilhaços**, de Mário de Carvalho, enc. João Brites, pelo Bando.

Teatro Ibérico, R.

de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17. **A Castro**, de António Ferreira, enc. Blanco Xil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. **Quem Tramou o Comendador?**

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nenê**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Fi-

gueiredo, Monte Estoril. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 17. **Lisistrata**, de Aristófanes, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

PORTO

Sala do Povo Português, R. de Camões. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16. **As Criadas**, de Jean Genet, enc. Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **O Paraíso Não Está à Vista**, de R. W. Fassbinder, enc. Rogério de Carvalho. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00.

Cinema A selecção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Eles Vivem!	★★★	★★★★	—	—
B Encontro de Irmãos	—	★★	★★★	★★★
C Um Grito de Coragem	—	★★	—	—
D Histórias de Nova Iorque	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E Irmãos Inseparáveis	★★★★	★★★★	—	—
E Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos	—	★★★★	—	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. John Carpenter — *Alfa/3* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), *Amoreiras/2* (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), *S. Jorge/3* (14.15, 16.30, 19.00, 21.15) — Lisboa.
- B — Real. Barry Levinson — *Amoreiras/6* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), *Estúdio* (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), *S. Jorge/3* (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Fred Schepisi — *King/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. M. Scorsese, F.F. Coppola e W. Allen — *Quarteto* (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) — *S. Jorge/2* (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — Lisboa.
- E — Real. David Cronenberg — *Alfa/Clube* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Amoreiras/5* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — *Mundial/2* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Lisboa.
- F — Real. Pedro Almodóvar — *Amoreiras/8* (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.30, 00.15), *Las Vegas/1* (15.15, 18.30, 21.30), *Londres* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) *Quarteto/2* (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.



de S. Carlos, com a Orquestra de S. Carlos dirigida pelo maestro búlgaro Nedialkov. No sábado, às 18.30, Marina Pavlova estará de novo em S. Carlos, agora no Salão Nobre, para um recital de canto e piano.

Simultaneamente, decorrem uma exposição de artes plásticas no Mosteiro dos Jerónimos (a inaugurar no sábado de manhã) e um festival de gastronomia no Hotel Penta (de 27 de Junho a 3 de Julho).

Amigos do Tejo

A Associação dos Amigos do Tejo promove no próximo fim-de-semana o 20.º Cruzeiro do Tejo. Regatas e outros desportos náuticos e aquáticos têm como sempre lugar de destaque. Mas, além disso, no sábado, a associação organiza a



CRUZEIRO DO TEJO
24-25 JUNHO 1989
ALHANDRA - SALVATERRA

jornada «Tejo, turismo e natureza», para a qual convidou, nomeadamente, todos os municípios ribeirinhos, a Direcção Geral de Turismo, o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza e outras entidades «que possam contribuir para o avanço de projectos e

acções que conduzam ao melhor aproveitamento do Tejo no que respeita ao turismo da natureza». O encontro decorre das 10 às 13 horas no Palácio da Sub-Serra em Alhandra e, durante a tarde, os participantes viajarão de barco, de Alhandra à Valada do Ribatejo, acompanhando as regatas e visitando depois a aldeia piscatória da Palhota.

A Associação dos Amigos do Tejo, que desenvolve uma permanente actividade em defesa do Tejo e do Meio Ambiente, tem sede no Edifício Bartolomeu Dias, piso 2, Doca de Alcântara — 1300 Lisboa.

Festival de Sintra

No âmbito deste festival estão programados para esta semana dois concertos de piano — de Tania Achot no sábado, de Kun Woo Paik na terça-feira. Quanto a Tania Achot, interpreta — no Palácio Nacional de Sintra, às 18.00 — obras de Chopin e Schumann; o repertório do concerto de 3.ª feira — Palácio Nacional da Pena, às 18.00 — é constituído por peças de Schubert, Liszt e Berlioz-Liszt.

Ainda em Sintra e no Palácio da Pena realizam-se hoje e amanhã, às 20.30, concertos pelo Grupo Coral de Bilbao acompanhado pela Orquestra Sinfónica da RDP. No programa, peças corais de Wagner e Verdi.

Exposições

• LISBOA

Bernardo Marques — Retrospectiva de desenho (1920-1962). Galeria do Museu do CAM. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Carlos Afonso Dias — Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/7).

Carlos Cobra — Desenhos. Gal. Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 23/6).

Catarina Baleiras — Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 16 às 19 (até 25/6).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Companhia Rey Colaço/Robles Montelro» — no Museu Nacional do Teatro (estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Cristina Maldonado — Pintura. Gal. Príncipe Real, Pr. Príncipe Real, 32. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 30/6).

Demétrios — Escultura. Espaço Infantil, Rua Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a 6.ª das 10 às 14 e das 15 às 19.30, sáb. das 9.30 às 13 (até 24/6).

Eduardo Luiz — Pintura. Gal. Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De



Obras recentes de Paula Rego na Galeria 111

Félix Marques — Pintura. Galeria da Biblioteca Nacional, 1.º piso. De 2.ª a sáb. das 9.45 às 20.00.

Gilberto Zorio (Itália) — Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/7).

Graciete Rosa Rosa — Tapeçaria. Galeria Tempo, R. Nova de S. Mamede, 17-4. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 5/7).

Gravuras Italianas do Séc. XVII. — Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes (até 30/7).

João Filipe Vieira — Desenhos. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 28/6).

José Pedro Croft e Rui Sanches — Escultura. Gal. Alda

António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 14.30 às 18.30, sáb. das 1 às 12.30.

Manuela de Sena — Pintura. Livraria Barata, Av. de Roma, 11.

Maria João Franco — Pintura. Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 24/7).

Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Marta Wengorovius — Pintura e desenho. Gal. Módulo, Calc. dos Mestres, 34. De 2.ª a sáb. das 16 às 20.

Miguel Horta — Pintura. Gal. Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 30/6).

Paula Rego — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 111. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 15/7).

Pedro Calapez — Grafites sobre madeira. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1-F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Rodrigo Ferreira — Pintura. Centro de Arte Scitp, R. D. Estefânia, 195. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20, sáb. das 10 às 14 (até 27/6).

Romualdo — Pintura-instalação. Gal. Novo Século, R. do Século, 23. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 6/7).

Sérgio Taborda — Escultura. Galeria Tapeçarias Portalegre, Rua da Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 24/7).

Três Escultores Portugueses (António Campos Rosado, Pedro Campos Rosado e Rui Sanches — exposição integrada nos Encontros Luso-Americanos de Arte Contemporânea). Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/7).

Xinha — Instalação. Gal. Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a dom. das 16 às 19 (até 25/6).

• PORTO

As Artes na Televisão — das artes tradicionais ao vídeo, «exposição-espectáculo» produzida pelos museus Stedelijk de Amsterdão e de Arte Contemporânea de Los Angeles. Casa de Serralves, Rua de Serralves, De 3.ª a dom. das 14 às 20.

Gracinda Candelas — Pintura. Gal. Nasoni, Rua Galeria Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30 (até 3/6).

Rui Paes — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 14/7).

Tiago Manuel — Desenho. Gal. Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777. De 2.ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22.

• OUTRAS LOCALIDADES

José Alves — Pintura. Até 30/6, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.

Os Descobrimentos em Arte Postal (trabalhos enviados ao Salão Internacional de Arte Postal). Galeria de exposições da Biblioteca Municipal BARREIRO.

Colectiva (Colectiva Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

Artur Bual — Pintura e desenho. Gal. Vértice, Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, 71-A. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 21/6) CASCAIS.

Louro Artur — Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE.

Alberto Cidrões — Cerâmica/escultura. Gal. Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90. De 2.ª a sáb. das 10 às 14 e das 15 às 19 (até 1/7) OEIRAS.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Colectiva de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19 TORRES VEDRAS.

A Bulgária entre nós

A realização de uma «Semana Búlgara em Lisboa», iniciativa conjunta das associações industriais dos dois países, é oportunidade para uma aproximação a

aspectos da cultura da Bulgária — nomeadamente à sua música, e ao canto, aplaudidos em todo o mundo. De facto, em Lisboa está uma famosa soprano, **Malina Pavlova**, que amanhã às 21.30 participa num concerto no Teatro Nacional



Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo, temporariamente muito nublado durante a tarde de sábado, e possibilidade de aguaceiros no interior norte e centro. Vento geralmente fraco e nevoeiros matinais no litoral oeste.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



Quatro jovens escultores na Voz do Operário

a TV

As armas mais poderosas: sorrisos e flores

Estão ainda nos olhos dos telespectadores as imagens da visita de Gorbatchov à Alemanha Federal.

A correspondente da RTP na RFA sublinhou esse extraordinário «fenómeno de empatia». A simpatia do povo alemão era visível em todos os rostos. O elevado número de crianças nas manifestações valia como um símbolo: o futuro da Paz passava por ali.

De registar a resposta de um alemão a quem perguntavam a sua opinião sobre Gorbatchov: «Quem nos dera ter um chanceler assim...»

A certa altura, Gorbatchov embrenhou-se na multidão, aviando beijos e abraços. Sim. Ele sente-se defendido no meio do povo. E o povo alemão atacou-o, mas com sorrisos e flores.

O interior em desfavor

Na televisão portuguesa, a norma é favorecer a deturpação, o alheamento e a fantasia. Por regra, os noticiários não se fizeram lá para reflectir a realidade, mas para a esconder. Mas às vezes esquecem-se...

Foi o caso daquela anti-reportagem sobre o Algarve. O repórter agarrou na sua câmara e meteu-se pelo interior.

Sáimos do Algarve do turismo, da construção desordenada, da especulação, dos negócios onde vale tudo, até arrancar os olhos.

Vimos um Algarve empobrecido, velho, doente, sem perspectivas, submetido a um desumano modo de vida...

Quer dizer: os lucros fabulosos para alguns bolsos foram — para os do próprio Algarve é que não.

Por isso, quando Cavaco Silva fala em «modernizar» é natural que nos assalte um movimento de repulsa. Estão à vista as consequências da sua «modernização»...

O «vale tudo...»

É preciso andar. Andar depressa. O tempo urge. As sondagens são pessimistas. A corrida é contra-relógio. O dia 18 aproxima-se a todo o vapor. É preciso mostrar trabalho. Feito, por fazer, por vir a ter. Ou não ter, pouco importa.

Mais uns metros de estrada. O gás que se projecta levar às cidades. O ambiente que se melhora. O «os portugueses devem honestamente reconhecer que...» e quem não «reconhecer que», não age honestamente ou até mesmo não serão portugueses.

E são os centros para a juventude, o intercâmbio juvenil, o turismo, as viagens ao estrangeiro e muitas, muitas outras actividades, o convívio, etc, e as informações sobre o estudo e sobre o trabalho...

Não esquecendo as escolas de pesca.

Há disso por todo o País. Apareçam, jovens! O mar, a vida deslumbrante do oceano, um emprego com futuro espera por vocês, o Governo cuida do vosso futuro. Venham aprender a profissão de pescador. Mesmo que depois a CEE diminua a nossa capacidade pesqueira, não importa, venham aprender uma profissão com tão nobres tradições...

O tempo urge. Ao partido no poder não chega a campanha. Não chega o telejornal. É preciso utilizar a própria publicidade — de que ele beneficia e nós pagamos.

O tempo urge. E afinal...

... Não valeu nada

Afinal, o vale tudo não valeu nada. As promessas, o jogar ao escondidinho, o emprego depudorado da televisão não chegaram para evitar a derrota. Cavaco pediu ao povo português um voto de confiança. Não o teve. Tire as suas conclusões.

Curiosa foi, no serão de TV (tão morno, tão alheado, tão chocho...) a explicação de Capucho para a derrota do seu partido: ela foi possível porque o povo português não assimilou a política do Governo...

Não vou fazer análise política, outros o farão melhor do que eu e em mais tempo certo. Televisualmente, devo dizer que o serão destas eleições não assumiu o tom épico doutras ocasiões. Repare-se na relutância de Cavaco Silva em aparecer na televisão — o que só aconteceria perto das onze e meia... As autárquicas vêm aí! Sem dúvida, O PSD vai fazer ainda pior para que o povo assimile a política de Cavaco. A opinião pública terá de saber contrariar este propósito.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Eleições e opiniões

Um protesto silencioso

«Dir-se-á que o distanciamento ou a passividade do nosso eleitorado não são inéditos na Europa, onde a abstenção ganhou indiscutível terreno. Mas o argumento não colhe e é fraca consolação, por exemplo, para Cavaco Silva, que, pressentindo talvez o risco de uma descida acentuada do PSD, com óbvias implicações se envolveu na campanha mais do que estaria nas suas previsões iniciais.

Foi, aliás, uma campanha descolorida, pouco imaginativa, que chegou a dar dos candidatos uma imagem de desconforto. O discurso europeu perdeu-se frequentemente a favor de um discurso caseiro, favorável à oposição, que viu nestas eleições uma excelente oportunidade para testar a popularidade do Governo.

Era de esperar que assim fosse e Cavaco Silva terá de retirar dessa abstenção, que penaliza sobretudo o PSD, as necessárias ilações.

A CEE tem sido apresentada, muitas vezes, como uma entidade quase providencial e 1992 como uma data mítica em função do desafio que representa a nossa adesão. Mas o mercado único e as suas consequências, a união monetária ou a união política (na versão mais ambiciosa), têm sido insuficientemente explicados.

Em tais condições como estranhar que o eleitorado pense menos no ideal europeu e mais nas questões internas que fazem parte do seu quotidiano? Ao assumir a sua «quota-parte» nas responsabilidades face à diminuição dos votos no PSD, António Capucho defendeu as reformas empreendidas pelo Governo, embora admitindo que delas tivesse havido uma deficiente informação. Competia-lhe ser subtil e conseguiu o seu objectivo.

De facto, estas eleições surgidas a meio do mandato do Governo, e numa altura em que se agudizou a conflitualidade em importantes sectores sociais, teriam um inevitável significado de grande sondagem nacional. De pouco serve escamotear tão palpável realidade.

Os portugueses que ficaram em casa não se alhearam apenas da escolha de 24 deputados para o Parlamento de Estrasburgo — a indiferença é, porventura, também, um protesto silencioso.»

(Dinis de Abreu, editorial do «Diário de Notícias», 19 de Junho)

A sorte da derrota

«As questões, promessas e atitudes dos partidos na campanha eleitoral prenderam-se quase exclusivamente

com problemas do dia-a-dia português e muito pouco tiveram a ver com a dimensão transnacional do acto eleitoral de ontem. É por isso que as leituras dos resultados têm de ser feitas exclusivamente a nível nacional.

Praticamente a meio mandato, o prof. Cavaco Silva teve com estas eleições a grande sorte de ter sofrido uma derrota. Obviamente, porque é uma derrota que apenas contém um aviso, já que em nada afecta a maioria de que dispõe na Assembleia da República, e que até lhe pode permitir rever muitos dos quase dogmas que nortearam a sua governação nestes últimos dois anos. E mais: é uma derrota que o vai também fazer reflectir sobre a eficácia da máquina partidária de que dispõe e a maneira como a delegação de poderes foi feita nas estruturas superiores dos sociais-democratas.

A campanha do PSD não conseguiu fazer transmitir a mensagem de segurança e eficácia que é tão grata ao presidente do partido, nem tão-pouco fez com que as imagens negativas de alguns membros do Executivo se reabilitassem. Antes pelo contrário: com o fogo dos tempos de antena muitas delas foram projectadas na distorção ampliada, mas previsível, do combate político em recta final. O problema é que havendo questões não esclarecidas na gestão de dinheiros públicos, as campanhas dos partidos da oposição surgiram com uma base de solidez na argumentação que, infelizmente, na maior parte dos casos, lhes falha na retórica parlamentar.

Mas para já há um facto positivo a registar. O prof. Cavaco Silva, no seu discurso de admissão de derrota (porque de facto foi isso que ele fez) aceitou que o eleitorado «não estava entusiasmado com o Governo». Esta admissão coloca o homem que governa Portugal, desde ontem à noite, a uma significativa distância do Primeiro-Ministro que anteriormente governava «enganando-se muito raramente».

(Mário Crespo, Ponto de vista, «A Capital», 19 de Junho)

Vergonha

«Uma autêntica vergonha. Mais de metade dos euro-eleitores estiveram-se nas tintas para os eurodeputados. Por essa Comunidade fora imperou a abstenção e nós não fugimos à regra. Em boa verdade, estas eleições não serviram para nada, a não ser para andarmos quinze dias a ouvir os políticos em campanha e ficaremos agora outros quinze a ouvir as suas justificações, análises e projecções. Nós é que fomos chamados às urnas. Mas foram os políticos deste País quem levou um lindo enterro.»

(Vitor Direlto, Bilhete postal, «Correio da Manhã», 20 de Junho)

Castigos e lições

«Sobre os resultados das eleições para o Parlamento Europeu tem sido dito que a abstenção é a grande vencedora. É evidente a falta de sentido de uma tal afirmação. A abstenção tem significado político, sem dúvida. Mas, mesmo que em parte possa ser considerada «um protesto silencioso» contra a política do Governo PSD, é uma derrota para a Democracia portuguesa. Insere-se numa tendência que cresce desde os inícios dos anos 80 e que deverá ser interpretada como reveladora de desinteresse cívico. Esta abstenção de 18 de Junho é a mais alta: 48,8 por cento. Metade dos eleitores não participaram no acto eleitoral. É grave.»

(...)

«O Partido Social Democrata, a sua candidatura europeia e o seu Governo, registaram pesados desaires. O Governo e o PSD podem considerar-se derrotados. Mas, na realidade, todos os partidos com representação parlamentar perderam votos em relação às eleições de 1987. Todos contribuíram para a abstenção verificada. Não se registaram abstenções só por parte do conjunto dos eleitores do PSD. É certo que o partido do Primeiro-Ministro tendo tido, em 1987, uma votação de 2 102 321, viu o seu eleitorado reduzido, em 1989, a 1 349 996. Saldo negativo: 752 326 eleitores.

Comparadas as votações dos maiores partidos nos actos eleitorais de 1987 e de 1989, verificamos que o CDS teve agora menos 281 305 votantes, e que, também, o Partido Socialista perdeu 86 238 votantes e a CDU 51 043. Somemos a estes saldos negativos os 244 090 votos obtidos em 1987, pelo PRD, e teremos 552 676 eleitores perdidos pelas forças políticas de oposição. Este meio milhão de votos com os 752 325 perdidos pelo PSD, totalizam 1 415 001 votos de 1987, convertidos em abstenções nas eleições de 1989. Quase metade dos 3 milhões que se desinteressaram do acto eleitoral.

Os números permitem concluir que a direita, e particularmente o PSD, foram penalizados.

As percentagens indicadas, em função da elevada abstenção são enganadoras. Claro que as percentagens positivas do PS e da CDU correspondem às menores perdas (86 238 votos do PS; 51 043 votos da CDU). O grande perdedor é o PSD: 752 325. Em percentagem baixou de 37,42 para 32,7.»

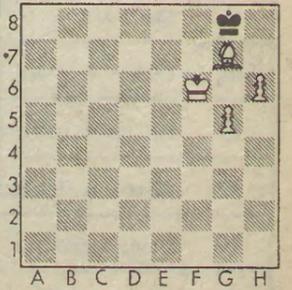
(...)

«Não contesta o Primeiro-Ministro o significado que os partidos da oposição, da direita e da esquerda, de Freitas do Amaral a Jorge Sampaio e Álvaro Cunhal, atribuem ao voto expresso: o de uma frontal crítica à governação do PSD. Mas, indiferente ao significado das votações e das abstenções, esse imenso «protesto silencioso», Anibal Cavaco Silva entende, obstinadamente, prosseguir contra a corrente prevalecendo-se da formal estabilidade política para gerar instabilidade social.»

(Fernando Pitelra Santos, Política de A a Z, «Diário de Lisboa», 20 de Junho)

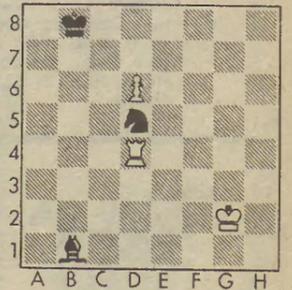
Xadrez

CCVII — 22 de Junho de 1989
Proposição N.º 207/A
«Bonus Socium»
(Manuscrito de 1300)
Pr.: Rex Solus: Rg8
Br.: [4]: Ps.g5,h6-Bg7-Rf6



Mate em 5 lances

Proposição N.º 207/B
Por: F. Sinchovitch
«64», 1926
Pr.: [3]: Cd5-Bb1-Rb8
Br.: [3]: Pd6-Td4-Rg2



Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CCVII

N.º 207/A (B.S.): 1. R66, Rh7; 2. Rf5, Rg8; 3. Rf6, Rh7; 4. g6+, Rg8; 5. h7++ (instrutivo e manobra de utilidade prática)

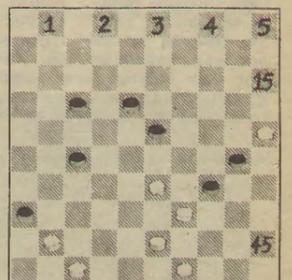
N.º 207/B (F.S.): 1. Rf3, Ba2; 2. Ta4, Bb3; 3. Ta8+, Ra8; 4. d7... e ++

A. de M. M.

Damas

CCVII — 22 de Junho de 1989
Proposição N.º 207
Por: Alain Tavernier (F.)
«Dame à la Une» (Bruxelas),
n.º 30/1989

Pr.: [7]: 17-18-23-27-30-34-36
Br.: [7]: 25-33-39-41-43-47-49

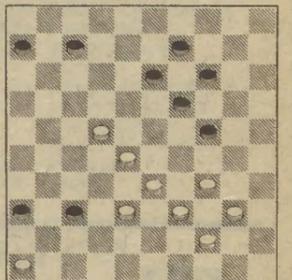


Jogam as Brancas e ganham

Golpe n.º 207

Por: Maurel-Toulouse (Tolosa)
(Golpe de Lestang)
«La Dépêche du Midi»,
16-XI-1980

Pr.: [9]: 6-7-9-13-14-19-24-36-37
Br.: [9]: 22-28-33-34-38-39-40-44-46



Jogam as Brancas e fazem Dama

Soluções do n.º CCVII

Miniatura n.º 207 (A.T.): 33-28 (23x32); 47-42 (36x38); 39-33 (38x29); 43-39 (34x43); 25-21 (27x16); 49x27+

Golpe n.º 207 (M.): 28-23 (19x17); 38-32 (37x28); 33x2=D+
A. de M. M.